

Maria do Socorro Lira Monteiro

GRANDES PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO FINOR - AGROPECUÁRIO NO
PIAUÍ: ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Campina Grande, 1993

**GRANDES PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO FINOR - AGROPECUÁRIO NO
PIAUÍ: ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS**

Maria do Socorro Lira Monteiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Mestrado em Economia da Univer-
sidade Federal da Paraíba, campus II, em
cumprimento às exigências para obtenção
do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Economia Rural

Orientador: René Louis de Carvalho

Campina Grande, 1993



M772g Monteiro, Maria do Socorro Lira
Grandes propriedades financiadas pelo FINOR -
agropecuario no Piauí : análise dos impactos socio-
economicos / Maria do Socorro Lira Monteiro. - Campina
Grande, 1993.
189 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Economia Rural 2. FINOR 3. Agropecuaria - 4.
Dissertacao I. Carvalho, Rene Louis de, Prof. II.
Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB)

CDU 338.43(043)

EU QUERO

*Quero um chefe brasileiro
Fiel, firme e justiceiro
Capaz de nos proteger,
Que do campo até a rua
O povo todo possua
O direito de viver.*

*Quero paz e liberdade,
Sossego e fraternidade
Na nossa pátria natal
Desde a cidade ao deserto,
Quero o operário liberto
Da exploração patronal.*

*Quero ver do Sul ao Norte
O nosso cabloco forte
Trocar a casa de palha
Por confortável guarida,
Quero a terra dividida
Para quem nela trabalha.*

*Eu quero o agregado isento
Do terrível sofrimento,
Do maldito cativoiro,
Quero ver o meu país
Rico, ditoso e feliz,
Livre do jugo estrangeiro.*

*A bem do nosso progresso,
Quero o apoio do congresso
Sobre uma reforma agrária
Que venha por sua vez
Libertar o camponês
Da situação precária.*

*Finalmente, meus senhores,
Quero ouvir entre os primores
Debaixo do céu de anil,
As mais sonoras notas
Dos cantos dos patriotas
Cantando a paz do brasil.*

Patativa do Assaré

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Bette, Lysia, Jaíra, Puscas, Pádua, Jonas e as amigas de muitos anos pela escuta das reclamações e pelo estímulo cotidiano para concluir este trabalho.

Agradecimentos especiais a Manoel Domingos Neto e Lúcia Ana Melo, pelo empenho na aquisição, junto à SUDENE, dos relatórios dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR e à coleta de material bibliográfico em Brasília.

Meu reconhecimento ao Professor Diógenes Rebello que, ocupando o cargo de Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, pôde contribuir com este trabalho, cedendo carro e motorista para a realização da pesquisa.

Agradeço à Fundação Universidade Federal do Piauí e ao Departamento e Coordenação de Ciências Econômicas, por terem permitido meu afastamento para a realização deste curso de mestrado.

Sou profundamente grata a René de Carvalho, orientador e amigo, a Goretti Braga e Robério, pelas discussões e valiosas sugestões. Também a Glória e Neuma, pela eficiência na Secretaria do mestrado.

Digo meu muito obrigado a Delma e Cláudia, companheiras de morada e de curso em Campina Grande.

A Márcio Braz, pela colaboração no momento certo, dedico meu reconhecimento e admiração.

A todos que, de forma direta e indireta, colaboraram na realização deste trabalho, principalmente minha família, pela compreensão e carinho, expresso meus agradecimentos mais sinceros.

S U M Á R I O

LISTA DE QUADROS	09
RESUMO	11
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO PRIMEIRO	
A TEORIA EXPLICANDO E JUSTIFICANDO AS QUESTÕES PROPOSTAS	
PARA INVESTIGAÇÃO	40
1.1. Renda Fundiária:	
Condição para Investimento no Setor Primário	40
1.2. O Papel da Grande Propriedade no Processo do	
Desevolvimento Capitalista da Agricultura	45
1.2.1. Grande Propriedade, Grande Exploração,	
Pequena Exploração e Latifúndio	56
1.2.2. Grande Propriedade Analisada por Autores	
Brasileiros	62

CAPÍTULO SEGUNDO

A INSERÇÃO DO FINOR - AGROPECUÁRIO NAS CONDIÇÕES DA ESTRUTURA

ECONÔMICA E SOCIAL DO PIAUÍ	72
2.1. Alternativa de Valorização da Terra	72
2.2. FINOR - Agropecuário se constitui em Mecanismo Viabilizador de Valorização da Terra?	75
2.2.1. Inserção do FINOR - Agropecuário no Processo de Modernização da Agricultura	76
2.3. Características da Estrutura Econômica Rural do Piauí	87

CAPÍTULO TERCEIRO

GRANDES PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO FINOR - AGROPECUÁRIO:

SUAS CARACTERIZAÇÕES E RESULTADOS PARA O ESTADO	101
3.1. Características Sócio-Econômicas dos Cerrados Piauienses	102
3.2. Análise da Pesquisa de Campo	106
3.2.1. Qual o Papel Desempenhado pelas Propriedades Financiadas pelo FINOR - Agropecuário no Processo de Evolução da Estrutura Fundiária no Estado do Piauí?	107
3.2.2. Qual a Participação dos Projetos Agropecuários Financiadas pelo FINOR no Grau de Utilização da Terra no Piauí?	118

3.2.3. Qual o Papel Desempenhado pelos Projetos Financiadas pelo FINOR sobre os Indicadores de Modernização Utilizados na Agropecuária Piauiense?	129
3.2.4. Os Projetos Agropecuários Financiadas pelo FINOR Promoveram Impacto sobre o Emprego e as Relações Sociais de Produção?	137
3.2.5. Qual a Importância da Produção dos Projetos Agropecuários para a Produção Global do Estado?	158
CONCLUSÃO	160
ANEXO I: Introdução	169
ANEXO II: Capítulo Segundo	180
ANEXO III: Capítulo Segundo e Terceiro	181
ANEXO IV: Capítulo Terceiro	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

LISTA DE QUADROS

01 - Relação entre estabelecimento e área, para o Brasil, Nordeste e Piauí, no ano de 1960	108
02 - Relação entre estabelecimento e área, para o Brasil, Nordeste e Piauí, no ano de 1985	108
03 - Estrutura da distribuição da terra no Piauí em 1960	110
04 - Estrutura da distribuição da terra no Piauí em 1985	111
05 - Utilização da terra por grupo de área em 1960	118
06 - Utilização da terra por grupo de área em 1985	119
07 - Utilização estimada do total da terra e entre os estratos extremos de área em 1990	120
08 - Utilização da terra nos projetos pesquisados	126
09 - Indicadores de modernização da agropecuária piauiense para o ano de 1960	130
10 - Indicadores de modernização da agropecuária piauiense para o ano de 1985	131
11 - Indicadores de modernização da agropecuária piauiense estimada para o ano de 1990	132
12 - Indicadores de modernização dos projetos agropecuários pesquisados	132
13 - Pessoal ocupado por sexo e categoria no ano de 1960	138

14 - Pessoal ocupado por sexo e categoria no ano de 1985	139
15 - Pessoal ocupado por sexo e categoria estimada para o ano de 1990	140
16 - Condição do produtor por grupo de área em 1960	141
17 - Condição do produtor por grupo de área em 1985	142
18 - Condição do produtor por grupo de área estimada para o ano de 1990	143
19 - Pessoal ocupado por categoria e condição do produtor nos projetos pesquisados	148
20 - Produção total de bovinos, arroz e caju no Piauí nos anos de 1960 e 1990	152
21 - Produção total de bovinos, arroz e castanha de caju nos projetos pesquisados	153

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é investigar os impactos sócio-econômicos dos grandes projetos financiados pelo FINOR - Agropecuário no Piauí, particularmente nos projetos implantados na região sudoeste do estado até o ano de 1984.

Partindo-se do referencial teórico, analisa-se o FINOR - Agropecuário, que tem por filosofia modernizar a agropecuária piauiense através da inserção de capital no setor rural do estado. Portanto, os grandes empresários, atraídos pelo volume de recursos públicos concedidos pela SUDENE, procuram adquirir vastas extensões de terras a preços baixíssimos. De posse dessas grandes propriedades, terão que optar entre as diversas alternativas de sua valorização.

A análise dos dados secundários e estimados, comparados com os obtidos na pesquisa de campo sobre a estrutura fundiária, indicadores econômicos de modernização, nível de emprego, condição do produtor e produção global, esclarece o papel desempenhado pelas grandes propriedades financiadas pelo FINOR - Agropecuário no estado.

Com relação à estrutura fundiária, constatou-se que os projetos favoreceram o aprofundamento da concentração da terra.

Os indicadores de modernização, como utilização de tratores, arados e veículos mecânicos, terras irrigadas e o uso de fertilizantes não impactaram positivamente a agropecupária piauiense. Essa situação demonstra que a maioria das grandes propriedades não optaram pela alternativa de valorização da terra, mas sim decidiram por preservar suas propriedades como reserva de valor, constituindo-as em entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

O nível de emprego, outrossim, não se elevou, no pós-implantação dos projetos, em razão de se direcionarem, em sua maioria, para a pecuária extensiva, absorvendo, portanto, pouca mão-de-obra. Embora predomine a pecuária, esta atividade também não elevou significativamente o número do rebanho do estado, mas impactou do ponto de vista da sua qualidade.

A produção vegetal do estado é impactada positivamente apenas com relação à castanha do caju.

Os projetos agropecuários financiados pelo FINOR consolidaram, por fim, na condição de produtor das grandes propriedades o proprietário da terra.

Concluiu-se, conseqüentemente, que apenas a inserção de capital não é suficiente para modernizar a agropecuária piauiense.

ABSTRACT

The general purpose of this work is to search into the socioeconomic impacts of the great projects financed by FINOR - Agropecuário in Piauí, particularly in those implanted in the southeastern region of the state until 1984.

Proceeding from the theoretical reference, it was analyzed FINOR - Agropecuário, which has the philosophy of modernizing the piauiense art and science of agriculture and ^{cattle} catile raising through the insertion of capital in the rural sector in the state. Therefore, the great ² impresarios, attracted by the volume of public resources given by SUDENE, search for acquisitions of vast extensions of land at very low prices in appropriation of those great properties, and will need to choose among several alternatives of its valorization.

The analysis of secondary and esteemed data, compared to those obtained in the field research about the land structure, economic indicators of modernization range of jobs, conditions of the producers and the global production, clarifies the role

executed by the great landowners financed by FINOR - Agropecuário in the state.

In relation to the land structure, we found out that the projects made the deepening of land concentration easier.

The modernization indicators, such as the use of tractors, ploughs and mechanical vehicles, irrigated lands and the use of fertilizers got us impacted positively and the Piauiense art and science of agriculture and cattle raising. This situation showed the most landowners didn't opt for the alternative of productive valorization of land, but they decided to preserve their properties as a worth reservation, resulting in clog to the development of capitalism in the field.

The level of jobs, like wise, didn't raise, in the post-implantation of the projects, by reason of directing for the most part, to the extensive cattle raising, absorbing, therefore, is predominant, this activity didn't rise significantly the number of cattle in the state up either, but impacted in the point of view of its quality.

The vegetal production of the state is positively important only in relation to the chestnut.

The projects in the art and science of agriculture and cattle raising financed by FINOR, consolidated, at last, in the conditions of products from great properties, the landowner.

It was concluded, consequently, that only the insertion of capital isn't enough to modernize the piauiense art and science of agriculture and cattle raising.

INTRODUÇÃO

I. QUESTÕES PROPOSTAS PARA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho trata dos impactos econômicos e sociais que os grandes projetos agropecuários financiados pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR -, através da política de desenvolvimento voltada para o setor rural promovida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE ⁽¹⁾, tem provocado na economia piauiense.

Nessa política desenvolvimentista está incluso o processo de modernização da agricultura, que se caracterizou pela mudança de sua base técnica, com a agricultura passando a depender não só da força natural - terra, mas também de meios de produção gerados numa indústria especializada para o setor.

Essa política resultou na consolidação do Complexo Agroindustrial - CAI -, na convivência pacífica de produções mo-

(1) As políticas de desenvolvimento da SUDENE são analisadas pormenorizadamente em TAVARES, Hermes Magalhães. 1989.

cuária da região decorria da ausência de experiência empresarial no setor rural, como também de um aporte de capital que possibilitasse a utilização de técnicas e insumos modernos na agropecuária.

Estes elementos, então, foram fundamentais na atração de empresários do Centro-Sul e da própria região para investirem no Nordeste. Os empresários, fascinados pelo capital conseguido por meio do governo, compravam vastas extensões de terras na região com o propósito inicial de utilizá-las produtivamente, empregando instrumentos de trabalho modernizados.

O FINOR - Agropecuário constitui-se, portanto, num mecanismo que facilita ao grande empresário urbano e rural a aquisição de grandes propriedades de terras na região, como também de capital, com o fim de transformá-las em empresa agropecuárias capitalistas.

Privilegiar-se-á, neste trabalho, a análise da implementação desta política que visa modernizar o campo nordestino, através do FINOR - Agropecuário, no Estado do Piauí.

O Piauí apresenta, por um lado, como característica básica, a grande concentração da propriedade privada da terra, decorrente de sua colonização ter se dado do interior para o litoral, através da expansão da pecuária nordestina, e, por outro, a utilização de técnicas tradicionais de produção, localizadas dentro dos "latifúndios" - sob a forma de arrendamento e parcerias - ou ao seu redor.

A estrutura fundiária do estado se define, pois, pela monopolização da propriedade da terra, ao lado do fracionamento das pequenas unidades agrícolas, enquanto sua estrutura produtiva é marcada pela pecuária, o extrativismo (cera de carnaúba e amêndoa de babaçu) e a agricultura de subsistência. As relações de trabalho, historicamente, são evidenciadas como não capitalistas, vez que as relações comerciais são realizadas pelos "latifundiários" ou intermediários (comerciantes). Estes agentes econômicos, além de comercializarem o produto, financiam a produção a juros exorbitantes, predominando, assim, na atividade agropecuária do Piauí, o Capital Mercantil.

Sendo o objetivo do FINOR - Agropecuário a promoção da modernização da agropecuária, concebe-se, então, a inserção do Piauí nesse mecanismo de financiamento em razão de o estado possuir uma grande área de terras disponíveis (devolutas)⁽³⁾. Os go-

(3) Esses dados serão comprovados no Capítulo II.

vernantes, através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI -, alienaram a preços simbólicos vastas áreas de terras públicas a empresários locais e de outros estados do país, que estavam ambiciosos em diversificar seus investimentos, objetivando promover o desenvolvimento do capitalismo no campo piauiense.

Assim, procurar-se-á realizar uma análise sobre o impacto dos projetos agropecuários sobre a estrutura fundiária do estado, uma vez que o Piauí se consubstanciava num espaço rural econômico no qual o proprietário fundiário, em sua grande maioria, auferia renda da terra através do ganho patrimonial, pois ele, além de não produzir, não colocava à venda sua propriedade. A parcela de proprietários que utilizava suas terras o fazia de forma extensiva e com instrumentos de trabalho extremamente atrasados.

O aspecto estrutural inovador da modernização foi a construção e consolidação do Complexo Agroindustrial - CAI, por meio do surgimento da indústria a montante (indústrias de bens de produção e insumos modernos para a agricultura) e a jusante (indústrias processadoras de produtos oriundos do setor primário) da agricultura, voltados para os mercados interno e externo. Essa construção foi realizada com o amparo da política econômica do governo, que privilegiava as instituições financeiras, a política

tecnológica específica para a agricultura e a política fundiária, que valorizava a propriedade rural⁽⁴⁾.

Busca-se, então, ao observar o aspecto estrutural da modernização do setor rural, examinar se os projetos agropecuários instalados no Piauí influenciaram as grandes propriedades na elevação de seus níveis de utilização de indicadores de modernização da agricultura, que se constituem basicamente na indústria a montante da agropecuária.

Outro objetivo específico da análise é o nível de participação dos projetos agropecuários no grau de utilização da terra no estado. Para tanto, utilizar-se-ão os dados referentes às lavouras, matas, áreas irrigadas e pastagens.

Com a política modernizante, as relações sociais de produção na agricultura sofreram modificações. Segundo Graziano da Silva (1980:49), as inovações ocorreram em algumas fases do ciclo produtivo por razões técnicas e econômicas, refletindo um crescimento da sazonalidade do trabalho agrícola.

Essa situação conduziu ao aceleramento do êxodo rural, como também levou a que o pequeno produtor tendesse a se converter em assalariado permanente ou temporário, com decréscimo no

(4) Este assunto é analisado pormenorizadamente em DELGADO, Guilherme da Costa. 1985.

nível de renda, o que requereu a incorporação ao trabalho de mulheres e crianças, como forma de complementação da renda familiar. Observou-se, assim, que a agricultura passou a empregar maior contingente de mão-de-obra nos momentos de colheita da atividade agrícola, não se responsabilizando pela sua manutenção no restante do ano.

Com base no exposto por Graziano da Silva, procurar-se-á analisar se os projetos agropecuários impactaram o estado em relação ao nível e tipo de emprego, como também qual a predominância da condição do produtor entre o menor estrato de área - grupo de menos 10 ha - e maior estrato - grupo de 10.000ha e mais, no qual se concentra a grande maioria dos projetos instalados no Piauí.

Por último, tem-se, como objetivo específico, verificar a contribuição dos projetos agropecuários para a produção global do estado, uma vez que já se tem conhecimento que a estrutura produtiva do Piauí se caracteriza pela agricultura, extrativismo e pecuária.

Através do estudo desses objetivos específicos, tentar-se-á comprovar a hipótese de que os grandes projetos financiados pelo FINOR - Agropecuário, instalados no Piauí, principalmente numa região caracterizada por possuir uma densidade demográfica

extramamente baixa e rarefeita, do ponto de vista da estrutura fundiária, favoreceu ou não o aprofundamento da concentração da terra.

Como o FINOR - Agropecuário favoreceu a territorialização do capital, através de facilidades para aquisição de grandes propriedade fundiárias, a constatação ou não do aprofundamento da concentração de terra advém da análise da própria lógica do capital, a qual se consubstancia no deslocamento do capital para o investimento cuja rentabilidade poderá ser maior, isto é, onde se pode verificar maior potencialidade de renda fundiária.

Buscar-se-á comprovar, outrossim, se os projetos que foram instalados no estado destinaram-se quase que exclusivamente para a atividade pecuária, que oferece melhores condições de rentabilidade em relação à agricultura, devido aos riscos sobre a lucratividade serem bem menores, tendo em vista a diversidade pluviométrica do estado e o fato de o rebanho servir de reserva de valor, e se os mesmos contribuíram ou não para modificação na estrutura produtiva, uma vez que a pecuarização já era a atividade econômica rural predominante no estado.

A atividade pecuária se caracteriza, no estado, por ser explorada de forma extensiva, condição que a leva, necessariamente, a absorver pouca mão-de-obra. Portanto, procurar-se-á demonstrar-se se os projetos agropecuários contribuíram ou não

para a elevação do nível de emprego no estado, como também se consolidou ou não a condição de produtor, no maior estrato de área, na condição de proprietário da terra.

Do ponto de vista da utilização de equipamentos modernos, pretender-se-á evidenciar se os projetos impactaram ou não seu uso no maior estrato de área. A análise para o Piauí, quando se comparam os dados estatísticos entre os estratos de área, para o estado como um todo, revela que a participação dos mesmos é muito pouco expressiva. Isso se deveu, principalmente, ao processo crescente de pecuarização, pois esta atividade, da forma como é explorada, leva a que suas necessidades sejam satisfeitas com menor inserção de capital para a aquisição de indicadores modernos.

Buscar-se-á comprovar, ainda, se ocorreu ou não um crescimento na utilização da terra por pastagem plantada e se esse aumento se deu em razão da instalação dos projetos na área dos cerrados piauienses.

Da análise destas hipótese é que se verificará se a realidade de implantação dos projetos se conflitará ou não com a filosofia do FINOR - Agropecuário, que se consubstancia na estratégia de que a atuação de grandes empresários e grandes volumes de capital para o território piauiense são condições suficientes para modernizar a agropecuária do estado.

Por conseguinte, a curiosidade de analisar as condições da agropecuária piauiense é que promoveu o particular interesse intelectual de escolher este tema para estudo.

II. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO UTILIZADO NO TRABALHO

Com o objetivo de comprovar as hipóteses deste trabalho, fez-se necessário o levantamento e análise de documentação bibliográfica, a utilização de dados estatísticos secundários e primários, adquiridos através de pesquisa de campo, realizada em projetos financiados pelo FINOR - Agropecuário e implantados no Piauí.

2.1 - Dados Secundários

O levantamento bibliográfico tem por fundamento discutir os autores dentro da análise do movimento do capital na agropecuária, devido ao fato de que é dentro deste movimento que se procuram identificar as várias alternativas de sua valorização, propiciando a auferição da renda fundiária. Ao lado desta investigação, abre-se o debate em torno da inserção do FINOR - Agropecuário no Nordeste e Piauí, tendo por finalidade a demonstração das diversas formas de valorização do capital assumidas no

contexto da grande propriedade da terra e a inversão de capital na agropecuária piauiense.

Os dados estatísticos foram coletados dos Censos Agrícolas, Agropecuário e Econômico, concernentes ao Brasil, Nordeste e Piauí, dos anos de 1960, 1980 e 1985 e da produção agrícola municipal e vegetal de 1990. Os dados estatísticos estimados para 1990 foram calculados através da fórmula da taxa de crescimento geométrico anual.

A utilização dos dados secundários se desenvolveu ao longo do trabalho, de duas formas distintas.

Primeiramente estes dados foram colocados no segundo capítulo, com o objetivo de mapear e caracterizar a agropecuária do Estado do Piauí, com relação à estrutura fundiária, grau de utilização da terra⁽⁵⁾, estrutura produtiva, tipos de equipamentos utilizados e relações sociais de produção predominantes.

Paralelamente a essa caracterização, realizaram-se comparações com os dados estatísticos referentes aos caracteres,

(5) A análise dos dados referente à utilização da terra, nesta parte do trabalho, diferencia-se da análise realizada no terceiro capítulo, daí poder-se observar a desigualdade dos resultados obtidos nos dois capítulos. Essa diferença foi possível devido à modificação de enfoque nas distintas partes do trabalho. Nesta parte, incluiu-se na análise a utilização da terra para pastagem natural enquanto no terceiro capítulo usou-se apenas a pastagem plantada. A importância da inclusão da utilização da pastagem natural, deveu-se à exigência de demonstrar a predominância deste tipo de pastagem em todos os estratos de área do estado e do Nordeste, como também, e principalmente, mostrar o crescimento de áreas ao longo do período de análise - 1960 a 1985 - no estado e na região.

acima colocados, do Brasil e Nordeste, com o fim de situar a agropecuária do estado no contexto da agropecuária nacional e regional.

Essa primeira utilização dos dados estatísticos se justificou na medida em que, possibilitando o conhecimento da agropecuária piauiense, pôde-se abrir caminho para a análise dos impactos sócio-econômicos dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

Os dados secundários foram também utilizados no terceiro capítulo, em virtude da necessidade de relacioná-los com os dados primários obtidos na amostra dos projetos agropecuários, a fim de que se pudesse analisar se os referidos projetos impactaram ou não o Estado do Piauí no tocante às questões sociais e econômicas.

2.2 - Dados Primários

2.2.1 - A Construção da Amostra

O universo de projetos agropecuários implantados no Piauí, até o ano de 1984, é de 78 (setenta e oito), distribuídos, em sua maioria, na região Sudoeste do estado.

Tem-se no Piauí, até 1990, 132 (cento e trinta e dois) projetos financiados pelo FINOR. Utilizaram-se, porém, apenas os aprovados até o ano de 1984, tendo em vista que, após aprovação, os projetos têm o período de alguns anos para se instalarem e começarem a produzir. Por isso, deu-se esse intervalo de tempo, para que não se incluísse na análise, principalmente da estrutura fundiária, projetos agropecuários aprovados e não efetivamente implantados.

Dos 78 (setenta e oito) projetos, retiraram-se 24 (vinte e quatro), através de amostra aleatória, representando 30,1% do total. Apesar da aleatoriedade da amostra, levou-se em consideração a localização dos projetos, pois a maioria situa-se no sudoeste piauiense. Essa região, caracterizada pela vegetação do tipo cerrado, abrange municípios distantes da capital do estado - Teresina -, assim como os projetos se situam longe das sedes dos municípios, fazendo com que o acesso esbarrasse em problemas de ordem financeira e de tempo. Portanto, devido à ausência de grandes recursos financeiros e da indisponibilidade de um longo período de viagem, privilegiaram-se os projetos agropecuários localizados no sudoeste piauiense.

Do conjunto de 24 (vinte e quatro) projetos da amostra inicial foram visitados apenas 20 (vinte), devido ao fato de os demais não terem sido localizados. Essa situação decorreu das

péssimas condições climáticas vigentes no período da pesquisa e do desencontro entre o endereço constante nos documentos da SUDENE e as informações obtidas nas instituições existentes nos municípios onde os projetos são implantados, tais como EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - e STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Porém, dos 20 (vinte) projetos visitados, que correspondem a 83,3% da amostra inicial e 25,6% do total dos projetos do estado, somente 13 (treze) foram pesquisados - correspondendo a 54,2% em relação à amostra inicial e 16,7% em relação ao total de projetos. Essas situações advieram de problemas diferenciados.

Os Projetos Nelore do Brasil Investimentos S.A., em Uruçuí, Indústria Nordestina de Carnes S.A. (INCA) e Guzerá S.A., em Canto do Buriti, e Zebu do Brasil S.A., em São João do Piauí, encontram-se desativados e não se conseguiram informações a respeito do processo que os levou à desativação.

O Projeto Serrazul Investimento Pecuário S.A., implantado no município de Uruçuí, encontra-se em estado de falência, decorrente de vários motivos, como foi colocado pelo ex-administrador do projeto. Este afirmou que o primeiro problema enfrentado para a completa implantação do projeto foi a luta de interesse entre os seus proprietários, que se distinguiram em 2 (dois) grupos de empresas, um com sede em Pernambuco e outro com sede em

São Paulo. O problema seguinte, colocado pelo entrevistado, foi o da liberação dos recursos oriundos do FINOR - Agropecuário.

É que, na proposta assumida pela nova diretoria da SUDENE, devia realizar-se um reestudo ou um redirecionamento do projeto que, no original, consubstanciava-se em 21.000 (vinte e um mil) hectares de terras. Isto é, a SUDENE somente liberaria recursos após esse reestudo, o qual, não sendo realizado pelos proprietários e administrador do projeto, acabou por levá-lo à falência.

Portanto, os projetos que constituem a amostra efetiva são originários de 04 (quatro) estados diferentes do Brasil. O Estado de Pernambuco concentra o maior número de projetos, num total de 07 (sete); em segundo lugar encontra-se o Ceará, com 03 (três), seguido do Piauí, com 02 (dois); por fim, tem-se o Estado de São Paulo, com 01 (um) projeto financiado pelo FINOR - Agropecuário e localizado em terras piauienses.

A relação dos projetos constantes na amostra real é a seguinte, incluindo origem e data de implantação:

01. Palmares Agroindustrial S.A., implantada em 29/04/80, com sede em Recife, capital de Pernambuco.

02. Agropecuária Rio Volta S.A. (AGRISA), implantada em 14/12/84, com sede em Fortaleza, capital do Ceará.
03. Agropecuária Vale do Prata S.A. - AGROVAP, implantada em 24/09/82, com sede em Recife, capital de Pernambuco.
04. Indústrias Agrícolas do Nordeste S.A. - IANE, implantada em 29/02/72, com sede em Recife, capital de Pernambuco.
05. Indústria de Alimentos do Nordeste - INASA, implantada em 24/11/71, com sede em Recife, capital de Pernambuco.
06. Companhia Agrícola do Nordeste - CAN, conhecida na região e instalada por MAFISA II, implantada em 31/07/81 por grupo empresarial pernambucano e vendida em julho de 1989, para um grupo paulista. Sua sede localiza-se em São José do Rio Preto, em São Paulo.
07. Agropastoril Piauiense S.A.- APESA, implantada em 28/04/71, com sede em Recife, capital de Pernambuco.
08. Fazenda Franco Brasileira S.A., implantada em 25/01/80, com sede em Fortaleza - Ceará.
09. Fazenda São Gonçalo S.A., implantada em 29/03/82, com sede em Fortaleza, capital do Ceará.

10. Companhia Agroindustrial de Alimentos do Nordeste - CANAAN, implantada em 22/12/71, com sede em Recife, capital de Pernambuco.
11. Agropecuária Mucambo S.A., implantada em 29/04/83, com sede na cidade de Angical do Piauí, no Estado do Piauí.
12. Agropecuária São Camilo S.A., implantada em 17/12/83, com sede em Recife - Pernambuco.
13. Maquine Agropastoril S.A. - MASA, implantada em 26/10/79, com sede em Teresina - Piauí.

Fica, então, a certeza de que, apesar das dificuldades e problemas enfrentados, os dados levantados pela pesquisa de campo são suficientes para atingir o objetivo do estudo, que é a análise dos impactos sócio-econômicos dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR - Agropecuário sobre o Estado do Piauí

2.2.2 - Instrumento de Pesquisa

O questionário⁽⁶⁾ foi o instrumento básico de pesquisa

(6) Questionário: constitui-se do Anexo I.

de campo adotado para a realização do levantamento dos dados. Foi ele composto de questões fechadas e abertas.

O público meta questionado nos projetos foram, no interior deles, os seus administradores e trabalhadores e, fora deles, os proprietários. Neste caso, enviaram-se os questionários pelos Correios, uma vez que todos os proprietários são absenteístas - residem fora do estabelecimento agropecuário. Nenhum questionário, enviado por duas vezes a cada proprietário, foi respondido.

Outra fonte de informação foi obtida por meio de entrevistas realizadas com Presidentes de STRs, técnicos da EMATER e ex-administradores.

2.2.3 - Relação entre os Dados Primários e Secundários

A pesquisa de campo enfrentou problemas também do ponto de vista de informações dos administradores, durante o período da pesquisa. É que eles são razoavelmente mutantes, não tendo condições de realizar uma análise histórica dos projetos, como também não possuem informações a respeito da forma e do quantum de financiamento liberados para os projetos administrados. São, em sua maioria, semi-analfabetos.

Os dados secundários e primários foram empregados no trabalho de forma diferenciada.

Na análise do impacto dos projetos agropecuários sobre a estrutura fundiária do estado, levou-se em consideração os dados estatísticos, obtidos no IBGE, dos anos 1960 - ano antes da implantação dos projetos no estado - e 1985 - ano em que havia 78 (setenta e oito) projetos instalados. Compararam-se esses dados do IBGE com o universo de projetos até 1984, que era de 78 (setenta e oito), segundo informações da SUDENE.

Utilizou-se, com relação a esse caráter da estrutura econômica do estado, o universo dos projetos, tendo em vista obter-se uma informação precisa. Além disso, da análise da área total adquirida pelos projetos, pode-se visualizar melhor se os grandes projetos agropecuários financiados pelo FINOR impactaram a estrutura fundiária do estado.

Com referência à análise do grau de utilização da terra, grau de utilização dos indicadores de modernização da agropecuária, participação no nível de emprego e comportamento das relações sociais de produção, fez-se uso dos dados retirados do IBGE para os anos de 1960 e 1985 e dos dados estimados para o ano de 1990, confrontando-os com os resultados dos dados coletados em pesquisa de campo.

Será portanto através dos dados estatísticos do IBGE, dos dados estimados e dos obtidos na pesquisa de campo, que se verificará qual das alternativas de valorização econômica será a seguida pelos projetos agropecuários financiados pelo FINOR como um todo e, em particular, a participação dos referidos projetos em cada característica específica acima colocada.

Para a realização da análise do impacto dos projetos sobre a produção global do estado, empregaram-se os dados secundários da Produção Agrícola Municipal Vegetal e Animal de 1990 - ano da realização da pesquisa - no tocante às mercadorias produzidas nos projetos em questionamento. Esta investigação tem por finalidade a verificação da participação de cada produto, em particular com relação à produção desse produto para o estado como um todo, além de se procurar demonstrar se a tendência da produção dos projetos corresponde à tendência da estrutura produtiva do Estado do Piauí.

III. DISTRIBUIÇÃO DO TEMA EM ANÁLISE EM TERMOS DE CAPÍTULOS

3.1 - Capítulo Primeiro

Constitui-se da justificativa teórica, dos objetivos e das hipóteses do trabalho. Nele se realiza uma análise da grande

propriedade versus grande exploração e das distintas formas de valorização econômica da terra, as quais poderão levá-las às grandes propriedades ou latifúndios produtivos ou às grandes propriedades ou latifúndios improdutivos.

3.2 - Capítulo Segundo

Realiza um breve histórico do sistema de incentivos fiscais, em particular o FINOR - Agropecuário, e sua relação com a modernização da agropecuária nordestina, como também coloca as características da estrutura econômica rural do Piauí, que irão embasar a análise do terceiro capítulo.

3.3 - Capítulo Terceito

Inicia-se com a localização dos projetos dentro do Estado do Piauí. Em seguida, realiza-se a análise dos dados secundários em relação aos dados obtidos na pesquisa de campo, com o objetivo de testar as hipóteses de que os grandes projetos agropecuários financiados pelo FINOR no Piauí contribuíram ou não para o aprofundamento da concentração da terra, promoveram ou não modificações na estrutura produtiva, absorveram ou não a mão-de-obra disponível, e, por serem grandes propriedades, concorreram ou não para o aumento na utilização de indicadores de moderniza-

ção no maior estrato de área. A interpretação dos dois tipos de dados baseou-se no referencial teórico anteriormente colocado.

3.4 - Conclusão

Consiste no resumo de todo o resultado da investigação proposta.

IV. OBSERVAÇÕES

O FINOR, a partir de 1991, no Governo Fernando Collor de Mello, sofreu profundas modificações, cujas características principais são as seguintes:

BNB (1992:5):

- 1. estreita vinculação da aprovação de projetos às prioridades da política regional;*
- 2. a aplicação dos recursos, a partir do Orçamento de 1991, sob a forma de debêntures conversíveis ou em ações;*
- 3. a vinculação da aplicação dos recursos nos novos projetos a itens específicos dos investimentos fixos (no caso dos projetos industriais e máquinas e equipamentos);*
- 4. a criação de instrumento legal adequado que permita à SUDENE a recuperação dos recursos indevidamente aplicados por empresas beneficiárias;*
- 5. recolhimento da parcela do incentivo em DARF específico.*

é importante mencionar que a dedução do Imposto de Renda pela nova sistemática do FINOR estará garantida pelo prazo de 10 (dez) anos. Durante esse período, o FINOR deverá ser retroalimentado pelo retorno das aplicações sob a forma de debênture não-conversível em ações, que permitirá sua auto-sustentação mesmo após o prazo fixado em lei".

Essa não é uma questão que faz parte do trabalho em foco. Foi aqui colocada apenas com o objetivo de esclarecer que a sistemática de auferição de financiamento do FINOR sofreu alteração do período de análise para hoje (1993).

CAPÍTULO PRIMEIRO

A TEORIA EXPLICANDO E JUSTIFICANDO AS QUESTÕES PROPOSTAS PARA INVESTIGAÇÃO

Procurar-se-á, neste capítulo, demonstrar a tendência geral do capitalismo na agricultura, através da análise da grande propriedade enquanto elemento de entrave de ou propulsão da passagem do extensivo para o intensivo, ou como elemento dinamizador no processo de transformação de "latifúndio" para empresa rural agropecuária moderna.

1.1 - RENDA FUNDIÁRIA:

CONDIÇÕES PARA INVESTIMENTO NO SETOR PRIMÁRIO

O que levou grandes capitalistas a se interessarem pelo investimento no setor rural, particularmente no setor primário do Piauí? Procurar-se-á responder a essa questão através da análise de Marx a respeito do capitalismo em geral e da renda fundiária em particular.

Marx afirma que para a compreensão da teoria geral do capitalismo é fatal a utilização da riqueza capitalista como objeto de estudo, sendo, então, a riqueza capitalista, no regime capitalista, a

"(...) imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada é a forma elementar dessa riqueza (...)" Marx (1982:42)

Para a concretização da riqueza, de acordo com Marx, (1980:750), faz-se necessário reconhecer a tendência do capital de dominar todos os setores de produção, ou seja, a propensão que o capital possui de subordinar tanto a indústria quanto a agricultura. Apesar de cada ramo participar do processo de acumulação de capital de forma própria, há uma interrelação e uma interdependência entre eles, comandada pela lógica do capital.

O capital domina também a terra, para que ela produza sob o seu controle. Pode-se então inferir que a propriedade fundiária que provoca o pagamento da renda da terra represente uma irracionalidade para o capital? A propriedade da terra em si não é um entrave à expansão do capitalismo no campo. É que, sendo ela uma relação social, representa um das contradições do capitalismo. O monopólio da terra apenas se constitui em freio ao desenvolvimento capitalista no setor rural na medida em que só permite a penetração do emprego de capital dominando o trabalho nes-

se setor, mediante o pagamento de um tributo - Renda Fundiária -. Ou seja, a expansão do capitalismo na agricultura observa-se pela sujeição da renda da terra ao capital.

Portanto, é através da análise da auferição da renda fundiária que se explica o interesse de capitalistas dos grandes centros industriais em investirem na região sudoeste do Piauí.

Na sociedade moderna, segundo Marx (1980:710), as classes sociais se constituem de trabalhadores assalariados, proprietários da terra e capitalistas arrendatários. Nesse tipo de sociedade é o capitalista arrendatário que investe seu capital na agricultura. E, para realizar atividades produtivas, precisa empregar mão-de-obra e pagar ao proprietário da terra uma quantia pelo fato deste consentir que o arrendatário aplique seu capital nessa área monopolizada.

Essa quantia denomina-se renda fundiária, isto é, a parte da mais valia que cabe ao proprietário da terra, sendo, também, a forma de valorização da propriedade fundiária. Então, para Marx, o que leva o proprietário a auferir renda da terra é o arrendamento, é a sua inserção às condições econômicas de valorização.

Mas como se valoriza o monopólio da terra? No Modo de Produção Capitalista esse monopólio se dá através da renda da

terra - diferencial I e II, da renda absoluta⁽⁷⁾ ou de renda potencial. Há três formas de se perceber essa valorização: por meio do recebimento da renda, da venda da produção (se o produtor é o proprietário, senão, é claro, do arrendamento) ou da capitalização da renda ao se vender a propriedade.

Mesmo o proprietário fundiário não produzindo e não colocando sua propriedade à venda, ainda assim obtém um ganho patrimonial, ou seja, sua propriedade vale mais do que quando a comprou, se houver aumento da renda fundiária em terras semelhantes. Nesse sentido, pode-se dizer que propriedades não produtoras também se valorizam.

Se, no momento, não há necessidade de o proprietário produzir, pode ele guardar sua propriedade e esperar sua valorização, seja em termos de produção ou venda futura, seja em termos patrimoniais.

(7) Renda Referencial I: é a renda proveniente do fato de aplicações de quantidades diferentes de capital em terras diferentes produzirem resultados diferentes. Marx (1980:744).

Renda Referencial II: é a renda proveniente do fato de contínuos empregos de capitais de igual magnitude utilizados na mesma terra, redundarem em resultados diferentes. (1980:771).

Renda Absoluta: é a renda que se constitui do excedente de valor das mercadorias sobre o preço de produção: surge da perequação dos valores das mercadorias após o ressarcimento dos capitais consumidos nos diversos ramos de produção - ou parcela desse excedente. Essa questão depende da relação entre oferta e procura no mercado (1980:872).

Poder-se-ia, então, questionar: Essa valorização é maior que outras? É mais segura? Em princípio pode-se considerá-la assim, porque tendencialmente o preço da terra - renda capitalizada - cresce com o tempo, em razão de três fatores: terras de pior qualidade acabam por ser necessárias, a renda diferencial II cresce em certas terras, e o governo pode realizar obras que beneficiam a propriedade, melhorando sua localização, por exemplo.

Em tese, a compra de terra é uma fonte de retorno financeiro satisfatório, quer essa compra tenha ou não por finalidade tornar a terra produtiva. Essa situação se justifica pela existência de grandes extensões de terras com preços extremamente baixos, beneficiadas por programas governamentais diversos, entre os quais se destaca o FINOR-Agropecuário.

São essas circunstâncias de valorização que determinam a diferença financeira entre a renda capitalizada atual e a renda capitalizada futura. Por conseguinte, essa diferença entre renda fundiária atual e renda fundiária potencial gera um forte movimento de concentração da terra. Assim, o processo de monopolização da terra é definido pelo processo de monopolização de captação de renda fundiária atual e futura.

Portanto, são as condições de auferição de renda fundiária que explicam e justificam o interesse e a decisão de capitalistas externos e internos ao estado de investirem no setor primário, em particular no setor primário piauiense.

1.2 - O PAPEL DA GRANDE PROPRIEDADE NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AGRICULTURA

Como os projetos agropecuários implantados no Piauí, financiados pelo FINOR-Agropecuário, caracterizam-se pela sua grande extensão de terras, manifesta-se, então, a necessidade de analisar-se o conceito de grande propriedade. Esse conceito é bastante polêmico e rico em discussão, pois há diferentes autores que se pronunciaram sobre o assunto, de forma distinta.

Procurar-se-á discutir, neste texto, as idéias de Marx (1980:705), Lênin (1985:13) e Kautsky (1980:112), analisando os pontos discordantes e convergentes, para que se possa evidenciar um conceito de grande propriedade a ser seguido e defendido ao longo do trabalho.

O monopólio da propriedade privada da terra é condição do surgimento e desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista na medida em que está diretamente ligado ao processo de acumulação primitiva. É, pois, a apropriação privada da terra que vai

alicerçar os grande pólos que dão sustentação ao desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. Estes pólos são o pólo de riquezas, consubstanciado através do fato de que a apropriação da terra é um dos componentes da acumulação primitiva, e o pólo de desapropriação camponesa e de sua constituição em exército de reserva de trabalho. Assim, sem o monopólio, e sem propriedade privada da terra, o processo de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista na agricultura teria muitas dificuldades de implantação.

A análise do desenvolvimento capitalista na agricultura leva a profundas questões sobre a apropriação de grandes extensões de terras, ou seja, sobre a grande propriedade. Pode-se considerar que a grande propriedade seja, em qualquer momento, sinônimo de grande produção? Grande propriedade pode coincidir, temporariamente ou não, com grande exploração?

Procurar-se-á realizar esse estudo dentro de um quadro histórico que se refere, genericamente, ao processo de acumulação geral do capital e, particularmente, ao processo de acumulação do capital na agricultura.

Coloca-se, inicialmente, o desenvolvimento da mercantilização da produção, entendendo-se o fato de que a produção agrícola é cada vez mais uma produção de mercadorias, ao invés de uma produção de bens para o consumo. Ou seja, de uma produção de

apenas valor de uso, passa-se também a uma produção de mercadorias, isto é, de valor.

Concomitantemente à produção de valores, tem-se mudanças na lógica econômica, redundando em modificações nas relações econômicas.

Pode-se distribuir o longo processo de mercantilização da agricultura em três estágios:

- 1 - Etapa de transição ao Modo de Produção Capitalista;
- 2 - Período do desenvolvimento do capitalismo agrário;
- 3 - Momento de imposição, à agricultura, de um padrão de desenvolvimento intensivo.

No processo de acumulação de capital na indústria, a mercantilização é analisada no processo de manufatura, na transição desta para a indústria e no processo de monopolização da economia, ou seja, na passagem de um capitalismo concorrencial para um capitalismo monopolista.

Portanto, buscar-se-á, neste quadro, o papel da grande propriedade no processo de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Há, no marxismo, uma tendência que considera ser a grande propriedade que demarca, prefigura e explicita o desenvol-

vimento das forças produtivas da agricultura, isto é, é ela o agente principal.

Encontrar-se-ão essas formulações em Marx, Lênin e Kautsky. Em todos os três autores há, claramente, a formulação de que a grande propriedade é a base da grande exploração no campo e que as diferenças entre a indústria e agricultura, embora importantes e reais, não modificam o fato de que, também na agricultura, ocorrem os processos de centralização e concentração de capital, de centralização e concentração da produção. É evidente que se observará, nos referidos autores, essa formulação como uma tendência geral do desenvolvimento capitalista na agricultura.

Os três autores não partem dos mesmos parâmetros para analisar a relação de grande propriedade e grande produção na agricultura.

Com efeito, a análise de Marx parte do pressuposto de que a agricultura é caracterizada e marcada pela separação entre a propriedade da terra e a propriedade do capital. Essa questão é o elemento central de diferenciação da análise de Marx para as de Lênin e Kautsky.

Na medida em que há a completa separação entre a propriedade da terra e a propriedade do capital que se investe na agricultura, elimina-se do exame do capital agrícola da grande

produção a dimensão da grande propriedade.

Não há nenhuma relação obrigatória entre tamanho da grande propriedade e tamanho da grande exploração. A grande propriedade tem seu tamanho determinado por um processo de acumulação de terras que visa receber renda fundiária. Ou seja, a propriedade da terra, na visão de Marx, não interfere na determinação do processo produtivo, mas vai intervir na questão da renda da terra.

O tamanho da exploração agrícola depende do capital do arrendatário capitalista que, neste sentido, está muito ligado às determinações técnicas de trabalho médio e tamanho ótimo em função do capital. Então, o tamanho da produção é uma questão que se resolve fundamentalmente pelo capital disponível pelos arrendatários capitalistas e pela melhor maneira de aplicar esse capital em cada momento histórico, isto é, pelo tamanho ótimo de exploração.

Diferentemente dos outros autores, a contradição do desenvolvimento do capitalismo na agricultura se situa, segundo Marx, no confronto da propriedade da terra em geral com a propriedade do capital e não no grau de concentração da terra como elemento determinante.

As contradições que vão ocorrer do ponto de vista da acumulação de capital na agricultura, do desenvolvimento do capitalismo agrário, do aumento da extensão de terras exploradas, no processo de concentração de capitais na agricultura estão diretamente ligadas à questão da propriedade privada da terra, ao monopólio da terra, e não especificamente ao tamanho da propriedade.

Portanto, é o monopólio da terra e essencialmente sua valorização econômica no Modo de Produção Capitalista que vão determinar as contradições no processo de acumulação e concentração dos capitais na agricultura.

Por conseguinte, a separação da propriedade da terra e propriedade do capital faz com que, em Marx, o grau de concentração da terra, a acumulação da propriedade fundiária, tenha apenas uma incidência secundária no processo geral de desenvolvimento capitalista da agricultura. Uma influência secundária que determina simplesmente um grau maior ou menor de monopólio da terra.

Não se encontrará claramente a separação em análise como forma dominante na maioria dos grandes processos de desenvolvimento capitalista da agricultura. Isso leva, a partir de Marx, a que se defronte com o fato de que os outros autores marxistas analisam fundamentalmente um processo de desenvolvimento capitalista da agricultura que assume uma forma de não separação ou, pelo menos, de não separação principal ou não separação direta en-

tre propriedade fundiária e propriedade do capital que se investe na agricultura, tendo-se, portanto, uma figura dupla em que o proprietário da terra é também o proprietário do capital.

Na medida em que não são dois agentes econômicos diferentes - proprietários da terra e proprietário do capital -, o processo de acumulação de propriedade fundiária, isto é, o tamanho da propriedade, torna-se um elemento que vai interagir muito mais diretamente com o tamanho da exploração agrícola. Daí ter-se, em Lênin, dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: da transformação da grande propriedade e o da diferenciação interna do campesinato⁽⁸⁾.

A transformação da agricultura em agricultura capitalista ocorre simultaneamente à concentração da área semeada e à acentuação do caráter comercial da agricultura. Ou seja, esse período de transição para o capitalismo se faz em detrimento do campesinato e em benefício da propriedade fundiária.

A componente camponesa é extremamente significativa na formação econômica e social russa, analisada por Lênin. Nesse sentido, o desenvolvimento mercantilizado encontra, na agricultura, duas formas de produção que podem ser separadas mas não são

(8) CAMPEGINATO: sabe-se que existe uma grande discussão teórica em torno do conceito de campesinato. Neste trabalho, utiliza-se campesinato como pequeno produtor, sem discorrer sobre o assunto, devido não se constituir em objeto de análise do estudo.

duas formas de organização de produção.

As duas vias de desenvolvimento capitalista da agricultura russa, a da modernização da grande propriedade rural e a da desintegração do campesinato em direção ao capitalismo ou à proletarização do camponês, trazem qualificações, porque os dois rumos não são equivalentes. Com efeito, apesar de chegarem ao mesmo resultado, não o fazem a ele no mesmo ritmo e da mesma forma.

Na análise de Lênin vê-se claramente o fato de que a via camponesa do desenvolvimento do capital na agricultura é muito mais rápida para o capitalismo do que a via da modernização da grande propriedade.

A diferenciação camponesa se processa devido ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura provocar situações nas quais o pequeno agricultor pode ser expropriado ou permanecer como tal. Para tanto, ele precisa transformar-se em produtor de mercadorias, passando então a depender das condições de mercado.

As relações econômicas e sociais entre os camponeses passam a configurar as contradições próprias do capitalismo, na medida em que essas contradições constituem o processo de desintegração do campesinato. Essa desintegração leva à transformação camponesa, distinguindo-o em classes distintas, burguesia camponesa e proletariado rural, favorecendo o desaparecimento do cam-

ponês médio.

Embora exista a simbiose do proprietário da terra com o investidor capitalista, este é, na realidade, pequeno proprietário. Nesse sentido, não tem condições de fundar o seu processo de acumulação, principal e significativamente, na propriedade da terra. Ele vai ter de edificar o seu processo de acumulação fundamentalmente no processo de aumento da produção e conquista de mercados. E a maneira de aumentar a produção e mercados é o uso, mais completo possível, da propriedade da terra que dispõe, já que tem, como limite básico, as precárias condições de aquisição de máquinas, devido ao fato de o grande proprietário da terra se consubstanciar em agente econômico preferencial para o mercado de máquinas modernas.

Esta a diferenciação do ritmo de produção entre o uso dos recursos naturais monopolizados na grande propriedade que caminha em direção ao capitalismo e numa pequena propriedade que se transforma em produção capitalista.

O processo de desenvolvimento do capitalismo através da grande propriedade ocorre de forma mais lenta porque, segundo Lênin, sua valorização organiza-se por meio de um processo que é, em parte, desenvolvimento do capitalismo na agricultura e, em outra parte, utilização das prestações de trabalho.

Cabe considerar que as condições que determinam a aplicação de capital do pequeno capitalista em processo de acumulação são diferentes das que regem o investimento de capital do grande proprietário em transformação para proprietário capitalista.

A taxa de lucro requerida para o investimento pode configurar-se de forma diferente para os dois casos, pois o grande pode alicerçar sua acumulação na produção e na propriedade da terra, enquanto o pequeno só pode fundar sua acumulação no lucro obtido no processo produtivo.

Então, as condições de investimento do capital na grande propriedade são mediatizadas pela segurança do investimento e pela taxa de recuperação desse investimento, pois se não houver muita certeza de retorno pode-se deixar de empregar capital na agricultura para continuar acumulando capital apenas por meio da monopolização da grande extensão de terra.

Essas são também preocupações do pequeno capitalista. No entanto, o pequeno capitalista se lança com todo vigor ao processo produtivo, pois sabe que é a única forma de recuperar o investimento do capital adiantado.

Por isso é que Lênin coloca que o desenvolvimento capitalista realizado pela via camponesa ocorre de maneira mais rápida. É claro que é uma via para as condições de realização da

produção e para um período de tempo determinado, porque, segundo a análise ora apresentada, o processo de desenvolvimento do capitalismo agrário é também um processo de reconcentração fundiária.

Lênin afirma ainda que o capitalismo agrícola não tem desenvolvimento uniforme. Ele irá atingir certos setores muito antes que outros, porque a dinâmica do capital passa a ser regida pelos caprichos do mercado, isto é, é a dinâmica criada pelo mercado que irá determinar o campo de ação do capital, dadas as especificidades concretas que se dão no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Vê-se assim que o caráter desigual e lento de certas formas do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, bem com as análises das contradições do próprio processo geral de acumulação do capital que esse desenvolvimento traz através do crescimento da renda fundiária, tudo isso é determinado essencialmente pelo monopólio da terra.

Porém, apesar das distorções verificadas, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura realiza, no fundamental, um processo de transformação, de revolução, que retira a agricultura do campo do atrasado, do tradicional, do separado, do extraeconômico para o domínio do econômico, para o domínio do Modo de Produção Capitalista.

1.2.1 - Grande Propriedade, Grande Exploração, Pequena Exploração e Latifúndio

A discussão do conceito de grande propriedade suscita a análise sobre a definição de grande exploração versus pequena exploração, como também sobre o conceito de latifúndio, tendo em vista que o objetivo do FINOR-Agropecuário para o Nordeste, particularmente para o Piauí, é a transformação de grandes propriedades, ou seja, de latifúndio por exploração (nomenclatura do INCRA), em empresas rurais capitalistas.

O conceito de latifúndio nasceu simplesmente como grande extensão de terra para plantagem e emprego de mão-de-obra e não como um conceito pejorativo, no sentido de baixa produtividade.

No século passado, as grandes *plantations* que produziam para exportação era o que havia de mais avançado do ponto de vista tecnológico e da massa de trabalhadores. Já no século XX, quando já se observam grandes e várias regiões subdesenvolvidas com certo nível de industrialização, porém com uma agricultura que não acompanha o processo de aumento da produtividade no trabalho, verifica-se a institucionalização do conceito de latifúndio em termos claramente pejorativos. Isto é, o latifúndio pas-

sou a ser sinônimo de grande quantidade de terra com pouco uso, mal uso ou não uso.

Foi Kautsky quem colocou o latifúndio como possibilidade de produção intensiva. Mas existem autores, a serem posteriormente estudados, que trabalham o latifúndio com a conotação do século XX, de país subdesenvolvido.

Segundo Kautsky, onde predomina o arrendamento os proprietários procuram ampliar o máximo possível suas propriedades. Neste caso, não coincide exploração e propriedade, pois os proprietários tentam arrendar o máximo possível, visando obter os maiores lucros.

Quando a exploração se confunde com a propriedade, ou seja, quando a terra é explorada pelo proprietário, a centralização do solo ocorre pelo desejo do proprietário de adquirir novas áreas e não de aumentar a gleba que está sendo cultivada.

A centralização do solo (compra de diversas áreas de terras), junto com a centralização da administração, implicam a formação de latifúndio. Este constitui-se, então, dessa nova maneira de exploração, caracterizada por várias empresas fundidas e controladas por um único proprietário, combinando diversos serviços e objetivando uma maior quantidade de lucro.

Esse tipo de exploração é mais vantajosa devido ao fato de possuir melhores condições de obtenção de meios de produção a preços mais baixos, maior quantidade de capital - pois há mais facilidade de obtenção de crédito para os grandes proprietários - e maior possibilidade de emprego de máquinas poupadoras de mão-de-obra.

Portanto, de acordo com Kautsky, é no latifúndio, enquanto grande produção, que se observa a racionalidade da agricultura moderna e não na pequena exploração camponesa.

Para a consolidação da existência de empresa capitalista, tem-se necessidade de ampliar o montante de trabalhadores disponíveis ao trabalho. Para tanto, os grandes proprietários fundiários expropriam os pequenos produtores, levando-os à proletarização.

Porém, para Kautsky, essa contínua ampliação da exploração agrícola leva a grande empresa a necessitar de uma quantidade cada vez maior de mão-de-obra. É, então, no bojo desse processo de crescimento capitalista que surge a crise por demanda de trabalho. Para solucionar essa situação, os grandes proprietários procuram reinventar as pequenas explorações, por meio de venda ou de arrendamento de suas terras, a fim de se abastecerem da mão-de-obra necessária à continuidade da ampliação da exploração.

Atendida a demanda, os proprietários tendem novamente a expropriar os pequenos produtores. Inference-se, entretanto, que essa é uma contradição intrínseca ao Modo de Produção Capitalista na qual a grande e a pequena exploração não se excluem, mas prestam-se auxílios mútuos, sendo, naturalmente, favorecida, no processo, a grande exploração.

Vê-se então que a grande propriedade tem mais alternativas de escolha econômica, de inversão de capital, do que outras estruturas de propriedade da terra. E, por ter mais alternativas, tanto pode ser um elemento dinâmico no processo de transição ao sistema capitalista, quanto pode ser também lento ou dinamizador na passagem do extensivo para o intensivo.

O que irá determinar o rumo econômico a ser tomado pelo latifundiário são as possibilidades de valorização do capital. Se ele considerar rentável a passagem à produção capitalista, sobretudo a passagem à produção intensiva, terá todos os meios de acesso para viabilizá-la, ou seja, terra em grande quantidade, acesso ao crédito, às políticas estatais de modernização da agricultura e à geração e difusão de tecnologia.

O elemento que organiza a superioridade da grande exploração sobre a pequena é o problema de escala, pois, para Kautsky, é a grande produção que determina a economia nos ani-

mais, nos instrumentos de trabalho, no uso de energia elétrica e na possibilidade do uso de máquinas, além de permitir uma visão de trabalho e da especialização dos próprios instrumentos de produção.

Precisa-se, então, ter uma escala de trabalho, uma escala de produção, para que se possam empregar os instrumentos de trabalho a cada uma das específicas tarefas da produção e se imprima uma direção científica ao processo produtivo. Não é qualquer tamanho de exploração que viabiliza economicamente, por exemplo, o emprego de um agrônomo, da mesma forma que não é qualquer tamanho de exploração que possibilita obras de maior fôlego, como irrigação e drenagem. Então, a escala de produção, a escala em que se dá a exploração agrícola, é, na análise de Kaustky, o primeiro elemento determinante da superioridade técnica da grande exploração.

Ao lado da superioridade técnica, situa-se a superioridade econômica, que se consubstancia nas vantagens comercial, decorrente do fato de a grande exploração ter condições de comprar por atacado, adquirindo os melhores produtos a preços mais baixos, e creditícia, em que tem menores custos de empréstimos.

Por conseguinte, o limite inicial da escala de produção é o limite do capital, já que, no período histórico analisado por Kaustky, não existia crédito de investimento que permitisse à pe-

quena produção o acesso aos meios que potencializassem o trabalho familiar do ponto de vista da grande produtividade.

À pequena produção no período concorrencial - quando o produto do trabalho do pequeno camponês é destinado ao mercado, emulando-se com a produção capitalista - cabe poucas alternativas de sobrevivência, tendo em vista que ela detém pequena extensão de terra e não possui facilidades de acesso às vantagens comerciais, creditícias e técnicas.

Nesse quadro, resta à produção camponesa aumentar o grau de auto-exploração, através de jornadas de trabalho cada vez maiores e do subconsumo alimentar, numa tentativa de compensar pela quantidade de trabalho a qualidade de trabalho potencializada por máquinas e insumos empregados na grande exploração. Essa estratégia tem validade, podendo permitir uma certa sobrevivência da pequena exploração até o momento em que a grande revolucione os meios de produção.

Kautsky coloca ainda que, com utilização de técnica igual, a produção camponesa é mais eficaz do que a grande produção, pois, se a técnica é a mesma, de um lado tem-se um agente econômico trabalhando para si mesmo, e, de outro, um agente econômico trabalhando para outrem, o que deixa claro que os ganhos do trabalho na grande não são suficientes para compensar a diferença de dedicação na pequena exploração.

Mas a partir do momento em que a produção passa a ser realizada na grande propriedade, por meio de máquinas mais modernas, essa situação muda qualitativamente de figura, pois a concorrência da pequena está sempre em desvantagem, já que é através da exploração do trabalho, da subalimentação, que ela vai manter-se e não por eficácia na produção.

1.2.2. GRANDE PROPRIEDADE ANALISADA POR AUTORES BRASILEIROS

A análise do conceito de latifúndio, feita por autores brasileiros, consubstancia-se em sua maioria sob o ponto de vista da grande propriedade improdutiva. Destacar-se-ão, neste texto, os autores Manuel Correia de Andrade, Juarez Brandão e Ângela Kageyama.

Andrade (1980:23) inicia sua análise colocando que a terra é um instrumento de produção limitada em quantidade, apesar da inovação tecnológica e do aumento do quantum de trabalho possibilitarem o acréscimo de terras agricultáveis, através de diques, irrigação e outras técnicas modernas.

A estrutura fundiária representa a apropriação da terra em determinado momento histórico, decorrente da evolução do processo político e do emprego de tecnologias pelos produtores dire-

tos, possibilitando, inclusive, a estes, a geração de excedentes. Nesta situação, verifica-se a pressão da classe abastada sobre os agricultores pela posse e uso da terra, com o fim de garantir para si a acumulação de capital proveniente do excedente produzido.

Portanto, a estrutura fundiária é responsável pela forma como se desenvolvem as relações no setor rural, quer em termos de remuneração do agricultor, quer em termos de acumulação de capital dos proprietários. De maneira mais particularizada, dela depende o grau de utilização da terra, o nível de emprego de novas técnicas e o nível de vida da população rural e urbana.

No Brasil, e particularmente no Nordeste, o setor primário se caracteriza, segundo Andrade, por grandes propriedades subutilizadas, atrasadas, ou seja, pelos latifúndios, que podem pertencer a empresas comerciais, industriais e bancárias e aos próprios latifundiários.

Por essa análise, o latifúndio se constitui, então, em entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que passa a exercer a função de reserva de valor e de agente propulsor da expulsão da população rural para o setor urbano.

Com efeito, o latifúndio traz como consequência a existência de grandes extensões de terras improdutivas e o baixo nível de abastecimento de produtos à população do Brasil, além de

privilegiar a exploração para a exportação e pecuária extensiva, embora de forma incipiente.

Para Brandão Lopes (1978:07), a estrutura agrária brasileira, a partir de 1930, é constituída pelo latifúndio e economia camponesa, ao lado de empresas capitalistas e pequenas unidades produtoras de mercadorias.

Esse latifúndio se caracteriza por grandes dimensões de terras, pela produção extensiva e pelo subdesenvolvimento do mercado agrário. Sua exploração é realizada através da mão-de-obra não assalariada e sua produção destinada aos mercados externo e interno. A mão-de-obra pode ser constituída também por moradores ou agregados, os quais dedicam um certo número de dias de serviço ao proprietário da terra.

As unidades camponesas se compõem pelos pequenos proprietários, arrendatários e posseiros, que produzem para auto-reproduzirem-se enquanto camponeses. Só quando existe excedente é que eles se deslocam até o mercado. A parcela que chega ao mercado é a renda fundiária, paga ao proprietário da terra. Elas raramente utilizam trabalho adicional, pois suas necessidades são satisfeitas através de mutirões.

Já as unidades que produzem mercadorias são constituídas de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros produ-

zindo para o mercado com força de trabalho familiar. Só excepcionalmente utilizam trabalho assalariado e, para não serem engolidos pelas grandes empresas rurais por meio da concorrência, são obrigadas ao sobretrabalho e à subnutrição da família.

Com a introdução da empresa agropecuária capitalista, a agricultura passa a ser um ramo da indústria onde o emprego de capital depende da melhor alternativa de conseguir lucro médio. Nesta empresa, as relações de produção são definidas pelo assalariamento da força de trabalho, originando os conhecidos "*bóias-frias*", em São Paulo, ou os "*clandestinos*", na zona da mata do Nordeste. Verifica-se, ao mesmo tempo, um crescimento da composição orgânica do capital neste setor, derivado da maior utilização de máquinas e insumos modernos.

A grande propriedade monopolizada não é obstáculo à modernização da agricultura. O que se coloca como determinante para este processo é a inserção do capital no mercado. Ou seja, a existência do latifúndio atrasado ou da empresa rural na verdade se constitui, para Brandão Lopes, em um problema apenas de mercantilização. Segundo ele, é um processo natural e sem traumas a transformação de latifúndio em empresas rurais capitalistas, uma vez que estas dependem exclusivamente do mercado.

Para Kageyama (1988:08), a especificidade da agricultura se dá pela reduzida duração do período de trabalho e pela

grande diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de rotação do capital, característica esta que também demonstra o atraso da agricultura em relação aos outros ramos da economia capitalista.

Para a autora, a propriedade privada da terra e a renda fundiária podem ser obstáculos à racionalidade produtiva da agricultura. Isso se dá quando o proprietário da terra e o arrendatário representam agentes econômicos diferentes, pois o último não quererá realizar investimentos de larga maturação do qual não receberá benefícios, ou quando o proprietário e arrendatário se constituem no mesmo agente e a compra de terra implicar em desvio de capital do setor produtivo.

Afirma, ainda, que o progresso técnico no Modo de Produção Capitalista é a mola mestra da subordinação da terra ao capital e que o processo de modernização da agricultura faz com que a propriedade da terra perca a capacidade de criar renda fundiária, especificamente, nesse caso, a renda absoluta.

Portanto, a propriedade privada da terra no Sistema Capitalista é apenas pré-condição para a valorização do capital de parte do excedente produzido, perdendo, então, o poder de gerar as condições que permitirão o surgimento do excedente.

Por conseguinte, o Modo de Produção Capitalista procura subordinar a propriedade privada da terra à lógica do capital,

por meio do nível técnico-econômico, aplicando-se novas técnicas que visam ao aumento da produtividade do trabalho e do rendimento da terra, e do nível sócio-econômico, em que se procura transformar a terra em capital.

A estrutura fundiária em si não é, portanto, um entrave ao desenvolvimento capitalista da agricultura, pois a introdução de novas técnicas, isto é, a evolução da modernização, depende muito mais de fatores externos a essa estrutura. Consequentemente, para Kageyama, a eficiência econômica da propriedade privada da terra está relacionada com a tecnologia utilizada e não com o tamanho da propriedade.

Andrade considera que o latifúndio representa obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo, porém não coloca que essa é uma característica da grande propriedade. Na verdade, esse entrave se verifica devido ao fato de o autor conceituar latifúndio como grande propriedade subutilizada ou subexplorada.

O fundamental na análise da grande propriedade versus grande exploração se encontra na geração e ampliação da acumulação de capital, uma vez que os capitalistas visam à rentabilidade no emprego de capital.

No Brasil, e particularmente no Nordeste, as grandes propriedades servem, em sua maioria, como reserva contra a desva-

lorização da moeda e não como elemento de emprego da mão-de-obra disponível, o que permite que esta migre para os centros urbanos.

Brandão Lopes faz uma análise unilateral do processo de modernização da agricultura, pois, para ele, a transformação do latifúndio em empresa capitalista rural depende exclusivamente do desenvolvimento dos mercados. Todavia, não leva em consideração os diversos elementos que determinam a complexidade do mercado, tais como concorrência, tecnologia, terra e preço.

A existência de mercado é uma condição, mas há que se saber se esse mercado é rentável e se todos os mercados têm a mesma rentabilidade. Ou seja, tem-se que incluir no estudo outros componentes que justificam a rentabilidade do capital.

Mas se só o mercado não é suficiente, é, contudo, uma condição, pois quanto maior o mercado maior a intensificação das trocas. Essa relação não é, diga-se, uma relação direta, unívoca. Portanto, o essencial para a análise do processo da passagem do latifúndio pré-capitalista para a empresa rural é a presença da renda fundiária capitalista.

Já Kageyama coloca que a estrutura fundiária é apenas um referencial para o entrave do desenvolvimento do capitalismo. Para ela, o obstáculo principal se concentra na ausência de inovações tecnológicas, na não existência de um mercado que absorva

os produtos oriundos de uma atividade produtiva e na ausência de políticas públicas que possibilitem o acesso ao crédito como forma de subsidiar a modernização da agricultura.

É claro que as condições colocadas por Kageyama, inclusive sua concordância com Brandão Lopes no tocante ao desenvolvimento dos mercados, são importantes para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura no Brasil, que se processou a partir de mudança na base técnica, financiada pelas políticas governamentais. Isso fica mais evidente se se observar que, no País, a mecanização se constitui no caminho clássico de modernização do latifúndio, pois pode-se ter propriedades de terras que são, simultaneamente, extensivas e mecanizadas.

Em que pese a importância da análise e dos elementos econômicos colocados por Kageyama e Brandão Lopes como alicerces do processo de modernização da agricultura em geral e em particular da grande propriedade, é importante frisar que eles não discutiram um dos elementos mais importantes no processo, que é a terra. É que o capital, objetivando sua reprodução ampliada, procurará dirigir-se para as terras que poderão apresentar maiores possibilidades de potenciar seu investimento adiantado. E como o movimento do capital busca lucro extraordinário, terá necessariamente que correr atrás de renda fundiária, operando nas melhores terras, que são, naturalmente, monopolizadas ou monopolizáveis.

Defende-se, em discordância com Andrade, que a estrutura agrária em si não é obstáculo à penetração do capitalismo no campo. Na realidade, é o movimento da renda fundiária, como expressão da lógica do capital, que determina a inversão do capital ou não, isto é, a estrutura agrária é determinada pelas condições econômicas de auferição da renda fundiária. Portanto, o ponto fundamental na análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura se centra no processo de valorização da terra.

Dessa forma, os projetos financiados pelo FINOR enquadram-se neste conceito de grande propriedade, que se caracteriza não pelo tamanho em si da propriedade da terra, mas pela potencialidade da inversão de capital em terras monopolizadas. Isso se dá porque o monopólio da terra facilita as vias de acesso às inovações físico-químicas e mecânicas, o que a levará a se colocar como elemento preferencial da modernização.

Coloca-se, outrossim, que a grande propriedade não necessariamente se confunde com grande exploração. Podendo se consubstanciar em pequena ou em grande propriedade, sua caracterização vai depender do nível da escolha econômica, isto é, do quantum de capital investido no processo produtivo e do quantum do resultado do produto do trabalho.

Portanto, o fundamental, na análise da grande propriedade, grande exploração e latifúndio, no que se concorda com Kautsky, são as possibilidades de valorização do capital. Obviamente que as diferentes opções econômicas do capital estão estreitamente relacionadas com a monopolização da terra, uma vez que ele procurará deslocar-se para a terra com maior probabilidade de autovalorizar-se.

CAPÍTULO SEGUNDO

A INSERÇÃO DO FINOR - AGROPECUÁRIO NAS CONDIÇÕES DA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DO PIAUI

No capítulo anterior, discutiu-se o referencial teórico adequado para o entendimento da grande propriedade da terra no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir da análise da reprodução ampliada do capital.

Neste capítulo, tratar-se-á dos aspectos da economia nordestina e piauiense, em particular do setor primário do estado, para, em seguida, analisar-se a inserção do FINOR - Agropecuário no referido setor.

2.1. ALTERNATIVAS DE VALORIZAÇÃO DA TERRA

O processo de acumulação de capital na agropecuária se desenvolve através do monopólio da terra, aliado à sua rentabili-

dade, devido à monopolização colocar o grande proprietário em condições de optar entre as diversas alternativas de valorização econômica da terra.

Se o proprietário considera rentável o instrumento produtivo, pode viabilizá-lo através da facilidade do acesso ao crédito, à tecnologia e às políticas estatais destinadas à modernização do setor primário. Dessa forma, a grande propriedade pode se transformar em grande exploração, sendo, então, elemento dinamizador da passagem da produção extensiva para a intensiva, de acordo com a tendência analisada para o processo de desenvolvimento capitalista no setor rural.

O proprietário fundiário também pode optar pela alternativa de não exploração produtiva da terra, situação na qual o grande proprietário tende a esperar ou mesmo forjar a subida da renda fundiária. Na realidade, a grande extensão de terra apropriada e não utilizada se consubstancia em reserva de valor, servindo de instrumento capaz de favorecer a obtenção de uma renda fundiária potencial.

No Brasil, a análise sobre as formas de rentabilidade do capital na agropecuária se diferencia entre diversos autores, como se viu anteriormente. A premissa primeira dessa diferenciação se centra nas alternativas de valorização econômica da terra, conjugada com uma estrutura fundiária extremamente concentrada.

Porém, em que pese a relação direta que, por exemplo, Andrade (1980:23) faz de latifúndio com produção extensiva ou latifúndio com improdutividade, vê-se que a política destinada à modernização da agropecuária, implementada pelo Governo Federal a partir da década de 1960, possibilitou o surgimento de grandes propriedades - latifúndios produtivos, como também beneficiou a ampliação do estoque de terras tituladas não produtivas⁽⁹⁾.

A região Nordeste, especificamente, apresenta desde sua colonização uma estrutura fundiária extremamente concentrada, derivada do sistema de sesmarias introduzido pela Coroa Portuguesa no Brasil. Com exceção da grande propriedade destinada à exploração da cana de açúcar - e essa diferenciação se apresenta com maior clareza após implantação do PRÓ - ALCÓOL⁽¹⁰⁾, pois anteriormente a grande propriedade canavieira era considerada como protótipo da exploração "latifundiária" -, as demais propriedades são subutilizadas.

O monopólio da terra, em condições de produção extensiva, garante o surgimento de mecanismos necessários à apropriação do sobretrabalho. Neste sentido, procura-se caracterizar lati-

(9) Ver sobre o assunto: DELGADO, Costa Guilherme. 1985.

(10) "PRÓ - ALCÓOL - Programa Nacional do Alcool, criado pelo Governo Federal em 14 de novembro de 1975, com a finalidade de desenvolver a produção do álcool e sua comercialização como substituto da gasolina". Sandroni (1985:348).

fúndio não apenas com base na extensão da terra, mas também por meio das relações de produção existente.

Porém, é a lógica econômica da grande propriedade, vigente em cada momento histórico, que determina o tipo de relação social de produção predominante, ou seja, que dita as relações de produção às quais são submetidos os trabalhadores despossuídos de terras.

No campo brasileiro, e em particular no Nordeste e no Piauí, o proprietário da terra e o capitalista são o mesmo agente econômico, daí ele, enquanto personificação do capital, dirigir-se para os investimentos onde a possibilidade de renda fundiária ou de lucro médio seja a mais elevada.

2.2. FINOR - AGROPECUÁRIO CONSTITUI-SE EM MECANISMO VIABILIZADOR DE VALORIZAÇÃO DA TERRA?

Para responder a essa indagação, tem-se que primeiramente analisar as características fundamentais do FINOR - Agropecuário, bem como as condições da estrutura econômica piauiense que possibilitaram a sua inversão no estado.

2.2.1. INSERÇÃO DO FINOR - AGROPECUÁRIO NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No final da década de 60, o Governo Federal instituiu a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste⁽¹¹⁾ -, que tinha por objetivo a realização de planejamento regional centralizado no Nordeste, sob a ideologia de uma política modernizante, tendo em vista as grandes disparidades regionais vigentes no final da década de 1950, decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista implementado no país. Para dar suporte financeiro a essa política modernizadora, foram instituídos os incentivos fiscais.

Os recursos dos incentivos fiscais advinham da dedução de até 50% do imposto de renda de pessoas jurídicas de capital totalmente nacional, devido à União. A SUDENE ficou sendo o órgão responsável pela avaliação dos projetos de desenvolvimento e o BNB - Banco do Nordeste do Brasil - o gestor financeiro.

Esses projetos, ao serem aprovados, podiam receber de 30% a 70% do investimento total proposto pelo empresário privado. O restante corresponderia aos recursos próprios dos proponentes dos investimentos. De acordo com a SUDENE (1986:18),

⁽¹¹⁾ Sobre o assunto ver OLIVEIRA, Francisco. 1981.

"consideram-se recursos próprios: a) recursos de dinheiro, bens de capital novos, imóveis e terras; b) lucros suspensos, créditos de acionistas (...) e reservas de lucros, conjunto de máquinas, equipamentos e instalações ...".

Os empresários, após aprovação dos projetos pela SUDENE, dirigiam-se aos detentores de opções por incentivos fiscais, com os quais transacionavam a aplicação dos recursos nos empreendimentos. Estes eram convertidos em ações preferenciais⁽¹²⁾ não transferíveis e não negociáveis ao longo do período de 05 (cinco) anos, após a conclusão dos empreendimentos, para projetos aprovados após julho/1963, e 10 (dez) anos, para os aprovados antes desta data.

Em 1963, por meio do artigo 18 da Lei nº 4.239, que aprovou o II Plano Diretor da SUDENE, os benefícios dos incentivos foram estendidos às empresas estrangeiras e a empreendimentos agropecuários. Introduziu-se, também, a isenção do imposto de renda, pelo período de 10 (dez) anos, e a do imposto sobre importação de insumos modernos utilizados nos projetos, e se expandiu à Amazônia Legal o direito aos incentivos fiscais, conhecido mecanismo 34/18, denominação derivada dos artigos que os aprovaram.

(12) Ações Preferenciais: *"são aquelas cujos possuidores têm direito de receber uma percentagem fixa dos lucros, antes de distribuídos os dividendos da empresa"*. Sandroni (1985:08)

A segunda metade da década de 60 foi marcada pelo desvio de recursos do Nordeste e da Amazônia para o Centro-Sul, devido à ampliação da área de atuação dos incentivos fiscais a projetos de reflorestamento, pesca e turismo.

A partir de 70 ocorreram grandes modificações no mecanismo 34/18, quais sejam:

- a) A criação do Programa de Integração Nacional - PIN, para o qual foi destinado 30% dos recursos oriundos dos incentivos fiscais;
- b) A instituição de projetos de alfabetização de adultos, a cargo do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, para o qual foi destinado 2% dos recursos; e
- c) A criação do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Nordeste - PROTERRA, ao qual se consagraram 2% dos incentivos fiscais.

Devido às novas áreas de atuação dos incentivos fiscais provocarem escassez de recursos para implantação de empresas modernas na região e o quase descontrole dos mecanismos que intermediavam os recursos do mercado de capitais dos incentivos fiscais, pois este era coordenado pelos empresários privados, o governo criou, em 1974, os fundos de investimentos: Fundo de Inves-

timento do Nordeste - FINOR, Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM e Fundo de Investimentos Setoriais - Fiset. Estes fundos substituíram o mecanismo 34/18.

Segundo Magalhães (1978:05), esses novos fundos de investimentos implementaram grandes modificações no funcionamento de alocação e distribuição dos recursos provenientes dos incentivos fiscais.

Até 1974, os projetos eram escolhidos diretamente pelos empresários privados. A partir desta data, tirou-se da empresa privada essa responsabilidade, resguardando o caso em que o empresário participe com 51% ou mais do investimento para o qual optou e que tenha sido aprovado pela SUDENE. A administração dos fundos e a avaliação dos projetos passaram aos órgãos supervisores dos incentivos: SUDENE e BNB, o FINOR; SUDAM e Banco da Amazônia S/A - BASA -, o FINAM; Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR -, as atividades relativas ao turismo; Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE - a pesca; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF -, o reflorestamento e o Banco do Brasil - BB -, o Fiset.

O sistema de incentivos fiscais opera através dos poupadores, que depositam parcela do imposto de renda devido, independente da origem de seu capital, e dos investidores que realizam inversões nos setores e regiões que, conjuntamente com a SU-

DENE, decidem desenvolver. Entre poupadores e investidores encontra-se o mercado de capitais, que intermedeia os recursos, os quais são administrados pelo governo e repassados para o setor privado. Por isso é que Aguiar (1985:121) afirma que

"... o FINOR se destaca como instrumento mais fácil, eficaz e eficiente de se especular com o processo de transferência de recursos públicos para o setor privado".

Dentro do mecanismo de incentivo fiscal, tem-se o FINOR - Agropecuário, cujo objetivo é a formação de empresas capitalistas na agricultura, as quais visam favorecer o crescimento da oferta de alimentos, o aumento da densidade demográfica da fronteira agrícola e a transformação e consolidação de uma agricultura de subsistência na zona semi-árida. O seu limite mínimo de investimento é de 45.000 ORTN's no Piauí e 70.000 nos outros estados do Nordeste.

As empresas, quando se candidatam a receber recursos do FINOR, têm suas terras classificadas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como latifúndio por exploração, devido ao fato de as propriedades contarem, segundo Sandroni (1989:114),

"... com as mesmas dimensões da empresa rural⁽¹³⁾, mas cuja área explorada é inferior ao que seria admitido racionalmente".

As terras apresentam-se sob a forma de caatinga, cerrados, pastos naturais, etc, esperando-se que, com os investimentos financiados pelos incentivos fiscais, as grandes propriedades, ou seja, os latifúndios por exploração, segundo a classificação do INCRA, se transformem em empresas rurais.

Essa posição assumida pela SUDENE é oriunda da justificativa de que a agropecuária nordestina se encontra em estágio atrasado devido à inexistência de capital destinado à produção no setor rural.

O Nordeste possui uma superfície de 1.650.000 km², que corresponde a 18,4% da área total do Brasil. Sua população, segundo o Censo de 1980, era superior a 35 milhões de habitantes, equivalendo a 30% da população brasileira, com taxa média de crescimento populacional de 2.2% ao ano, sendo que 47.4% da população residem nos centros urbanos e 52.6% no setor rural.

O FINOR - Agropecuário, para atender a seus objetivos básicos, procurou incentivar a transferência de capacidade empresarial e novas tecnologias do Centro-Sul para o Nordeste, através

(13) Empresa Rural - "O imóvel rural cuja área seja de até 600 vezes o módulo(14) e no qual pelo menos metade da área cultivável seja explorada de forma racional". Sandroni (1989:114).

(14) Módulo - "Uma propriedade familiar capaz de assegurar ao trabalhador rural um rendimento para seu progresso e bem estar econômico e social. Esse módulo varia de acordo com as condições geográficas de cada região" Sandroni (1989 : 114).

da instalação, na região, de empresas rurais modernas.

Dados da SUDENE, de 1985, revelam que foram aprovados 773 projetos para a pecuária e 94 para a atividade agrícola, o que corrobora a tese de que os investidores se deslocaram fundamentalmente para a pecuária. Como a pecuária é uma atividade explorada de forma extensiva, necessitava ela, portanto, de grande quantidade de terra, podendo então inferir-se que o FINOR - Agropecuário foi um mecanismo totalmente voltado para atender os grandes proprietários, principalmente aqueles que detinham terras com superfície média superior a 4.500 ha. Ou seja, o FINOR - Agropecuário foi um instrumento dirigido para a modernização do latifúndio, este entendido segundo o conceito dos autores brasileiros.

A justificativa dos empresários pelo investimento preferencial na pecuária se centrava nos riscos que a atividade agrícola poderia provocar, principalmente os advindos das irregularidades pluviométricas, da não existência na região de grandes terras cultiváveis ou irrigáveis e de o rebanho poder servir como reserva de valor e objeto facilitador de acesso ao crédito rural.

De acordo com Gasques & Moita (1985:5), apesar da atividade principal de aplicação do FINOR - Agropecuário e do extinto 34/18 ter sido a pecuária para corte, leite e reprodução, alguns desses projetos combinavam a atividade principal com a la-

voura, mormente o arroz, sendo raros os projetos exclusivamente de lavoura. Já em regiões do Ceará e da Paraíba encontravam-se importantes projetos de avicultura e suinocultura.

Quanto à produção, o FINOR exige que, na média, os projetos atinjam pleno funcionamento no sétimo ano. Para a pecuária, suíno e aves há a liberação de recursos para a constituição do plantel lastro, com o fim de chegar-se ao plantel de estabilização, que é o número de animais ou aves correspondente ao projetado.

Segundo Gasquez & Moita (1985:21), até 1983 apenas 01 (hum) latifúndio por exploração tinha constituído, após o sétimo ano de funcionamento, o plantel lastro previsto e somente 03 (três) empresas rurais possuíam rebanho superior ao do lastro. Além disso, a taxa de não-implantação - que é o indicador de quanto falta para que se atinja o pleno funcionamento - está, nos latifúndios por exploração, em torno de 82.4%. Consequentemente, a implantação foi de apenas 17.6% do previsto.

Nas empresas rurais, a taxa média de não-implantação estava em 66%, enquanto o volume de recursos deslocados para a implantação completa dos projetos foi de quase 100%, o que provocou dúvidas quanto ao destino desses recursos, pois nem mesmo os plantéis lastros estavam sendo adquiridos pelos empresários.

Não obstante essa situação, observou-se, conforme MINTER et alli (1986:114), que, após a implantação de empresas financiadas pelos incentivos fiscais, ocorreram mudanças na estrutura produtiva da agropecuária nordestina. Com efeito, em 1970 o valor de produção da agricultura era de 71.5%, caindo para 62.6% em 1980, enquanto o valor da produção da pecuária em 1970 foi de 16.8%, passando para 27.4% em 1980. Além disso, a avicultura cresceu de 1.4% para 4.3% no período considerado e a horticulura-fruticultura chegou em 1980 com 1.0% do valor da produção da agropecuária.

Em consonância, ainda, com a análise do MINTER et alli (1986:123), tem-se que a relação decrescente dos estados nordestinos que receberam rendimento monetário por hectare de área total do estabelecimento contém Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí, enquanto na relação decrescente dos estados quanto ao recebimento relativo dos recursos oriundos do FINOR - Agropecuário figuram Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Alagoas, verificando-se assim uma inversão entre as relações, o que pode levar a uma análise sobre a ineficiência na alocação dos recursos advindos dos incentivos fiscais.

Para Gasquez & Moita (1985:25), os efeitos sobre o emprego foram diferenciados por estado, de acordo com as principais atividades introduzidas através do FINOR - Agropecuário. No Ma-

ranhão, Bahia, Minas Gerais⁽¹⁵⁾ e Piauí predominou a combinação bovino abate + bovino reprodução, na qual o impacto dos projetos sobre o emprego foi extraordinariamente reduzido, devido ao fato dessas atividades evidenciarem-se como poupadora de mão de obra. No Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco a combinação leite + bovino abate + bovino reprodução foi a predominante, podendo ter havido efeitos benéficos sobre o emprego permanente, porque este é um tipo de mão de obra mais utilizado quando o leite se configura como atividade principal.

De acordo com MINTER at alli (1985:134), tem-se que entre 1970/80 o emprego permanente aumentou sua participação na agropecuária do Nordeste a uma taxa geométrica anual de 1.65% e o emprego temporário cresceu a uma taxa de 7.42% ao ano, implicando, portanto, no assalariamento do minifundista, o que demonstra a crescente proletarização temporária rural.

Essa situação é característica de economias atrasadas, onde tecnologias poupadoras de mão de obra, estrutura fundiária concentrada e baixo nível técnico dos trabalhadores levaram à utilização, pelos capitalistas, de trabalhadores temporários, para que pudessem auferir cada vez mais maiores lucros, sobretudo porque a agricultura no Nordeste tem tendência de constituir-se

(15) Minas Gerais, devido ao polígono das secas.

em atividade sazonal.

Desta forma, apesar dos objetivos da política de incentivos fiscais estarem direcionada para a modernização da agricultura e absorção de sua mão de obra, observou-se que a prática não correspondeu a essa aspiração. De fato, o que se verificou foi o fechamento da fronteira agrícola e o aumento vertiginoso dos conflitos de terra, em razão da implantação de "*empresas rurais*" que, além de estarem dirigidas para a modernização do "*latifúndio*", passam a expulsar trabalhadores de seus locais de trabalho.

Todo esse processo é fruto de um modelo econômico que decidiu subsidiar o capital através de recursos públicos destinados a uma pequena parcela de grandes empresários, deixando clara sua opção de favorecimento aos grandes proprietários de terra, ou seja, pela consolidação do Modo de Produção Capitalista.

O FINOR - Agropecuário caracterizou-se, portanto, como um dos instrumentos de desenvolvimento do Nordeste que se fundamentou na apropriação cada vez mais seletiva e privativa do capital social básico, tendo em vista que os grandes proprietários tanto obtêm recursos oriundos dos incentivos fiscais quanto se apossam das economias externas existentes nos locais de implantação dos projetos.

2.3. CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA ECONÔMICA RURAL DO PIAUÍ

O povoamento do Piauí se deu do interior para o litoral, decorrente da expansão da pecuária nordestina. Devido à crise pela qual passava a economia açucareira, muitos produtores se transferiram para a atividade pecuária. Como as margens do Rio São Francisco eram limitadas em área, o rebanho alcançou o Piauí, que possuía vastas extensões de terras para pastos naturais e abundância de recursos hídricos. Portanto, deste sua colonização, o estado tem sua economia caracterizada como primária, cuja atividade principal é a pecuária.

De acordo com Rocha (1988:31), até o início deste século a economia piauiense evidencia-se pelas atividades pecuária e algodoeira. Ao longo da primeira metade do século, a combinação passou a ser pecuária, extrativismo (cera de carnaúba e amêndoa do babaçu) e algodão.

Mas é só a partir de 1950, com o declínio da atividade extrativista no mercado internacional, que o Piauí inicia seu processo de modificação na estrutura produtiva, pois os grandes proprietários de terras, que auferiam seus excedentes através da renda fundiária e dos lucros oriundos da venda de produtos extrativistas no mercado externo, viram-se obrigados a captar excedentes apenas por meio da renda fundiária, decorrente do parcelamento de suas terras em pequenas unidades produtoras de bens de

subsistência.

Isso significou o consorciamento das atividades pecuária e algodoeira e da agricultura de subsistência. Apesar de esta ser explorada de forma tradicional, é uma atividade estreitamente ligada ao mercado, através de transações comerciais e da vinculação com o sistema financeiro⁽¹⁶⁾.

O Estado do Piauí possui uma área territorial de 250.934 km² e uma população, em 1985, de 2.425.940 habitantes, sendo que, deste total, aproximadamente 34% dedicam-se à agricultura⁽¹⁷⁾. Lima (1988:79) coloca que a densidade demográfica média do estado em 1980 era de 8,5 hab/km², cuja variação era de 50 hab/km² na microregião mais povoada a 1,1 hab/km, na menos densamente habitada. Esses são dados de 1980, por faltar dados de 1985. Todavia, pela pesquisa realizada, percebe-se que a situação demográfica do Piauí não sofreu modificações ao longo dos anos; por isso os dados, mesmo que antigos, não alterarão os resultados da investigação.

A população do Piauí apresenta-se, portanto, mal distribuída, concentrando-se no centro e no norte do estado, princi-

(16) Este assunto também é tratado por DOMINGOS NETO, Manuel e BORGES, Geraldo Almeida. 1987.

(17) Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. Censo Econômico - 1985, V-4, N-2, Região Nordeste, Secretaria do Planejamento da Presidência da República - FIOGE.6

palmente nas Microrregiões Homogêneas de Teresina e do Baixo Parnaíba Piauiense, enquanto que, no sul do estado, nas Microrregiões do Alto Parnaíba Piauiense, Médio Gurguéia e Floriano, mantém-se bastante rarefeita⁽¹⁸⁾.

O solo piauiense caracteriza-se pela inclusão, a leste, na grande região do semi-árido nordestino, correspondendo, segundo Kageyama (1988:44) a *"58,6% da área e 51% dos estabelecimentos em 1985 ..."*.

Afirma ela que

"os grandes estabelecimentos (1.000 e mais) do semi-árido desse estado correspondem a 51,4% do seu total no estado, ocupando 57,8% da área ...". Este é um caso de extrema equidade na distribuição espacial dos "latifúndios" dentro do estado, ou seja, eles estão presentes na porção semi-árida na mesma proporção em que esta área está presente no total do estado. Em outros termos, no Piauí pode-se dizer que, os "latifúndios" estão "aleatoriamente" distribuídos entre a parte semi-árida e o resto do estado". Kageyama, 1988:44).

A oeste do estado, na área de transição do semi-árido para a mata amazônica, a distribuição da estrutura fundiária também não sofre modificações. Apesar de compôr-se basicamente da vegetação do tipo cerrado, o Estado do Piauí não apresenta grandes diferenciações em termos de solo. Suas terras mais férteis

(18) Vide Anexo II.

se localizam nos vales dos rios Parnaíba, Uruçuí Preto, Gurguéia e Poti⁽¹⁹⁾.

A estrutura fundiária será verificada através do comportamento de 3 (três) grupos de estabelecimentos⁽²⁰⁾.

1. Faixa de 0 a 100 ha: representava, em 1960⁽²⁰⁾, 80,9% do número de estabelecimentos existentes e uma área de 14,2% do total, com um estabelecimento ocupando, em média, 18,3 ha no Piauí, enquanto no Nordeste a média por estabelecimento se encontra em 11,3 ha. Em 1985⁽²¹⁾, sua representação passa para 92,7% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 9,9 ha, em média, no estado e no Nordeste.
2. faixa de 100 a menos de 1.000 ha: Em 1960, representava 17,5% do número de estabelecimentos, ocupando um espaço de 45,7%.

(19) Ver anexo III.

(20) ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: De acordo com estatísticos históricos do Brasil (1990:309), "Os Censos Agropecuários de 1960 e 1970 adotaram o mesmo conceito de estabelecimento": "todo terreno, de áreas contínua, independente de tamanho, formado por uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processará exploração agropecuária (...). Excluíram-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas" ... "Em 1975, 1980 e 1985, nova conceituação de estabelecimento foi adotada, diferindo dos 2 (dois) censos anteriores ao considerar como estabelecimento único, parcelas de terras descontínuas localizadas em um mesmo setor de enumeração: "as parcelas não confinantes exploradas em conjunto por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo setor e utilizassem os mesmos recursos técnicos (...) e os mesmos recursos humanos (...), estando subordinado a uma única administração (...)". Procurar-se-ão analisar os dados da estrutura fundiária à luz dos conceitos acima colocados, com todo cuidado possível para que não se chegue a conclusões deturpadas a respeito do ponto ora em discussão.

(21) Todos os dados de 1960 foram tirados do Censo Agrícola de 1960: Maranhão - Piauí e Brasil; os de 1985 foram tirados dos Censos Econômicos - Brasil e Piauí.

com uma média por estabelecimento, no estado, de 272,7 ha e, no Nordeste, de 269,5 ha. Em 1985, o número de estabelecimentos reduz-se para 6,7%, com uma área ocupada de 37,5% e uma média por estabelecimento de 245,9% no Piauí e 251,2 ha no Nordeste.

3. faixa de 10.000 ha e mais: No ano de 1960, representava 0,05% do total do número de estabelecimentos, com 9,9% da área total, sendo a média por estabelecimento no estado de 19.268 ha e, no Nordeste, de 19.828 ha. No ano de 1985, o número de estabelecimento representou 0,027%, ocupando uma área de 15,7% do total, com uma média por estabelecimento no estado de 25.068 ha e, no Nordeste, de 24.384 ha.

Em que pese a diferença no conceito de estabelecimento agropecuário, observa-se que, ao longo do período considerando, nos estratos de área de 0 a 100 ha e 100 a menos de 1.000 ha a média por estabelecimento reduz-se e somente no estrato de 10.000 ha e mais essa média se amplia.

É interessante ressaltar que na faixa de 0 a 100 ha o número de estabelecimento cresce no período considerado, porém a média por estabelecimento reduz-se no Piauí e no Nordeste. Enquanto no estrato de 10.000 ha e mais o número de estabelecimento reduz-se, a área ocupada cresce e conseqüentemente se amplia também a área média ocupada por estabelecimento no Piauí e no Nor-

deste. É mister salientar que dos 12 (doze) estabelecimentos com 100.000 ha e mais, em 1985, 04 (quatro) se localizam no Piauí.

Esses dados demonstram que, ao longo dos anos, ocorreu uma intensa concentração de terras no Estado do Piauí, acompanhada pelo aprofundamento da concentração da terra no Nordeste, o que pode ser visualizado pelo crescimento da média por estabelecimentos na maior faixa de terra analisada.

Analisar-se-á agora o grau de utilização das terras piauienses, fazendo um paralelo com a média nordestina.

Segundo os Censos Agrícolas de 1960, a região nordestina utilizou 71% de suas terras, enquanto o Piauí utilizou 60,7%, em relação à área total, sendo que o tipo de utilização preponderante na região e no estado foi a pastagem natural. Quando se analisa, também, o estrato de 1.000 ha e mais apenas para o Piauí, verifica-se que é a pastagem natural que sobressai no grau de utilização da terra.

No ano de 1980 os censos agropecuários registram que o Nordeste têm um grau de utilização de suas terras de 77% e o Piauí de 60,5%, em relação à área total da região e estado, respectivamente. O tipo de utilidade dominante continua sendo a pastagem natural. Para o Piauí, na faixa de 1.000 ha e mais, ou

seja, nas grandes propriedades, também predomina a pastagem natural.

Os Censos Econômicos de 1985 demonstram que a região nordestina reduziu a utilização da terra para 75,4% e o Piauí aumentou para 63,5%, em relação às áreas totais. A utilização preponderante para a região e estado também é a pastagem natural. No estrato de 1.000 ha e mais é dominante no estado a utilização da terra em pastagem natural.

Em que pese os dados evidenciarem a predominância da pastagem natural na região e no estado em todos os anos considerados, vê-se que, no Piauí, a referida atividade sofreu uma redução na utilização entre os anos de 1980 e 1985; a participação da utilização da terra em 1960 foi de 27,9%, em 1980 de 30,3% e em 1985 foi de 27% em relação à área total do estado. Enquanto isso, o grau de utilização da terra piauiense em pastagem plantada cresceu ao longo dos períodos analisados: 1960, 0,79%; 1980, 2,67% e, 1985, 3%.

A observação da participação da faixa de área de 1.000 ha e mais em relação aos 2 (dois) tipos de pastagens revela a seguinte situação: a pastagem natural, em 1960, foi de 10,9%; em 1980, de 16,5% e em 1985, de 12,7%; a pastagem plantada, em 1960, foi de 0,26%; em 1980, 1,36% e em 1985, 1,74%. Isso leva a inferir que, de acordo com o total de área utilizada em pastagem

plantada em relação à área global do estado, este estrato de terra tem uma grande participação.

No próximo item far-se-á uma análise objetivando verificar se há paralelo entre essa crescente participação do grau de utilização da terra em pastagens plantadas neste estrato de área e as grandes propriedades financiadas pelo FINOR - Agropecuário no Estado do Piauí.

A estrutura produtiva do estado se caracteriza pela agricultura, pecuária e extrativismo (cera de carnaúba e amêndoa de babaçu).

O censo agrícola de 1960 condensa para o Piauí os dados referentes à agricultura e agropecuária, exploradas por 74,6% do número de estabelecimento, ocupando uma área de 33,8% do total da área do estado. Neste censo não constam dados sobre o valor da produção.

O censo agropecuário de 1980 e o censo econômico de 1985 analisam separadamente os 2 (dois) tipos de atividades produtivas. O primeiro mostra que a agricultura detém 61,4% dos estabelecimentos, utilizando uma área de 31,3% e participando com 43,5% do valor da produção total do estado. A agropecuária representava 2,2% do número total de estabelecimentos, ocupando uma área de 2,3% do total e uma participação de 4,2% no valor da pro-

dução.

O censo econômico de 1985 demonstra, em termos relativos, que a agricultura é explorada em 47% e a agropecuária em 2,3% do total de estabelecimentos, com áreas correspondentes à 30,3% e 3,1%, respectivamente, do total de áreas. A agricultura participa com 48,4% e a agropecuária com 3,5% do valor da produção estadual.

A agricultura é representada principalmente pela agricultura de subsistência, na qual produzem-se 04 (quatro) culturas principais (feijão, arroz, milho e mandioca), e pela lavoura comercial (a mais importante é o algodão). É uma atividade realizada preponderantemente pelas pequenas unidades familiares, composta de pequenos proprietários, arrendatários e posseiros.

A pecuária possuía, em 1960, 15% dos estabelecimentos com uma área correspondente a 40% do total. Em 1980 o número de estabelecimento aumentou para 30,2% do total, havendo também um aumento para 59% da área explorada e uma participação, no total do valor da produção, de 41,9%. Observa-se, através dos dados de 1985, que a pecuária vem num crescendo, tanto em número de estabelecimento, que passa a representar 47,3%, quanto em área destinada à sua exploração, pois a mesma aumentou para 60,8%. Todavia, esse crescimento não encontra ressonância no valor da produção, que no ano em discussão diminuiu para 38,8% do total do es-

tado.

Encontram-se no Piauí os rebanhos bovinos, suínos, caprinos e ovinos. O rebanho bovino se destaca como um dos principais sustentáculos da economia rural do estado, além de se encontrar estreitamente vinculado aos interesses dos médios e grandes proprietários.

O extrativismo, que em 1960 detinha 10,2% do número de estabelecimentos, ocupando uma área de 23,2% em 1980, sofreu uma redução para 4,1% do total de estabelecimentos, com área utilizada de apenas 4,4%, participando com 5% no valor da produção do estado. Em 1985, o número de estabelecimentos reduz-se ainda mais para 2,5%, mas há um acréscimo de 5,4% na área total utilizada pela atividade, aumento da área esse que não provocou valorização para a atividade, uma vez que o valor da produção reduziu-se para 3,4% em relação ao valor total do Piauí.

De acordo com o Censo Agrícola de 1960, o Censo Agropecuário de 1980 e os Censos Econômicos de 1985, têm-se os seguintes indicadores de modernização da agropecuária piauiense: a utilização do número de tratores nos estabelecimentos rurais no estado era de 71 (setenta e um) em 1960, crescendo em 1985 para 2.057 (dois mil e cinquenta e sete). O uso de arados de tração animal era, em 1960, de 1.295 (hum mil duzentos e noventa e cinco), atingindo em 1985 o número de 29.383 (vinte nove mil e tre-

zentos e oitenta e três). A utilização de arados de tração mecânica estava, em 1960, num patamar de 145 (cento e quarenta e cinco), chegando, em 1985, ao nível de 1.374 (hum mil e trezentos e setenta e quatro).

Para áreas menores de 100 ha tem-se a utilização, em 1960, de 11 (onze) tratores, 883 (oitocentos e oitenta e três) arados de tração animal e 51 (cinquenta e hum) arados de tração mecânica. Em 1985, para o mesmo grupo de área, tem-se 336 (trezentos e trinta e seis) tratores, 23.781 (vinte e três mil e setecentos e oitenta e hum) arados de tração animal e 237 (duzentos e trinta e sete) arados de tração mecânica.

Já para os estabelecimentos com áreas superiores a 1.000 ha, no ano de 1960 utilizaram-se 29 (vinte nove) tratores, 49 (quarenta e nove) arados de tração animal e 35 (trinta e cinco) arados de tração mecânica. O censo de 1985 mostra que os referidos estabelecimentos fazem uso de 1.030 (hum mil e trinta) tratores, 349 (trezentos e quarenta e nove) arados de tração animal e 592 (quinhentos e noventa e dois) arados de tração mecânica.

Estes dados demonstram claramente que, no Estado do Piauí, é nos maiores estabelecimentos que se concentra a utilização de equipamentos mais modernos, enquanto os menores usam os mais simples, os chamados tradicionais, atrasados.

Com referência às relações sociais de produção, segundo Rocha (1988:61)

"Os anos 70 registram algumas mudanças na estrutura de ocupação da mão de obra no setor agropecuário piauiense. A participação relativa da mão de obra familiar, que em 1970 chegou a representar 96,8% do pessoal ocupado, em 1975 cai para 94,6% e em 1980 para 85,6%. Observa-se, por outro lado, uma tendência crescente do pessoal em regime de emprego permanente e temporário, (...). Todavia, a participação dos empregados permanentes continua bastante baixa, cerca de 0,8% em 1975 e 1,7 em 1980 ..."

Os estabelecimentos com áreas maiores de 100 ha utilizam a maior parcela de trabalhadores permanentes, em torno de 60%, e os menores de 100 ha absorveram a maioria de trabalhadores temporários.

É possível, assim, concordar com Bandeira & Neves (1982:40), quando afirmam que a organização básica da agropecuária piauiense é constituída pelo latifúndio e unidades de produção familiares, a primeira forma se compondo do latifúndio rentista, pecuarista e extrativista, e a segunda pelos arrendatários, posseiros, parceiros e/ou ocupantes.

De acordo com os indicadores aqui expostos, tem-se como corolário que a reprodução do capital na agropecuária do Estado do Piauí apresenta grandes limitações, haja vista que o desenvolvimento das forças produtivas do setor primário configura-se como bastante atrasada, sendo, portanto, o aumento da produção decorrente mais do aumento populacional do que do crescimento da

produtividade, devido às inovações tecnológicas ou do uso mais intensivo de capital.

Nota-se, também, que tanto o número de estabelecimentos quanto a área utilizada para a agricultura decresceu ao longo dos anos, enquanto que a área e o número de estabelecimentos cresceu para a pecuária e agropecuária, o que se pode considerar como uma tendência importante da atividade primária piauiense.

Além do crescimento extremamente significativo do número de estabelecimentos para a pecuária entre os 3 (três) períodos considerados (1960 - 15%, 1980 - 30,2% e 1985 - 47,3%), tem-se ainda o crescimento da área ocupada com pastagem plantada, cuja incidência maior se concentra no estrato de 1.000 ha e mais.

Sabe-se que o FINOR - Agropecuário se constitui em mecanismo de incentivo à aquisição de grandes propriedades, destinadas principalmente à pecuária, que absorve pouca mão de obra. Viu-se também que o estado não absorve a demanda efetiva de mão de obra e que cresceu o número de grandes propriedades. Portanto, é relevante analisar a influência do FINOR - Agropecuário nestas pequenas provocações de mudança de tendências na agropecuária piauiense.

É importante, porém, estudar o FINOR - Agropecuário sem esquecer que o mesmo representa na verdade uma forma indireta de recursos próprios, na medida em que resulta de dedução de Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas, ou seja, trata-se de um gasto implícito realizado pelo Governo.

Para Haddad (1989:82), o FINOR - Agropecuário é um sistema conhecido como desperdiçador de recursos, porque os resultados obtidos pelos projetos incentivados são de baixíssimo retorno econômico, devido à desorganização e perda de autoridade dos órgãos administradores - SUDENE e BNB -, que passaram a implantar projetos sem uma avaliação prévia que envolvesse uma análise sobre se os seus objetivos estavam de acordo com as necessidades da região em geral e em particular com o Estado do Piauí. Na realidade, a decisão sobre a implantação dos projetos agropecuários estava à mercê dos lobbies políticos e empresariais dos grandes grupos econômicos do país.

CAPÍTULO TERCEIRO

GRANDES PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO FINOR - AGROPECUÁRIO: SUAS CARACTERIZAÇÕES E RESULTADOS PARA O ESTADO

Para a elaboração desta dissertação, que tem como objetivo geral analisar os impactos econômicos e sociais provocados pelas grandes propriedades financiadas pelo FINOR - Agropecuário no Piauí, fez-se necessária a realização de uma pesquisa de campo, imprescindível para a análise das hipóteses adotadas neste trabalho. É mister ressaltar que há uma preocupação constante no que se refere à integração do aspecto empírico com o teórico.

As hipóteses se consubstanciam em que as grandes propriedades agropecuárias financiadas pelo FINOR no Piauí aprofundaram a concentração da terra, como também não conseguiram provocar modificações na estrutura produtiva do estado, não absorvendo, outrossim, a mão-de-obra rural disponível, além da pouca expressividade na contribuição dos indicadores econômicos de modernização da agropecuária piauiense.

Neste capítulo, destacar-se-ão as características econômicas e sociais da região prioritariamente escolhida para a instalação dos projetos agropecuários e a análise dos dados coletados pela pesquisa de campo, comparando-a com os dados secundários estatísticos pesquisados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as estimadas para 1990. A discussão tem como objetivo fornecer as condições necessárias para a comprovação ou não das hipóteses do trabalho.

3.1. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS CERRADOS PIAUIENSES

Os projetos que se destinam ao Piauí se caracterizam, em sua maior parte, por grandes projetos Agropecuários, os quais, em sua maioria, pertencem a grupos de outros estados. Estes projetos se localizam prioritariamente no sudoeste piauiense⁽²²⁾, porém existem, também, de forma isolada, em alguns municípios da região norte do estado.

O sudoeste piauiense está inserido na área de transição do semi-árido nordestino para a mata amazônica, cuja vegetação é composta pelos cerrados arbustivos e arbóreos.

(22) Anexo III.

De acordo com TORRES e ANDRADE (1991:36), os cerrados no Piauí ocupam 46% do total do estado e 6% da área total do Brasil, ficando, portanto, em termos de área, em quarto lugar no País e primeiro lugar no Nordeste.

A região sudoeste do Piauí se caracteriza pela pouca dinamicidade econômica e pela baixa densidade demográfica.

Conforme TORRES e ANDRADE (1991:39),

"A estrutura fundiária da área dos cerrados piauienses é caracterizada pelo grande número de unidades produtoras confinadas a uma exígua faixa de terra, enquanto um pequeno número de grandes unidades dispõem de extensas áreas".

Os grandes estabelecimentos predominam em todos os municípios da região, o que evidencia o elevado grau de concentração da terra na área dos cerrados.

Ainda segundo TORRES e ANDRADE (1991:42), a área dos cerrados representa apenas 9,4% da população do estado, com uma densidade demográfica ao redor de 2,52 hab/km². Esta situação gera um grave reflexo na P.E.A. - População Economicamente Ativa -, que era de 57.941 (cinquenta e sete mil e novecentos e quarenta e um) habitantes em 1980, o que equivale a 28,7% da população da região, e 8,9% da população total do estado.

"As condições climáticas, em geral favoráveis, e a topografia plana ou suave ondulada, assegurando facilidades para a mecanização agrícola, constituem-se como as duas grandes vantagens naturais da área. Aliados a essas, destaca-se a ocorrência de alta taxa de luminosidade, permitindo assim o desenvolvimento da planta durante todo o ano o que possibilita inclusive plantios sucessivos, desde que se venha a ter disponibilidade de água através da irrigação". TORRES e ANDRADE (1991:42).

Apesar da baixa fertilidade natural do solo, a área dos cerrados apresenta um grande potencial de águas subterrâneas e superficiais, com os rios, perenes, Uruçuí Preto, Gurguéia e Paranaíba.

A atividade econômica da região se concentra no setor primário, através da agricultura explorada de forma tradicional e da pecuária extensiva. Entretanto, recentemente, esta tem sido explorada de forma mais sistematizada, ao lado de poucas culturas com características comerciais, como é o caso do algodão.

Devido à configuração físico-econômico e social da região, os fatores que se colocam como bastante favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária nos cerrados são o valor, extremamente baixo, de aquisição da terra, compensando os custos para o aumento de sua fertilidade, e a opção do empresariado brasileiro de se proteger da crise econômica vigente no país adquirindo terras, financiadas pelo FINOR - Agropecuário, que se constitui, no fundamental, num mecanismo de transferência de recursos públicos

para a iniciativa privada.

Conjugada a estes fatores se encontra também a ação governamental, vinculada à criação da infra-estrutura básica (construção de estradas vicinais, eletrificação rural, etc.), à pesquisa agropecuária, promovida principalmente pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - e à assistência técnica.

Estas situações, aliadas entre si, põem a região dos cerrados brasileiros e, em particular, dos cerrados piauienses, como pólo atrativo de investimento rentável para os capitalistas urbanos e rurais⁽²³⁾. Tais circunstâncias - terras a baixos preços, capital para produção e economias externas - colocam as agropecuárias nordestina e piauiense em condições de responder ao apelo do desenvolvimento requerido pelo Governo.

O Estado do Piauí, seguindo a política geral para a modernização da agropecuária, colocou à venda grandes extensões de terras públicas, a preços irrisórios. Essa venda era intermediada pela COMDEPI - Companhia de Desenvolvimento do Piauí, que exigia dos interessadas as seguintes condições básicas:

(23) Este assunto é mais amplamente discutido no livro Cerrados: uso e manejo. 1979.

- 1 - Área a ser vendida de no máximo 3.000ha (três mil) ha para pessoa física e 25.000ha (vinte e cinco mil) ha para empresas;
- 2 - Apresentação de um projeto de exploração produtiva para as terras solicitadas;
- 3 - Não implantação do projeto em 05 (cinco) anos possibilita o retorno das terras ao patrimônio do estado.

3.2. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Sendo o objetivo do FINOR - Agropecuário a modernização do setor primário nordestino, - é necessário lembrar que a modernização era entendida pela utilização generalizada de máquinas e insumos modernos nos processos produtivos, ou seja, pela mudança da base técnica e pelas modificações nas relações sociais de produção no setor rural - realizar-se-á a análise dos impactos econômicos e sociais provocados pelos projetos agropecuários implantados nos municípios piauienses, decorrentes dessa política modernizante. Isto é, procurar-se-á verificar se as circunstâncias favorecidas pela ação governamental para o desenvolvimento capitalista na agropecuária piauiense obtiveram o êxito esperado.

3.2.1. QUAL O PAPEL DESEMPENHADO PELAS PROPRIEDADES FINANCIADAS PELO FINOR - AGROPECUÁRIO NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ?

Os conceitos de grande propriedade, grande exploração e latifúndio, analisados anteriormente, não se modificam quando aplicados ao estudo da estrutura fundiária do Brasil, Nordeste e Piauí, mas tem-se de analisá-los em face das especificidades históricas e políticas que advém da forma como se organiza a estrutura fundiária no país, na região e no estado.

Iniciar-se-á esta discussão apresentando os dados estatísticos do Brasil, Nordeste e Piauí, relativos aos anos de 1960 e 1985. A comparação dos dados entre os referidos anos se alicerça no fato de que no primeiro período ainda não existiam os Incentivos Fiscais, enquanto no segundo os mesmos já tinham financiado e implementado projetos agropecuários, gerando, então, todas as condições para análises das modificações operadas na estrutura fundiária. Utilizar-se-ão, nessa análise, os quadros I e II.

QUADRO I
 RELAÇÃO ENTRE ESTABELECIMENTO E ÁREA

LOCALIDADE	ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)	ANO
BRASIL	3.337.769	249.862.142	1960
NORDESTE	961.627	43.854.774	1960
PIAUI	87.303	9.106.820	1960

FONTE: Censo Agrícola de 1960 - Brasil
 VII Recenseamento Geral do Brasil
 Série Nacional - V.II - 1ª Parte - IBGE

QUADRO II
 RELAÇÃO ENTRE ESTABELECIMENTO E ÁREA

LOCALIDADE	ESTABELECIMENTO	ÁREA (ha)	ANO
BRASIL	5.801.655	376.793.074	1985
NORDESTE	2.798.239	92.054.182	1985
PIAUI	270.443	11.828.027	1985

FONTE: Censos Econômicos de 1985
 Censo Agropecuário - Número 1 - Brasil - IBGE

Verifica-se, por esses dados, que houve um grande incremento no número de estabelecimentos e da área apropriada, entre os dois períodos. Para o Brasil, o acréscimo de estabelecimento e área entre 1960 e 1985 foi de 73,8% e 50,8%, respectivamente. Para o Nordeste, o aumento, entre 1960 e 1985, foi de 190,99% para os estabelecimentos e de 109,9% para a área total. Já para o Piauí a situação é a seguinte: os estabelecimentos tiveram um acréscimo de 209,8% e a quantidade de área apropriada

creceu em 29,9%.

Por outro lado, observou-se que a área média por estabelecimento no Brasil, em 1960, era de 74.859 (setenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e nove) ha, passando para 64.946 (sessenta e quatro mil e novecentos e quarenta e seis) ha em 1985. A área média por estabelecimento no Nordeste nos anos de 1960 e 1985 era de 45.605 (quarenta e cinco mil e seiscentos e cinco) ha e 32.898 (trinta e dois mil e oitocentos e noventa e oito) ha, respectivamente. O Piauí, em 1960, tinha a área média por estabelecimento de 104.318 (cento e quatro mil e trezentos e dezoito) ha e, em 1985, de 43.736 (quarenta e três mil e setecentos e trinta e seis) ha.

é claro que os números apresentados acima se colocam em termos extremamente amplos, pois a média de área por estabelecimento no Brasil foi obtida por meio da somatória de todos os estabelecimentos - aí incluídos todos os estratos de terra analisados pelo FIBGE -, além de não levar em consideração as especificidades fundiárias de cada região do país nos referidos períodos. A constatação dos referidos dados para o Nordeste também não discute as diferenças no tocante à questão fundiária existente entre os estados da região.

A verificação desses dados alicerçam a análise da estrutura fundiária no Piauí nos períodos de 1960 e 1985, no qual

se deu a implantação de grandes projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

Tendo em vista a amplitude dos dados destacados acima, observou-se a necessidade do estudo por estrato de área para o Piauí, em particular para as microrregiões nos quais se localizam a maioria dos projetos, com o fim de se verificar qual o impacto dos referidos projetos financiados pelo FINOR sobre a estrutura fundiária do estado.

Para tanto, apresentar-se-ão os quadros abaixo, com a estrutura da distribuição da terra no Piauí, nos anos em análise, baseada em estabelecimentos rurais, e comparar-se-á com o quantum de terras adquiridas pelos proprietários dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

QUADRO III
ESTRUTURA DA DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO PIAUÍ EM 1960

GRUPOS/ÁREA (ha)	ESTABELECI- MENTOS	%	ÁREA	%
Menos de 10	38.219	43,8	104.448	1,1
10 a menos de 100	32.405	37,1	1.193.806	13,1
100 a menos de 1000	15.253	17,5	4.159.758	45,7
1.000 a menos de 10.000	1.375	1,6	2.743.213	30,1
10.000 e mais	47	0,05	905.595	9,9
Sem declaração	04	0,005	-	-
TOTAL	87.303	100,0	9.106.820	100,0

FONTE: Censo Agrícola de 1960 - Maranhão e Piauí, IBGE
Recenseamento. Série
Regional. Volume II - Tomo 3 - FIDGE.

QUADRO IV
ESTRUTURA DA DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO PIAUÍ EM 1985

GRUPOS/ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA	%
Menos de 10	193.056	71,4	389.562	3,3
10 a menos de 100	57.741	21,3	2.093.822	17,7
100 a menos de 1000	18.032	6,7	4.434.014	37,5
1.000 a menos de 10.000	1.359	0,5	3.055.576	25,9
10.000 e mais	74	0,03	1.855.050	15,7
Sem declaração	181	0,06	-	-
TOTAL	270.443	100,0	11.828.027	100,0

FONTE: Censos Econômicos de 1985
Censo Agropecuário - Número 10 - Piauí - IBGE

A comparação em números absolutos deixa claro que com exceção do estrato de 1.000 a menos de 10.000 ha houve um acréscimo do número de estabelecimentos entre os períodos analisados, sobretudo no estrato de menos de 10 ha. Do ponto de vista relativo, observa-se uma queda percentual de estabelecimentos em quase todos os estratos, sendo que neste caso a exceção se encontra no estrato de menos de 10 ha, que em 1960 possuía 438% dos estabelecimentos agropecuários do estado e em 1985 passou a conter 71,4% dos referidos estabelecimentos.

Com relação à área dos estabelecimentos, vê-se um aumento, em termos absolutos, em todos os estratos analisados. Em número relativos houve acréscimo nos estratos de menos de 10 ha, de 10 a menos de 100 ha e no de 10.000 ha e mais, e redução percentual de área nos estratos de 100 a 1.000 ha e no de 1.000 a

10.000 ha.

O cruzamento dos dois quadros revela que no estrato de menos de 10 ha o número de estabelecimentos aumentou, de 1960 para 1985, em 405,1%, enquanto a área cresceu apenas 273,0%. Já no estrato de 10.000 ha e mais houve um aumento de 57,4% do número de estabelecimentos e a área cresceu em 104,8% entre os dois períodos em relevo.

Esses dados deixam à vista que o aumento do número de estabelecimentos no estrato de menos de 10 ha foi enorme em comparação com o pequeno acréscimo de áreas desses estabelecimentos, podendo-se inferir que houve uma redução de área por unidade de estabelecimento. Com relação aos dados obtidos no estrato de 10.000 ha e mais observa-se que o aumento do número de estabelecimentos e o quantum de acréscimo de sua área revelam o crescimento do tamanho unitário dos estabelecimentos.

Dados que também contribuíram para a análise em foco são os relacionados com a estrutura fundiária nas microrregiões onde estão instalados os projetos.

No Censo Agrícola de 1960, o sudoeste piauiense tinha apenas uma microrregião homogênea, zona do Alto Parnaíba, na qual se encontravam 1.314 (um mil trezentos e quatorze) estabelecimentos, ocupando uma área de 4.163 (quatro mil e cento e sessenta e

três) ha, no estrato de menos de 10 ha. O espaço fundiário de 10.000 ha e mais compreendia 12 (doze) estabelecimentos, abrangendo uma área de 186.609 (cento e oitenta e seis mil e seiscentos e nove) hectares.

Já no Censo Econômico de 1985, a região se dividiu em 2 (duas) microrregiões, Floriano e Alto Parnaíba Piauiense, que contam, no estrato de menos de 10 ha, com 11.938 (onze mil novecentos e trinta e oito) estabelecimentos, ocupando um espaço de 22.536 (vinte e dois mil e quinhentos e quarenta e seis) hectares, enquanto no estrato de 10.000 ha e mais as microrregiões apresentam 36 (trinta e seis) estabelecimentos, absorvendo um total de 746.430 (setecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e trinta) hectares.

Esses dados mostram que no estrato de menos de 10 ha a taxa de crescimento, com relação aos estabelecimentos, entre os dois períodos, foi de 808,5%, e, com relação à área ocupada, foi de 441,6%. No estrato de 10.000 ha a taxa de aumento foi de 200% para os estabelecimentos e de 300% para a área.

A representação das microrregiões para o estado, em termos de estabelecimentos e áreas ocupadas em 1960, para o estrato de menos de 10 ha, foi de 1,5% e 0,046%, respectivamente, e no estrato de 10.000 ha e mais foi de 25,5% e 20,6%, também respectivamente. No ano de 1985 a representação do primeiro estrato

para os estabelecimentos foi de 4,41% e para a área foi de 0,19%, e, no segundo, o espaço fundiário representou, com relação aos estabelecimentos, 0,01%, e com relação à área ocupada, 6,31%.

Essas informações, em confronto com as obtidas nos relatórios emitidos pela SUDENE para os projetos agropecuários instalados no Piauí, em particular nestas microrregiões, durante o período de análise, servirão para demonstrar se os mesmos provocaram impactos sobre a estrutura fundiária piauiense.

O universo de 78 (setenta e oito) projetos implantados no estado, até o ano de 1984, ocupa uma área total de 732.317 (setecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezesseis) ha. Observa-se que esta área corresponde a 8,04% do total das terras ocupadas pelos estabelecimentos em 1960, em todo o estado do Piauí, e a 80,7% dos estabelecimentos no estrato de 10.000 ha e mais, e corresponde, em 1985, a 6,19% do total de área do estado e a 39,1% das terras ocupadas pelos estabelecimentos no estrato de área de 10.000 ha e mais.

Do total dos 78 (setenta e oito) projetos agropecuários, 31 (trinta e um) se localizam nas microrregiões onde está implantada a grande maioria dos projetos, ocupando uma área de 352,058 (trezentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e oito) ha, ou seja, em termos relativos, o sudoeste piauiense ocupa 48,1% do total das terras dos projetos financiados pelo FINOR. Nestas mi-

corregiões, a área dos projetos corresponde a 47,2% da área do estrato de 10.000 ha e mais, de acordo com os dados do Censo Econômico de 1985.

Analisando os dados, observa-se a evolução do espaço fundiário piauiense. Este, apesar de não sofrer modificações na sua estrutura fundiária, revela uma elevada e crescente concentração da terra nos maiores estratos de área, em contraposição ao fracionamento nos menores estratos.

Esse processo vem se agravando ao longo dos anos, como ver-se-á através da comparação do índice de Gini⁽²⁴⁾ entre os períodos sob análise. Segundo Bandeira (1987:07), em 1960 esse coeficiente teve o valor de 0,8273, enquanto em 1985 seu valor foi de 0,8624⁽²⁵⁾. Os valores do índice mostram que sua aproximação para 1 (um), no ano de 1985, tem como forte componente a implantação dos grandes projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

Verifica-se também esse comportamento quando se examinam mais detidamente as microrregiões homogêneas, principalmente

(24) INDICE DE GINI: é um indicador capaz de demonstrar a concentração da terra e sua evolução ao longo do tempo. é um "coeficiente variável entre 0 e 1. Se a distribuição for a mais igualitária possível, o valor do índice é 0; e no caso de mais extrema concentração, seu valor é 1". Bandeira (1978:6).

(25) Índice Gini de 1985 foi calculado pela autora do trabalho, com a contribuição do Professor José Edson Arruda. Ver Anexo: IV.

quando se observam os extremos dos estratos de áreas dos estabelecimentos, ou seja, os estabelecimentos com menos de 10 ha e os que possuem 10.000 ha e mais.

O fenômeno da elevada concentração dos grandes projetos financiados pelo FINOR na região sudoeste do estado foi motivada pela oferta de terras pelo governo, a preços irrisórios, pela baixa ocupação econômica e de povoamento da região, como também pelas facilidades que o mecanismo FINOR - Agropecuário concede a grandes capitalistas que se implantam em áreas despovoadas com o objetivo de instalar grandes projetos agropecuários.

O acréscimo de área nos estabelecimentos que constituem o estrato de 10.000 ha e mais, entre os anos de 1960 e 1985, é resultante também da política do FINOR de implantação de projetos agropecuários. Portanto, pode-se concluir que esses projetos contribuíram sobremaneira para o aprofundamento da concentração fundiária do estado.

Essa estrutura de distribuição da terra, marcada pela redução do tamanho dos pequenos estabelecimentos, pelo crescimento relativo do número destes e pelo acréscimo na absorção de terras nos grandes estabelecimentos, leva a antever uma tendência da polarização minifúndio-latifúndio.

É importante salientar que o conceito de latifúndio, ora colocado, está estreitamente relacionado com a estrutura fundiária, extensão de terras, uma vez que só posteriormente analisar-se-á a estrutura produtiva, momento em que se procurará ampliar o conceito de latifúndio à luz da análise de Kautsky.

Sabe-se que o FINOR - Agropecuário tem sido, desde sua criação, um mecanismo orientado para a instalação de grandes propriedades, no Nordeste e particularmente no Piauí, com o objetivo de modernizá-las. Para tanto, o estado coloca vastas áreas de terras devolutas à venda. Os grandes capitalistas, então, adquirem essas terras, compreendendo que representam um meio de produção passível de várias alternativas de valorização, uma vez que a simples monopolização já garante um ganho patrimonial para o proprietário da terra.

O Piauí já possuía, como se viu através dos dados, como característica básica de sua estrutura fundiária a concentração da terra. A iniciativa de implantação de projetos agropecuários financiados pelo FINOR, em seus municípios e, em particular, nos cerrados piauienses, contribuiu sobretudo para que o processo de evolução da estrutura fundiária do estado se desenvolvesse de forma a aprofundar a concentração da terra.

3.2.2. QUAL A PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS FINANCIADOS PELO FINOR NO GRAU DE UTILIZAÇÃO DA TERRA NO PIAUÍ?

Para a verificação da participação dos projetos agropecuários no grau de utilização da terra no estado, tem-se que analisar primeiramente os dados do grau de utilização da terra antes da implantação dos referidos projetos e os dados posteriores à referida implantação. Para isso, usar-se-ão os dados dos anos de 1960 e 1985, bem como a estimativa dos dados para o ano de realização da pesquisa de campo - 1990.

Ao analisar a evidência destes dados, poder-se-á, então, observar se os projetos provocaram impactos ou não sobre o grau de utilização da terra no Piauí. Têm-se, assim, os seguintes quadros para análise:

QUADRO V
UTILIZAÇÃO DA TERRA POR GRUPO DE ÁREA EM 1960

GRUPO DE ÁREA	LAVOURAS		PASTAGENS	
	PERMANENTE	TEMPORÁRIA	NATURAL	ARTIFICIAL
	Menos de 10	595	78.189	6.815
10 a menos de 100	3.472	176.016	268.677	11.804
100 a menos de 1000	11.514	151.603	1.141.729	35.329
1.000 a menos de 10.000	5.587	35.251	795.869	22.626
10.000 e mais	64	1.491	329.579	1.552
TOTAL	21.232	442.550	2.542.669	71.940

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA	MATAS		TERRAS IRRIGADAS
	NATURAL	REFLORESTADA	
	Menos de 10	7.518	93
10 a menos de 100	300.144	5.063	94
100 a menos de 1000	1.121.485	14.881	197
1.000 a menos de 10.000	792.044	7.423	135
10.000 e mais	197.379	-	03
TOTAL	2.418.570	27.460	451

FORTE: Censo Agrícola de 1960 - Maranhão e Piauí, IBGE
 Recenseamento. Série Regional,
 Volume II - Tomo 3 - 2ª Parte FIBGE.

QUADRO VI
 UTILIZAÇÃO DA TERRA POR GRUPO DE ÁREA EM 1985

GRUPO DE ÁREA	LAVOURAS		PASTAGENS	
	PERMANENTE	TEMPORÁRIA	NATURAL	ARTIFICIAL
	Menos de 10	24.673	291.587	15.374
10 a menos de 100	88.349	245.555	436.937	38.327
100 a menos de 1000	61.609	142.517	1.236.064	114.847
1.000 a menos de 10.000	43.300	44.114	1.003.340	115.951
10.000 e mais	112.727	20.515	497.421	89.659
TOTAL	330.660	744.289	3.189.138	360.946

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA	MATAS E FLORESTAS		TERRAS IRRIGADAS
	NATURAL	REFLORESTADA	
Menos de 10	13.971	84	3.018
10 a menos de 100	495.358	1.202	2.189
100 a menos de 1000	1.207.491	1.787	3.614
1.000 a menos de 10.000	794.015	2.212	1.657
10.000 e mais (26)	367.704	.01	3.081
TOTAL	2.878.541	5.287	13.560

FONTE: Censos Econômicos de 1985
Número 10 - Piauí - IBGE

QUADRO VII

UTILIZAÇÃO ESTIMADA TOTAL DA TERRA ENTRE ESTRATOS EXTREMOS DE
ÁREA EM 1990⁽²⁷⁾

GRUPO DE ÁREA	LAVOURAS		PASTAGENS	
	PERMANENTE	TEMPORÁRIA	NATURAL	ARTIFICIAL
Menos de 10	34.364	287.221	14.478	2.625
10.000 e mais	157.007	20.207	468.453	108.947
TOTAL	460.545	733.146	3.003.415	438.595

(26) Os estabelecimentos sem declaração não entraram nos quadros.

(27) O cálculo da utilização estimada da terra no Piauí foi realizado baseado na taxa de crescimento geométrico anual. Empregou-se como base de análise os dados do Censo Agropecuário de 1980 - Piauí e Censos Econômicos de 1985.

GRUPO DE ÁREA	MATAS E FLORESTAS		TERRAS IRRIGADAS	ÁREA TOTAL DO ESTADO
	NATURAL	REFLORESTADA		
Menos de 10	19.435	96	6.409	412.803
10.000 e mais	515.507	01	6.542	1.965.723
TOTAL	4.004.294	6.050	28.798	12.533.692

Analisando o quadro V, verifica-se que o nível de utilização da terra no Piauí não apresenta grandes diferenças entre os estratos. O estrato de 10.000 ha e mais é o menos utilizado, com 0,03% de suas terras; o estrato de menos de 10 ha utiliza 0,9% e o que utiliza mais é o estrato de 100 a menos de 1.000 ha, com 2,3%. Então, em 1960, a utilização total das terras do Piauí foi de 6,9%.

Através dos dados censitários contidos no quadro VI, observa-se que o estrato de menos de 10 ha utiliza aproximadamente 2,7%, enquanto o estrato com mais terra utilizada é o de 10 a menos 100 ha, com 3,2%. O estrato com 10.000 ha e mais utiliza apenas 1,9% de suas terras. Portanto, em 1985, o total de terras utilizadas foi de 12,3%.

Observando os dados estimados para 1990, tem-se que a área total utilizada pelo estado se encontra em torno de 12,9%, enquanto o estrato de menos de 10 ha permanece com sua utilização

praticamente inalterada, com 2,6%. O uso da terra no estrato de 10.000 ha fica com 1,54%.

O Brasil possuía, em 1960 uma área utilizada de 20,3% e o Nordeste⁽²⁸⁾ de 17,2%. Para o ano de 1985, o Censo Econômico não coloca os dados referente às áreas de terras irrigadas para o Brasil e o Nordeste⁽²⁹⁾. Entretanto, a área total utilizada para o País, fora a irrigada neste ano, foi de 33,7% e, para o Nordeste, de 28,5%. De acordo com a estimativa projetada para a região e o país, conforme os dados dos Censos dos anos de 1980 e 1985, verificou-se que a primeira utilizou 30,9% e o segundo 40,4% do total de suas terras, percebendo-se que, apesar da não inclusão de terras irrigadas nos censos, o nível de utilização da terra vem crescendo.

A microrregião onde se localiza a grande parte dos projetos apresentava, em 1960, uma área utilizada de 2,7% e as microrregiões, em 1985, ocupavam uma área utilizada de 11,7%. A estimativa de área utilizada para as referidas microrregiões, para o ano de 1990, foi de 18,9% de área ocupada.

(28) O Nordeste, no Censo Agrícola de 1960 - Brasil, possui apenas 07(sete) estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Sergipe e Bahia fazem parte da região Leste.

(29) Neste Censo, o Nordeste já conta com 09(nove) estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

A participação da microrregião em áreas utilizadas com relação à área total utilizada do estado em 1960 foi de 6,4%. Em 1985 essa participação passou para 20,1%. Em 1990 observou-se um aumento na participação, ficando em 29,5%.

Esse grande crescimento da participação das microrregiões se deveu ao crescimento de terras utilizadas em 1990, no estado como um todo. Em 1985 a utilização das terras foi 1.449.456 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e seis) ha e, em 1990, foi de 1.667.134 (hum milhão seiscentos e sessenta e sete mil e cento e trinta e quatro) ha, em relação à área utilizada nas microrregiões - que em 1985 foi de 292.148 (duzentos e noventa e dois mil e cento e quarenta e oito) ha e 1990 foi de 476.499 (quatrocentos e setenta e seis mil e quatrocentos e noventa e nove) ha. O crescimento na utilização da terra em termos percentuais, foi de 11,4% para o estado, enquanto que o acréscimo na utilização de terras para as microrregiões, foi de 63,1%.

Evidencia-se, através destes dados, que a participação da utilização da terra em relação ao Brasil e Nordeste, de acordo com o Censo Econômico de 1985, não é tão distante, porém há de se ressaltar que a ausência de área irrigadas deturpa um pouco o resultado, uma vez que nos dados de grau de utilização das terras, no Piauí, está inclusa área irrigada.

Esta coletânea de dados deixa exposto que o estado não se defronta com escassez de terras para exploração, seja para agricultura, seja para pecuária-intensiva ou extensiva, uma vez que, em 1990, apenas 12,9% de suas terras estavam sendo utilizadas.

Essa situação ocorre devido à inexistência de pressão por terra no estado. As atividades, lavoura e pecuária, podem crescer sem que haja concorrência por terra entre as duas, e o crescimento de uma não implica retração da outra.

Em que pese o aumento da utilização da terra, verifica-se que a atividade agrícola piauiense continua baseada, principalmente, na agricultura de lavouras temporárias e pecuária extensiva.

Essa característica da atividade agrícola do estado é histórica e remonta praticamente à sua colonização. A agricultura é explorada por pequenos proprietários, enquanto a pecuária extensiva está estreitamente ligada aos médios e grandes proprietários de terra.

Observou-se, contudo, que houve um acréscimo da área utilizada do estado, nos períodos considerados, em todos os tipos de utilização. Salienta-se, outrossim, o aumento da participação absoluta da área utilizada nas microrregiões onde se localizam

os projetos, também nos períodos sob análise.

Com o objetivo de verificar se os projetos contribuíram ou não para o acréscimo ocorrido, colocar-se-ão os dados referentes aos tipos de utilização das terras dos projetos financiados pelo FINOR, considerados na amostra.

Sabe-se que os 78 (setenta e oito) projetos, implantados até o período em análise, perfazem um total de 732.317 ha (setecentos e trinta e dois mil e trezentos e dezessete) ha, correspondente, em 1990, a 6,19% do total da área do estado.

A área total dos projetos pesquisados se constitui de 179.731 (cento e setenta e nove mil setecentos e trinta e um) hectares. Desta, apenas 78.583 (setenta e oito mil e quinhentos e oitenta e três) hectares ^{isso é} utilizada, o que corresponde, com relação à área total do estado, a somente 0,63%, em 1990. Já o grau de utilização dos projetos pesquisados, com referência à área total dos mesmos, representa 43,7%.

Os dados obtidos pela pesquisa de campo evidenciam que a área total dos projetos ocupados com lavoura temporária é de 11.120 (onze mil e cento e vinte) hectares, o que corresponde a cerca de 14,2% da área total utilizada dos projetos e a aproximadamente 1,5% da área total utilizada pelo estado do Piauí com este tipo de atividade, em 1990.

QUADRO VIII
UTILIZAÇÃO DA TERRA NOS PROJETOS PESQUISADOS

ha

PROJETOS	FINALIDADE DO PROJETO	ÁREA TOTAL	LAVOURAS		PASTAGENS		TERRAS IRRIGADAS
			TEMPORÁRIA	PERMANENTE	NATURAL	ARTIFICIAL	
1. MAFISA	. AGRICULTURA: arroz, castanha, soja, maracujá . PECUÁRIA: recria e corte	40.000	6.000	11.500	3.000	2.500	-
2. FAZENDA PALMARES	. PECUÁRIA: novilha, reprodução e corte . AGRICULTURA	17.000	10	-	1.670	15.300	15
3. AGROVAP	. PECUÁRIA: bovino de corte	4.800	-	-	-	1.500	00
4. AGRISA	. AGRICULTURA . PECUÁRIA	12.000	5.000	-	2.500	4.500	-
5. FAZENDA SÃO GONÇALO	. AGROPECUÁRIA	20.000	-	-	3.000	3.000	-
6. FRANCO-BRASILEIRA	. PECUÁRIA	18.000	-	-	5.000	2.500	TEVE 36
7. INASA	. AGRICULTURA . PECUÁRIA	7.000	10	-	2.470	4.500	-
8. IANE	. AGROPECUÁRIA	5.500	-	-	4.900	600	
9. CANAAN	. PECUÁRIA	7.000	-	-	4.200	2.800	
10. APESA	. PECUÁRIA Cajú	20.000	-	5.500	2.500	-	-
11. AGROPECUÁRIA SÃO CAMILO	. AGRICULTURA . PECUÁRIA	17.000	50	400	5.260	7.870	-
12. AGROPECUÁRIA MUCAMBO	. PECUÁRIA . AGRICULTURA	5.000	50	100	620	1.450	10
13. MAQUINE	. PECUÁRIA	6.431	-	-	1.525	3.425	-
TOTAL		179.731	11.120	17.500	36.685	49.963	33

A área total utilizada com lavoura permanente nos projetos é de 17.500 (dezessete mil e quinhentos) hectares, representando em torno de 22,3% da área total do estado utilizada nos projetos e cerca de 3,8% da área utilizada com lavoura permanente no estado, no ano de realização da pesquisa.

A análise dos dados da pesquisa mostra que o total da área dos projetos destinada aos pastos artificiais é de 49.963 (quarenta e nove mil e novecentos e sessenta e três) hectares. Essa área se consubstancia em 63,6% da área total utilizada pelos projetos agropecuários e em 11,4% da área total utilizada pelos pastos artificiais no Piauí, no referido ano.

É importante ressaltar o substancial crescimento da participação dos pastos artificiais no total de terras utilizadas pelos projetos e seu considerável incremento na área total utilizada pelo estado nesta atividade.

Salienta-se, então, que, no conjunto das situações aqui delineadas, a participação das lavouras temporárias e permanentes não são tão distantes, em percentuais, no tocante ao total de áreas utilizadas pelos projetos, como também que os projetos agropecuários financiados pelo FINOR utilizam apenas 43,7% do seu total de área e que, deste total, 63,6% se destinam à pastagem artificial. Esses dados evidenciam que, além dos projetos utili-

zarem menos da metade de suas terras, dedicam desta parcela praticamente 2/3 (dois terços) de terra utilizada para a atividade pecuária.

Verifica-se, portanto, que os projetos financiados pelo FINOR contribuíram para o acréscimo no uso da terra, particularmente no tocante à pastagem artificial, fato que confirma que a atividade pecuária no Estado do Piauí é explorada por grandes proprietários de terras.

Desta forma, pode-se afirmar que o substancial acréscimo do grau de utilização das terras nas microrregiões de Floriano e Alto Parnaíba piauiense se deu prioritamente pela instalação dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

Os projetos agropecuários tiveram, assim, uma pequena participação na elevação do grau de utilização da terra no Piauí. Mas, em que pese essa pequena participação, é preciso deixar claro que o fenômeno se deveu ao acréscimo de área na pastagem artificial, que não foi suficiente para modernizar a estrutura produtiva, ainda basicamente caracterizada pela agricultura de subsistência e pecuária explorada de forma extensiva .

3.2.3. QUAL O PAPEL DESEMPENHADO PELOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FINOR SOBRE OS INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO UTILIZADOS NA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE?

A política desenvolvimentista promovida pela SUDE-NE⁽³⁰⁾, a partir da década de 1960, incluía o processo de modernização da agricultura. Esse processo se caracterizou pela mudança de base técnica da agricultura, que passou a depender não só da força natural - terra, mas também de meios de produção gerados numa indústria especializadas para o setor. Nesta parte do trabalho, analisar-se-ão os dados de modernização tecnológica do estado, referentes aos anos de 1960, 1985 e 1990, e, comparando-os com os resultados obtidos na pesquisa de campo, verificar-se-á os projetos agropecuários financiados pelo FINOR e implantados no Piauí provocaram ou não impactos sobre os indicadores de modernização que determinam o nível tecnológico da agropecuária.

Utiliza-se, para a análise, nos referidos anos, os seguinte indicadores econômicos: emprego de tratores, arados, fertilizantes, veículos e área irrigada.

(30) Vide maiores esclarecimentos sobre o assunto em CARVALHO, Inaiá. 1987.

QUADRO X
INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE PARA O ANO
DE 1985

continua

GRUPOS DE ÁREA	TRATORES Nº	TERRAS IRRIGADAS (ha)	ARADOS Nº	
			T. ANIMAL	T. MECÂNICA
Menos de 10	46	3018	7589	32
10 a menos de 100	290	2189	15856	205
100 a menos de 1000	691	3614	5589	545
1000 a menos de 10000	601	1657	329	364
10000 e mais	429	3081	20	228
TOTAL	2057	13560	29363	1374

(conclusão)

GRUPOS DE ÁREA	FERTILIZANTES (Estabelecimentos)		VEÍCULOS (Nº)	
	ADUBOS	CALCÁRIO	T. ANIMAL	T. MECÂNICA
Menos de 10	3141	352	816	236
10 a menos de 100	1195	74	1430	1073
100 a menos de 1000	740	44	1242	1317
1000 a menos de 10000	183	35	192	596
10000 e mais	34	13	12	320
TOTAL	5306	505	3699	3542

FONTES: Censos Econômicos de 1985 - Número 10 - Piauí - IBGE

QUADRO IX
INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE PARA O ANO
DE 1960

continua

GRUPOS DE ÁREA	TRATORES Nº	TERRAS IRRIGADAS (ha)	ARADOS (Nº)	
			T.ANIMAL	T.MECÂNICA
Menos de 10	03	22	236	01
10 a menos de 100	08	94	647	50
100 a menos de 1000	31	197	363	59
1000 a menos de 10000	25	135	48	34
10000 e mais	04	03	01	01
TOTAL	71	451	1295	145

(conclusão)

GRUPOS DE ÁREA	FERTILIZANTES (estabelecimentos)		VEÍCULOS (Nº)	
	ADUBOS	CALCÁRIO	T.ANIMAL	T.MECÂNICA
Menos de 10	275	-	53	18
10 a menos de 100	611	-	440	38
100 a menos de 1000	220	09	837	92
1000 a menos de 10000	06	01	223	44
10000 e mais	-	-	18	07
TOTAL	1112	10	1571	199

FONTE: Censo Agrícola de 1960: Maranhão - Piauí.
VII Recenseamento Geral do Brasil - Série Regional
Volume II - Tomo II segunda parte
FIDGE - Departamento de Censos

QUADRO XI

INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE ESTIMADA
PARA O ANO DE 1990

continua

GRUPOS DE ÁREA	TRATORES Nº	TERRAS IRRIGADAS (ha)	ARADOS Nº	
			T. ANIMAL	T. MECÂNICA
Menos de 10	58	6.409	9.997	41
10.000 e mais	544	6.542	26	290
TOTAL	2.609	28.798	38.707	1.745

(conclusão)

GRUPOS DE ÁREA	FERTILIZANTES (Estabelecimentos)		VEÍCULOS (Nº)	
	ADUBOS	CALCÁRIO	T. ANIMAL	T. MECÂNICA
Menos de 10	3.094	2.276	912	233
10.000 e mais	34	85	13	315
TOTAL	5.226	3.354	4.134	3.489

QUADRO XII

INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS
PESQUISADOS

Projeto da	ÁREA IRRIGADA(ha)	TRATORES	ARADOS	VEÍCULOS	FERTILIZANTES
Amostra	33	60	Prepondera arado de tração mecânica	tração mecânica	Todos utilizam

Analisando os quadros acima, observa-se que a taxa de crescimento na utilização de tratores, entre os anos de 1960 e 1990, foi de 3.575%. A referida taxa, com relação às terras irrigadas, no período considerado, foi de 6.285%. O crescimento na utilização dos arados com tração animal e tração mecânica, no referido período, foi de 2.889% e 1.103%, respectivamente. No emprego de fertilizantes de adubo o crescimento foi de 370% e, no de calcário, de 33.440%. A taxa de aumento no uso de veículos com tração animal e tração mecânica foi de 163,1% e 1.653%, respectivamente.

Por outro lado, verifica-se uma grande diferença na utilização dos indicadores entre os grupos de área. Vê-se que no ano de 1960 não havia grande diversidade no emprego dos equipamentos mais modernos entre os estratos de menos de 10 ha e 10.000 ha e mais. Todavia, o ano de 1990 apresenta um grande emprego de tratores - 544 (quinhentos e quarenta e quatro) - no estrato de 10.000 ha e mais em comparação com o uso dos mesmos - 58 (cinquenta e oito) - no grupo de área de menos de 10 ha. Os quadros revelam, ainda, que em 1990 o estrato de 10.000 ha e mais exibe 290 (duzentos e noventa) arados com tração mecânica, enquanto o de menos de 10 ha possui apenas 41 (quarenta e um).

Dos projetos pesquisados, têm-se que apenas 33 (trinta e três) ha de terras são irrigadas, possuem 60 (sessenta) tratores e se caracterizam pelo uso preponderante de arados e veículos

mecânicos.

Mesmo os projetos se caracterizando preferencialmente pela atividade pecuária, vê-se que em alguns a área é utilizada também com reflorestamento, principalmente do caju, com agricultura destinada a comercialização, fundamentalmente através do plantio do arroz, e com agricultura de subsistência. Para a implantação destas atividades são empregados fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas e calcário, além dos poços tubulares.

Na microrregião Zona do Alto Parnaíba havia, em 1960, apenas 02 (dois) tratores. Em 1985 as microrregiões de Floriano e Alto Parnaíba Piauiense passam a possuir 685 (seiscentos e oitenta e cinco) tratores, correspondendo a 42,1% do total de tratores do estado. Para 1990 a projeção é a de que as microrregiões possuirão 1.062 (hum mil e sessenta e dois) tratores, participando com 40,7% do total de tratores do Piauí. Em que pese o pequeno número de tratores da amostra, pode-se inferir que os projetos agropecuários contribuíram, em sua totalidade, para o aumento do número de tratores nas microrregiões na qual são instalados.

Outro dado importante, também com relação à região prioritariamente preferida para a localização dos projetos, diz respeito à área irrigada, que em 1960 era de 07 (sete) ha, em

1985 passa para 442 (quatrocentos e quarenta e dois) ha e em 1990 atinge 698 (seiscentos e noventa e oito) ha. Esses dados demonstram que, mesmo os projetos possuindo apenas 33 (trinta e três) ha de terras irrigadas, cresceram as áreas irrigadas das microrregiões, ainda que de forma bastante tímida.

A análise comparativa dos indicadores de modernização entre os anos de 1960 - antes da implantação dos projetos - e 1990 - ano em que os projetos se constituíram em realidade implantada - revela que ocorreu um grande incremento na utilização dos indicadores de modernização para o conjunto dos estabelecimentos e para todos os estratos de área.

Entretanto, o grupo de áreas de menos de 10 ha aumentou em termos relativos, entre o período considerado, no emprego de tratores, em 1.833%. No estrato de 10.000 ha e mais o número de tratores cresceu em 13.500%, também em termos relativos.

Outro dado que demonstra o crescimento deste indicador de modernização, ao longo do período sob análise, é a relação tratores/ha. Em 1960, a relação era de 01 trator para 128.265 (cento e vinte e oito mil e duzentos e sessenta e cinco) ha, para o estado como um todo. No grupo de menos de 10 ha, a relação ficou em 34.816 (trinta e quatro mil e oitocentos e dezesseis) ha por unidade de trator e no estrato de 10.000 ha e mais a relação se manteve em 226.379 (duzentos e vinte e seis mil e trezentos e

noventa e nove) hectares.

Esta referência, para o ano de 1990, passou para o seguinte: no estado, a relação foi de 4.804% (quatro mil e oitocentos e quatro) ha por trator. No estrado de menos de 10 ha, a relação decresceu para 7.117 (sete mil, cento e dezessete) ha por trator e no grupo de área de 10.000 ha e mais teve-se 3.613 (três mil e seicentos e treze) ha por unidade de trator.

A relação de tratores/ha na área total dos 78 (setenta e oito) projetos implantados até 1984 é de 4.493 (quatro mil, quatrocentos e noventa e três) ha. Entretanto essa relação, para os projetos pesquisados, cai para 1.965 (hum mil e novecentos e sessenta e cinco) hectares.

Essa constatação deixa claro que, não só com relação a tratores, mas a todos os indicadores de modernização da agropecuária, os grupos de áreas maiores, em particular o estrato de área de 10.000 ha e mais, é sempre crescente.

Inferese porém que, para o conjunto dos projetos, a contribuição não é muito expressiva, tendo em vista haver vários projetos que nunca foram implantados e outros que estão em estado de desativação. Os que estão em plena atividade empregam os indicadores mais modernos na agropecuária piauiense.

Modernizar o "latifundio" é também utilizar técnicas modernas. Por isso é que se afirma, neste trabalho, que latifundio está relacionado prioritariamente com a intensividade/extensividade da atividade, ou seja, com a forma como a grande propriedade da terra está sendo explorada, isto é, como ela se coloca no processo de valorização/acumulação do capital.

3.2.4. OS PROJETOS AGROPECUÁRIOS FINANCIADOS PELO FINOR PROMOVERAM IMPACTOS SOBRE O EMPREGO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO?

Procurar-se-á, nesta parte do trabalho, identificar e quantificar a contribuição dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR sobre o nível do emprego do estado, verificando se os mesmos promoveram modificações nas relações sociais de produção.

Para tanto, investigar-se-ão os dados censitários referentes aos anos de 1960 e 1985 e o estimado para 1990, bem como os resultados obtidos na pesquisa de campo, tanto do ponto de vista do pessoal ocupado, quanto do da condição do produtor por grupo de área.

QUADRO XIII

PESSOAL OCUPADO POR SEXO E CATEGORIA NO ANO DE 1960

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	EMPREGADOS PERMANENTES (Nº)	
	HOMENS	MULHERES
Menos de 10	1.028	265
10 a menos de 100	2.422	567
100 a menos de 1.000	3.240	784
1.000 a menos de 10.000	832	183
10.000 e mais	129	18
TOTAL	7.651	1.817

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA (HA)	EMPREGADOS TEMPORÁRIOS (Nº)	
	HOMENS	MULHERES
Menos de 10	13.057	2.990
10 a menos de 100	27.352	8.641
100 a menos de 1.000	20.332	6.143
1.000 a menos de 10.000	3.410	745
10.000 e mais	715	83
TOTAL	64.874	18.602

FONTE: Censo Agrícola de 1960 - Maranhão e Piauí
 Serviço geral de Recenseamento. Série Regional
 Volume II - Tomo 3. 2ª Parte. FIDGE

QUADRO XIV
PESSOAL OCUPADO POR SEXO E CATEGORIA NO ANO DE 1985

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	EMPREGADOS PERMANENTES (Nº)	
	HOMENS	MULHERES
Menos de 10	961	197
10 a menos de 100	1.888	569
100 a menos de 1.000	2.749	842
1.000 a menos de 10.000	1.480	338
10.000 e mais	1.416	327
Sem Declaração	07	01
TOTAL	8.501	2.274

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA (HA)	EMPREGADOS TEMPORÁRIOS (Nº)	
	HOMENS	MULHERES
Menos de 10	15.036	1.350
10 a menos de 100	15.745	2.026
100 a menos de 1.000	11.884	1.514
1.000 a menos de 10.000	3.031	298
10.000 e mais	2.145	211
Sem Declaração	03	-
TOTAL	47.844	5.399

FONTE: Censos Econômicos de 1985 - Número 10 - Piauí - IBGE

QUADRO XV

PESSOAL OCUPADO POR SEXO E CATEGORIA ESTIMADO PARA O ANO DE 1990

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	EMPREGADOS PERMANENTES (Nº)	
	HOMENS	MULHERES
Menos de 10	945	227
10.000 e mais	1.392	377
TOTAL	8.361	2.624

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA (HA)	EMPREGADOS TEMPORÁRIOS (Nº)	
	HOMENS	MULHERES
Menos de 10	7.737	1.377
10.000 e mais	1.103	215
TOTAL	24.621	5.507

QUADRO XVI
CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR GRUPO DE ÁREA EM 1960

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	TOTAL (31)		PROPRIETÁRIO	
	ESTAB. Nº	ÁREA (ha)	ESTAB. Nº	ÁREA (ha)
	Menos de 10	38.219	104.448	8.228
10 a menos de 100	32.405	1.193.806	26.453	994.466
100 a menos de 1.000	15.253	4.159.758	11.474	2.965.878
1.000 a menos de 10.000	1.375	2.743.213	739	1.422.090
10.000 e mais	47	905.595	19	272.076
Sem Declaração	04	-	01	-
TOTAL	87.303	9.106.820	46.914	5.693.518

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	ARRENDATÁRIO		OCUPANTE	
	ESTAB. Nº	ÁREA (ha)	ESTAB. Nº	ÁREA (ha)
	Menos de 10	26.227	51.949	3.242
10 a menos de 100	2.499	64.187	1.336	38.344
100 a menos de 1.000	594	169.772	161	37.391
1.000 a menos de 10.000	57	126.193	08	28.411
10.000 e mais	04	66.000	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-
TOTAL	29.381	478.101	4.747	115.291

FONTE: Censo Agrícola de 1960 - Brasil - IBGE
Serviço Nacional de Recenseamento

(31) Neste total está incluído o número de estabelecimento no qual o produtor é o próprio administrador e a quantidade de área referente a cada grupo. O item administrador não está colocado em separado devido ao fato de não existir esta categoria no censo agropecuário de 1985 e também por, nos projetos em análise, os administradores não desempenharem as duas atividades, ficando assim excluído o item administrador/produtor.

QUADRO XVII
CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR GRUPO DE ÁREA EM 1985

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	TOTAL (32)		PROPRIETÁRIO	
	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)
	Menos de 10	193.056	389.562	22.436
10 a menos de 100	57.741	2.093.822	50.496	1.928.338
100 a menos de 1.000	18.032	4.434.014	17.427	4.318.531
1.000 a menos de 10.000	1.359	3.055.576	1.331	2.987.869
10.000 e mais	74	1.855.050	74	1.855.050
Sem Declaração	181	-	09	-
TOTAL	270.443	11.828.027	91.773	11.179.049

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	ARRENDATÁRIO		OCUPANTE	
	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)
	Menos de 10	37.008	54.785	72.789
10 a menos de 100	304	6.970	6.321	147.519
100 a menos de 1.000	63	17.191	529	96.088
1.000 a menos de 10.000	06	18.146	22	49.560
10.000 e mais	-	-	-	-
Sem Declaração	30	-	100	-
TOTAL	37.411	99.092	79.761	450.379

FONTE: Censos econômicos de 1985 - de Número 10 - Piauí - IBGE

(32) Neste total está incluído o parceiro como produtor. Na análise, o produtor não se encontra destacado porque, além do censo agrícola de 1960 não colocá-lo em destaque, nos projetos pesquisados não existe essa condição. Por isso, concluiu-se não ser necessário inseri-lo nesta investigação.

QUADRO XVIII

CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR GRUPO DE ÁREA
ESTIMADO PARA O ANO DE 1990

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	TOTAL		PROPRIETÁRIO	
	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)
	Menos de 10	209.572	412.803	25.050
10 a menos de 100	62.681	2.218.740	56.380	2.089.861
100 a menos de 1.000	19.575	4.698.549	19.458	4.680.264
1.000 a menos de 10.000	1.475	3.237.873	1.486	3.238.142
10.000 e mais	80	1.965.723	82	2.010.434
TOTAL	293.580	12.533.692	102.467	12.115.440

(continua)

GRUPO DE ÁREA (HA)	ARRENDATÁRIO		OCUPANTE	
	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)	ESTAB. Nº:	ÁREA(ha)
	Menos de 10	28.715	44.440	88.330
10 a menos de 100	236	5.654	7.671	108.452
100 a menos de 1.000	48	13.945	642	70.641
1.000 a menos de 10.000	04	14.720	27	36.435
10.000 e mais	-	-	-	-
TOTAL	29.028	80.381	96.791	331.106

Analisando o comportamento dos dados colocados nos quadros, notou-se que houve um decréscimo de 5,8% no nível de emprego entre os anos estudados (1960 a 1990). Os dados expõem também que a variação em valores relativos, entre os anos de 1960 e 1980, com relação ao emprego permanente, o crescimento foi de

16,0% e com relação ao emprego temporário teve um decréscimo de 64,0%.

Esses dados são um reflexo da crise pela qual passou o Brasil, e conseqüentemente o Piauí e o setor rural do estado. O desemprego, durante o período considerado, cresceu em todos os setores da economia.

É importante salientar que há uma grande diferenciação na participação dos empregos permanentes e temporários entre os sexos, nos referidos anos. Com relação ao sexo masculino, a variação relativa do emprego permanente foi de 9,28%, enquanto a do emprego temporário foi de -62,0%. Ressalte-se, quanto ao sexo feminino, sua pequena participação no total de nível de emprego. No tocante ao emprego permanente, viu-se um crescimento da ordem de 44,4%, todavia, com referência ao emprego temporário, verificou-se uma involução em torno de -70,4%.

Acrescente-se, ainda, que a participação do estrato de menos 10 ha com relação ao emprego permanente, no ano de 1960, foi de 13,6% e a do emprego temporário, de 19,2%. A participação do referido estrato, no ano de 1985, para os empregos permanentes e temporários, foi de 10,7% e 30,8%, respectivamente. No ano de 1990 essa participação foi de 10,7% quanto ao emprego permanente e 30,2% com referência ao emprego temporário, em relação ao total de ocupação dos dois tipos de empregos para o estado. Vê-se, en-

tão, que, nos anos de 1985 e 1990, as participações são praticamente iguais.

No estrato de 10.000ha e mais verificou-se que os empregos permanente e temporário tiveram uma participação, em 1960, de 1,5% e 0,95%, respectivamente. Para os anos de 1985 e 1990, a contribuição do emprego permanente foi de 16,2% e 16,1%, respectivamente, e a do emprego temporário foi de 4,4%, para os dois anos. Nota-se também a igualdade de participação neste período, podendo-se concluir que entre estes anos não houve crescimento no nível de emprego no Piauí.

Estes dados evidenciam a grande diferença existente entre os grupos de áreas, nos anos em estudo, nos dois tipos de empregos. Outrossim, demonstram a pequena participação do estrato de 10.000ha e mais no ano de 1960, e a crescente participação do referido estrato com relação ao emprego permanente, nos anos de 1985 e 1990. Destaca-se, também, a contribuição do emprego temporário no grupo de área de menos de 10 ha, nos dois períodos.

Ademais, nota-se que a análise do total de estabelecimento e da área por estrato em relação à condição do produtor deixa claro que, no ano de 1960, no grupo de área de menos de 10 ha, o arrendatário prepondera, com 68,6% dos estabelecimentos ocupando 49,7% da área total do estrato. No estrato de 10.000ha e mais é a condição de proprietário que prevalece, com 40,4% dos

estabelecimentos ocupando uma área de 30,0% do referido estrato.

Analisando também esta relação, para o ano de 1985 e 1990, percebe-se o destaque da categoria de ocupante, com 37,7% e 42,1% dos estabelecimentos e 40,3% e 28% do total da área no grupo de menos de 10 ha, respectivamente. Para o estrato de 10.000 ha e mais esta relação se concentra totalmente na condição de proprietário, com 100% dos estabelecimentos e 100% da área total do estrato, para os dois anos referidos. É importante ressaltar que nos anos de 1985 e 1990, a condição de produtor predominante, neste estrato, é o ocupante. Porém, ao longo do período, cresceu, nesta categoria de produtor, o número de estabelecimentos, a par de uma grande redução na área ocupada.

A investigação do total do número de estabelecimentos e do total da sua quantidade de área no ano de 1960, em relação aos estratos de área em análise, revela que nos estratos de menos de 10ha do total de estabelecimento do estado a condição de arrendatário tem a maior participação, com 30,0%, dentro do conjunto de condições de produtor, ao passo que da área do Piauí o produtor que a detém em maior percentual é o arrendatário, com 0,6% do total. No estrato de 10.000 ha e mais, o dominante com relação à condição de produtor é o proprietário, com 0,02% do total dos estabelecimentos, com uma área ocupada de 3,0% do total do estado.

Para os anos de 1985 e 1990, a investigação deixa claro que no estrato de menos de 10 ha prevaleceu a condição de ocupante, com 26,9% e 30,1% do total dos estabelecimentos, com uma área, em termos relativos, de 1,3%, e cerca de 1,0% do total do Piauí, respectivamente. No grupo de 10.000 ha e mais prepondera o proprietário, com 0,03% dos estabelecimentos, para os dois períodos, ocupando um total de 15,7% e 16,0% da área, respectivamente. Verificou-se, nessa relação, o aumento da área ocupada, ao longo dos anos.

Em 1960 predominou a condição de arrendatário sobre a de produtor, no grupo de área de menos de 10 ha. Essa é uma situação que interessa muito ao proprietário da terra, pois esta condição garante-lhe o recebimento de renda fundiária.

Nos anos de 1985 e 1990 verificou-se uma considerável modificação no referido estrato em relação à condição do produtor. O declínio do arrendamento deu lugar à predominância do ocupante. Esta classe de produtor se caracteriza pela ocupação de terra por conta própria, à revelia do proprietário, sem necessidade de pagar renda da terra. Porém, apesar do predomínio do regime de ocupação, vê-se que os ocupantes se apossam de uma ínfima parcela de terra do estado, que possui vastas áreas completamente inexploradas.

QUADRO XIX

PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA E CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS PROJETOS PESQUISADOS

	EMPREGADOS		PROPRIETÁRIO
	PERMANENTE	TEMPORÁRIO	
	Projetos Pesquisados	180	

Já os resultados obtidos na pesquisa de campo mostram, primeiramente, a predominância do trabalho temporário - 852 (oitocentos e cinquenta e dois) - sobre o trabalho permanente - 180 (cento e oitenta). O número de trabalhadores temporários é bastante mutante, pois são contratados por empreiteiros de acordo com as necessidades momentâneas dos projetos, sendo, portanto, difícil precisar-se com exatidão seu contingente. O número acima se refere à previsão de utilização de trabalhadores temporários, ao longo do ano agropecuário, pelo conjunto dos projetos.

A participação da mão-de-obra feminina, no total de 1.264 (mil, duzentos e sessenta e quatro) empregados, é extremamente incipiente e se concentra, basicamente, em trabalhos domésticos, o que consubstancia emprego permanente.

Verifica-se, por fim, que a totalidade da condição de produtor existente nos projetos é a de proprietário. Isso confirma os dados censitários expostos anteriormente segundo os quais, seja no ano de 1960, seja nos anos de 1985 e 1990 (anos em

que já existiam projetos implantados no estado do Piauí), os estabelecimentos se concentram nas mãos dos proprietários, no maior estrato de área.

Já se mostrou que no menor e maior estratos de áreas predominaram, em 1960, o arrendatário e o proprietário, respectivamente. Em 1960, a microrregião Zona do Alto Parnaíba se caracteriza predominantemente pelo proprietário na condição de produtor, ocupando 56% da área da microrregião.

Para o ano de 1970 ocorreu o predomínio do ocupante, para o grupo de área de menos de 10 ha, e a do proprietário, para o grupo de 10.000 ha e mais. Para as microrregiões Floriano e Alto Parnaíba Piauiense o número de estabelecimentos com o proprietário na condição do produtor é, no conjunto dos estratos de 7.054 (sete mil e cinquenta e quatro), com área de 2.447.706 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil e setecentos e seis) ha. O número com ocupantes é de 11.469 (onze mil, quatrocentos e sessenta e nove) estabelecimentos, com área de 115.258 (cento e quinze mil e duzentos e cinquenta e oito) ha.

Como os projetos agropecuários se situam, em sua grande maioria, nestas microrregiões, e se caracterizam, em sua totalidade, pelo proprietário da terra na condição de produtor, pode-se deduzir que os projetos influenciaram o acréscimo deste tipo de condição de produtor nas microrregiões.

Os dados deixam ainda mais clara essa afirmativa, quando se coloca que a taxa de crescimento do número de proprietários, para as microrregiões, entre os anos de 1960 e 1990, foi de 196%, enquanto a incorporação de terras, para essa condição de produtor, foi de 238%. Para a condição de ocupante, a referida taxa foi de 1,9%, com um aumento de apenas 309,6% da área.

Portanto, o estudo dos dados dos censos, em confronto com os resultados obtidos na pesquisa de campo, revela que, em que pese a importância, para a economia piauiense, da absorção da mão de obra pelo setor primário, os projetos agropecuários financiados pelo FINOR têm tido uma ínfima participação na elevação do nível de emprego.

Essa contradição se mostra através dos seguintes dados: em 1960, tinha-se a relação de 98 ha para 01 trabalhador; já em 1990, essa relação sobe para 295 ha/tdor, para todo o estado. Nos projetos pesquisados, essa relação se concentra, no geral, em 174 ha/tdor.

Quanto ao emprego permanente em 1960, 1990 e nos projetos pesquisados, a relação é de 962 ha/tdor, 1.103 ha/tdor e 998 ha/tdor, respectivamente. Para o emprego temporário, a relação, em 1960, foi de 109 ha/tdor, em 1990, 402 ha/tdor, e, nos projetos, 211ha/tdor.

Por conseguinte, a política de modernização da agropecuária foi aplicada sem a necessária preocupação com as implicações sociais que dela poderiam advir. Os projetos implantados no Piauí se destinaram quase que exclusivamente à atividades pecuárias, o que provocou a utilização crescente de parcelas de terras férteis como pastagens.

A DA PRODUÇÃO DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS
PARA A PRODUÇÃO GLOBAL DO ESTADO?

Ora, sendo essa atividade absorvedora de parca mão-de-obra, conclui-se que a incidência positiva da política modernizante sobre o nível de emprego do estado do Piauí obteve resultados extremamente reduzidos.

É, aliás, o que afirma LIMA (1988:100):

"com efeito, é na macrofundização, na minifundização e no fortalecimento de pecuária que se encontra a gênese de situações que levam a marginalização, proletarização e conseqüente liberação da força de trabalho do pequeno agricultor, com ou sem terra. Todo o contingente de mão-de-obra representado por essas duas classes, uma vez liberado e sem mais condições de permanência no meio rural, passa a alimentar a idéia de emigrar do campo de forma mais definitiva do que sazonal, pois que constitui num processo geralmente irreversível, em busca de maiores condições de trabalho e de sobrevivência nas zonas urbanas".

Assim, o emprego dado à mais valia recolhida pelo FINOR e concedida ao setor capitalista, leva à apropriação de parcela da renda por uma classe, que, no caso do Brasil, e particularmente no Piauí, beneficia somente os proprietários dos meios de produção em detrimento da classe geradora de riqueza, confirmando

assim a tese de que os projetos, além de não contribuírem significativamente para o aumento do índice de emprego, são responsáveis pelo processo de elevação da concentração da renda.

3.2.5. QUAL A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS PARA A PRODUÇÃO GLOBAL DO ESTADO?

Para a realização do estudo sobre a contribuição, para o Piauí, da produção animal e vegetal efetivada nos projetos agropecuários, utilizar-se-á a produção total dos ramos de atividades nos anos de 1960 e 1990 e a produção total dos projetos pesquisados em 1990.

QUADRO XX

PRODUÇÃO TOTAL DE BOVINOS, ARROZ, CASTANHA DE CAJU, NO PIAUÍ, NOS ANOS DE 1960 E 1990

ANOS	PRODUÇÃO		
	ARROZ (t)	CASTANHA DO CAJU (t)	BOVINOS (cabeças)
1960 (33)	48.721	2.683 (35)	1.136.303
1990 (34)	142.499	20.462	1.974.099

FONTE: (33) Censo Agrícola de 1960; Maranhão - Piauí
VII Recenseamento Geral do Brasil - Srie Regional
Volume II - Tomo II - 2ª Parte
FIBGE - Departamento de Censos

(34) Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
FIBGE - Diretoria de Pesquisas
Departamento Agropecuário

(35) Os dados referentes ao caju são encontrados no Censo Agrícola de 1960, em cento-44.728. Porém, através da consulta ao livro de GOMES, Raimundo Pimentel, 1982, realizou-se a transformação para tonelada.

QUADRO XXI

PRODUÇÃO TOTAL DE BOVINOS, ARROZ E CASTANHA DE CAJU NOS PROJETOS PESQUISADOS

ANOS	PRODUÇÃO		
	ARROZ (t)	CASTANHA DO CAJU (t)	BOVINOS (cabeças)
Projetos Pesquisados	5.180	4.550	18.000

De posse desses dados, procurar-se-á investigar se os projetos trouxeram ou não algum impacto sobre a produção global do estado. Para tanto, far-se-á o confronto desses dados com os obtidos na pesquisa de campo. Porém, a realização desta pesquisa revelou que os entrevistados tiveram dificuldades de precisar a produção efetivada. Portanto, os dados discutidos podem apresentar uma pequena margem de erro.

Através da pesquisa, percebeu-se que a produção vegetal se concentrou prioritariamente no cultivo de arroz e caju, e secundariamente na produção de outros produtos, tais como soja, maracujá, milho e sorgo.

A produção de arroz dos projetos se caracteriza pelo cultivo em sequeiro, com um sistema de produção de cultura sol-

teira e consorciada, vendida principalmente no período da entressafra. Os agentes compradores são preferencialmente os Governos Estaduais e a Companhia de Financiamento de Produção - CFP, e, às vezes, os atacadistas.

A produção total de arroz dos projetos se encontra em 5.180 (cinco mil e cento e oitenta) toneladas, numa área plantada de aproximadamente 13.000 (treze mil) hectares.

O cultivo do caju também é desenvolvido em sequeiro, sendo que seu sistema de produção pode ocorrer por meio de cultura solteira ou intercalada. Convém ressaltar que, desta produção, o produto comercializável é a castanha, cujo período de venda dá-se tanto na safra quanto na entressafra. Seus agentes compradores são os representantes das indústrias, que recolhem o produto na sede do município no qual os projetos agropecuários se localizam.

A plantação do caju se desenvolve numa área que se avizinha a 30.000 (trinta mil) hectares, colocando-se no mercado uma quantidade de castanha que gira em volta de 4.550 (quatro mil e quinhentos e cinquenta) toneladas.

Os demais produtos agrícolas não serão objeto de análise mais detalhada neste trabalho, devido não se encontrarem, no conjunto dos projetos pesquisados, como uma atividade produtiva

cujo destino é o mercado, como se pôde verificar através da produção da agricultura de subsistência, desenvolvida nos projetos com o fim de abastecer seus trabalhadores de bens de primeira necessidade.

Com relação à produção animal, os projetos se direcionaram para a pecuária bovina. Como já foi visto, todos os projetos, ao se candidatarem aos recursos do FINOR, trazem em seu bojo a proposta da quantidade de plantel lastro, para, ao longo do processo de implantação, atingir o plantel de estabilização.

Não foi possível conseguir-se a documentação na qual consta a proposta de plantel lastro para os projetos em discussão. Por isso, realizar-se-á a análise através dos dados obtidos na pesquisa de campo.

O plantel bovino dos projetos se caracteriza pela raça nelore e se direciona, em primeiro lugar, para a pecuária de corte, depois para a reprodução e, por fim, para a pecuária de leite. Constitui-se de aproximadamente 18.000 (dezoito mil) reses, distribuídas entre reprodutores, vacas, garrotes, novilhas e bezerras.

O rebanho é manejado de forma solta. Apenas em 03 (três) projetos pôde-se verificar o manejo do rebanho em condições de semiconfinamento. A alimentação é adquirida basicamente

por meio da produção interna, sendo que somente o sal, enquanto complementação alimentar, é obtido externamente à produção dos projetos. A taxa de mortalidade do rebanho gira em torno de 4,0% do conjunto dos plantéis dos projetos.

Vê-se, portanto, que do total da produção animal do estado, de 1.974.099 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil e noventa e nove) reses em 1990, os projetos contribuem com 18.000 (dezoito mil) cabeças, o que equivale a uma participação relativa no total do rebanho piauiense, em 1990, de apenas 0,91%.

Conclui-se assim que, embora os projetos agropecuários financiados pelo FINOR se direcionem prioritariamente para a pecuária, o resultado quantitativo desta atividade não pode ser considerado como de grande importância para o estado. Já do ponto de vista qualitativo, observa-se uma mudança no plantel, pois o rebanho do Piauí, antes da implantação dos projetos, constituía-se principalmente do rebanho chamado "pé duro" (mistura de diversas raças) e, após o estabelecimento dos mesmos em solo piauiense, passa a predominar, no rebanho do estado, cada vez mais, a raça nelore.

Verifica-se, então, que a produção animal do Piauí sofreu impacto com a implantação dos projetos agropecuários apenas no tocante à qualidade, pois, no que se refere à quantidade, a produção dos projetos apresenta somente uma pequena participação

positiva na produção global do estado.

Essa situação quantitativa fica mais clara quando se observa que, em 1960, tinha-se 01 (uma) cabeça de gado para cada 08 (oito) ha de terra, e no ano de 1990, 06 (seis) ha por cabeça de gado, o que constitui uma redução muito pequena. Nos projetos que fazem parte da pesquisa de campo, essa relação cresce para 10(dez) ha/cabeça de gado. Portanto, em que pese o montante de incentivos concedidos à modernização da agropecuária piauiense, dados mostram que os resultados quantitativos não são muito representativos.

Analisando o comportamento da produção vegetal, vale ressaltar que a participação do cultivo do arroz na produção total do estado, em 1990, é de 3,6%, tendo em vista a produção global do cereal no referido ano ter sido de 142.499 (cento e quarenta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove) toneladas e a produção do arroz nos projetos agropecuários se constituir em 5.180 (cinco mil e cento e oitenta) toneladas.

Nessa condição, é notório perceber-se que o cultivo do arroz, nos projetos agropecuários, impactou a produção global do estado apenas do ponto de vista qualitativo, devido à tecnologia utilizada no processo de produção e de armazenamento (grandes silos), já que, com relação à quantidade, sua participação é bastante pequena.

Com relação à plantação de caju e da castanha, tem-se que a produção total do estado, em 1990, é de 20.462 (vinte mil quatrocentos e sessenta e dois) toneladas, enquanto a produção dos projetos pesquisados fica em 4.550 (quatro mil quinhentos e cinquenta) toneladas, como participação relativa de 22,2%.

A constatação dessa participação ressalta a importância da produção desenvolvida nos projetos agropecuários, deixando claro, inclusive, que o processo de aumento da produção de castanha ocorreu principalmente após a implantação dos projetos, donde infere-se que os mesmos provocaram grande impacto sobre o montante da produção global do estado.

A estrutura produtiva do setor primário piauiense se caracteriza, historicamente, pela agricultura de subsistência, pecuária e extrativismo (cera de carnaúba e coco de babaçu). A partir de 1960, o extrativismo entra em declínio definitivo, devido à concorrência, em nível nacional, de outras matérias-primas usadas para a fabricação de sabão, óleos comestíveis, detergentes, etc. Passou a predominar, então, no espaço rural do estado, os outros dois tipos de atividades, ou seja, pecuária e agricultura de subsistência.

Atualmente observa-se, no Piauí, a expansão da atividade pecuária, com tendência a predominar sobre a agricultura. A pecuarização do estado passa cada vez mais a se capitalizar, me-

lhorando, conseqüentemente, em qualidade, o que atende aos interesses das classes dos grandes proprietários de terras e dos empresários urbanos que, principalmente através do FINOR - Agropecuário, dedicam-se a este ramo de atividade, infensa a grandes riscos de rentabilidade.

A atividade do criatório, a pecuária, encontra-se, assim, em predomínio na estrutura produtiva do estado, aparecendo, em algumas localidades e situações, associada com a exploração vegetal, a qual é definida pelas condições naturais.

CONCLUSÃO

I - Com o fim de verificar se os projetos financiados pelo FINOR - Agropecuário implantados no Piauí provocaram impactos sócio-econômico, utilizou-se a amostra constitutiva dos projetos instalados no estado.

Em que pese alguns desses projetos encontrarem-se em estado de desativação ou falência, pelos motivos já discutidos, observa-se que não passaram por processos de avaliação, auditoria e supervisão da parte da SUDENE e do BNB, órgãos responsáveis pela administração e supervisão do FINOR - Agropecuário.

Disto se conclui que, por um lado, esses órgãos não estão cumprindo com seus objetivos ao instalarem os projetos agropecuários, que vão fomentar a constituição de empresas agropecuárias capitalistas, contribuir para o crescimento da produção de alimentos, promover o aumento da densidade demográfica e transformar a agricultura de subsistência na zona semi-árida, na medida em que não estão fiscalizando o processo de implantação. Por

outro lado, estão também em falta com o público meta, pois não se verificou nenhum processo de fiscalização relativa à liberação dos recursos públicos (oriundos da dedução do Imposto de Renda), uma vez que, para todos os projetos, desativados, em falência ou não localizados, houve a liberação de recursos do FINOR - Agropecuário. Isso leva a crer em malversação dos recursos, já que não estão sendo aplicados na produção.

Por conseguinte, a instalação dos projetos agropecuários não incitaram modificações na estrutura fundiária do estado, tendo contribuído, pelo contrário, para o grande aprofundamento da concentração da propriedade da terra. Esses projetos representam, portanto, a intensificação da apropriação de grandes propriedades de terras, sob a couraça de empresa moderna e eficiente.

Inferese daí que a implantação desses projetos visa promover a acumulação de capital através, principalmente, da valorização especulativa da terra e, secundariamente, da valorização produtiva.

II - é próprio concluir que é a monopolização da terra que determina a estrutura fundiária predominante, ao lado do processo de valorização do capital, que estabelece as condições em que o latifúndio pode se colocar como entrave ou não ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Com efeito, na medida em que o proprietário da terra tem condições de optar sobre as possibilidades de investimento, tanto pode colocar seu latifúndio como reserva de valor (neste caso sua propriedade se constituirá em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no setor rural), como pode investir produtivamente, utilizando todos os benefícios oriundos do monopólio da grande propriedade e transformando seu latifúndio em grande exploração agropecuária. Esta se consubstancia numa grande produção racionalmente explorada e lucrativa, contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Analisados os resultados obtidos na pesquisa de campo, inferiu-se que os projetos agropecuários implantados pelo FINOR - Agropecuário tiveram apenas uma pequena participação no acréscimo do grau de utilização da terra, entre os anos de 1960 e 1990, em relação ao total do estado. Entretanto, observou-se também que, nas microrregiões onde a maioria dos projetos se situam, o aumento do nível de utilização da terra, principalmente sob a forma de pastagem artificial, deveu-se à sua implantação naquelas localidades.

III - Os projetos se destacam, no Piauí, pela pequena participação no nível de utilização dos indicadores de modernização da agropecuária, analisados neste trabalho.

Essa situação destrona a filosofia, defendida pelos administradores do FINOR - Agropecuário, de que o setor rural do Nordeste e, particularmente, do Piauí, era atrasado e tinha baixa produtividade, pela ausência de aporte de capital. Para modernizar a agropecuária era necessária, então, uma política governamental, que foi administrada pela SUDENE, para facilitar a aquisição de capital com o fim de comprar vastas extensões de terra na área em que o governo também estava incentivando sua ocupação - os cerrados - e torná-las produtivas mediante a utilização dos indicadores de modernização discutidos.

Porém, a análise empírica proporcionou o reconhecimento de que realmente ocorreu a compra de grandes quantidades de terras, favorecendo o crescimento do número de latifúndios improdutivos, não do ponto de vista do latifúndio tradicional, mas sob a ótica de valorização econômica imposta pelo proprietário capitalista. Reconheceu-se também que não era a inexistência de capital voltado para aplicação produtiva a causa fundamental do atraso da agropecuária piauiense.

IV - De acordo com os resultados obtidos pela pesquisa de campo, verifica-se que o proprietário e o explorador são os mesmos agentes econômicos. Daí poder-se concluir que no estado prepondera, no maior estrato de área, na condição de produtor, a de proprietário de terra, bem como que a totalidade dos projetos agropecuários financiados pelo FINOR se caracterizam por este ti-

po de condição de produtor.

Os proprietários dos projetos se distinguem, outrossim, por já serem empresários, rurais ou urbanos. Essa constatação leva à concordância com a tese segundo a qual o latifúndio é a centralização de várias empresas fundidas e controladas por um proprietário, cujo destino econômico é determinado pelas possibilidades de valorização do capital.

Visualiza-se, também, que a agropecuária nordestina passou a empregar contingente de mão-de-obra nos momentos da colheita da atividade agrícola, não se responsabilizando pela sua manutenção no restante do ano.

Os proprietários dos projetos, para atingir seu objetivo primeiro de proporcionar o desenvolvimento capitalista da agropecuária piauiense, ou seja, a ampliação da acumulação de capital no setor rural, excediam-se na aquisição de capital - oriundo de dedução do imposto de renda: por conseguinte, recurso público - e optaram por investimentos poupadores de mão-de-obra, extremamente abundante na região.

Segundo Jatobá (1981:366), a expansão capitalista no campo levou à dependência do produtor ao mercado, tanto a nível de insumos e máquinas quanto a nível de exército industrial de reserva, através do crescente processo de pecuarização, como tam-

bém promoveu a proletização dos trabalhadores rurais, favorecendo, no fundamental, o aprofundamento da monopolização da propriedade da terra, pois o capital se desloca para o investimento no qual sua rentabilidade é maior, isto é, onde há maior potencialidade de renda fundiária.

Portanto, os projetos agropecuários que se instalaram no Piauí não contribuíram para o aumento do nível de emprego, por razões básicas: alguns não foram instalados, outros foram desativados ou, por fim, dedicaram-se à atividade pecuária, que absorve pouca mão-de-obra.

V - A estrutura produtiva do Estado do Piauí se caracteriza, durante o período de estudo, pela agricultura e pecuária.

Através dos dados pesquisados, viu-se que os projetos agropecuários não chegaram a ter impactos expressivos em seu conjunto. Mas, analisando de forma isolada o tipo de produção dos projetos, podem-se inferir impactos.

Com relação à produção vegetal, tem-se que os projetos produzem um arroz de melhor qualidade, embora a contribuição para o crescimento da produção global do estado seja pouco expressiva.

Quanto à produção do caju e seu elemento comercializável, a castanha, os projetos impactaram positivamente, já que o

incremento da produção do estado ocorreu após suas implantações.

A produção animal se caracterizou pela pecuária bovina. Os projetos agropecuários contribuíram para a melhoria da qualidade do rebanho, passando de "pé-duro" para nelore. Em que pese a quase totalidade dos projetos explorarem a atividade pecuária, não contribuíram, quantitativamente, para que a produção do estado sofresse um crescimento significativo, além do criatório se consubstanciar, também em sua grande maioria, na exploração extensiva.

VI - Outro grande problema promovido pelo FINOR - Agropecuário, particularmente no Piauí, consiste em que, além de favorecer a concentração da estrutura fundiária, os recursos oriundos desse Incentivo Fiscal foram efetivamente liberados. O questionamento se centra, então, na alocação produtiva ou não desses recursos.

Afora a pesquisa direta, enviaram-se, através dos Correios, questionários aos projetos e a todos os seus escritórios representantes, com o fim de obter informações sobre o quantum de recursos liberados pela SUDENE e o nível de implantação dos projetos. Nenhum escritório respondeu às indagações.

As informações da pesquisa de campo deixam transparecer que existem projetos - latifúndios em plena atividade produtiva,

projetos - latifúndio desativado - onde a infraestrutura e maquinários se encontram inteiramente entregues às intempéries - e projetos - latifúndio sem nada implantado. Isso leva a crer que há questões muito sérias a serem discutidas e trabalhadas pelos órgãos competentes e pela sociedade como um todo.

Com efeito, deixar-se deteriorar a infraestrutura construída e a maquinaria comprada com recursos provenientes dos cofres públicos, bem como receber tais recursos e não aplicá-los produtivamente significa, no primeiro caso, um total descaso e descompromisso com o desenvolvimento econômico e social do país e, em particular, com o do Piauí. Em que pese as justificativas de dificuldades de retorno de investimento, o fato é que os proprietários receberam recursos com a finalidade de produzir, porquanto solicitaram à SUDENE a compra das terras e apresentaram projetos nos quais devem constar todas as possibilidades dos investimentos, inclusive os níveis dos riscos.

Já o segundo caso se caracteriza pelo desvio de recursos, o que é gravíssimo, pois malversar recursos públicos é um problema que os órgãos administradores e fiscalizadores terão que resolver.

Por conseguinte, o latifúndio pode se consubstanciar em produtivo ou improdutivo. A opção do proprietário - latifundiário vai depender do processo de valorização de seu capital. En-

tretanto, os latifúndios originados pelo FINOR - Agropecuário teriam que ser necessariamente produtivos, porque são subsidiados. Tanto é que, para existirem, foi necessária a liberação de recursos públicos, já que eles fazem parte da política mais geral, a "modernização da agricultura", elaborada pelo Governo Federal.

Da análise do comportamento recente da grande propriedade no Piauí conclui-se que a política modernizante não obteve os resultados propostos, pois promoveu o aprofundamento da concentração da estrutura fundiária e da renda. Isso se deveu ao fato de que apenas os grandes empresários têm condições de obter grandes extensões de terras. Além disso, a grande propriedade não alcançou desempenho produtivo em conformidade com a quantidade de recursos liberados pela SUDENE.

Inferre-se daí que ocorreu desvio de recursos públicos, que apenas a inserção de capital não é capaz de modernizar a agropecuária e que o aprofundamento das concentrações da terra e da renda foram incentivados pelos próprios políticos governamentais.

Não se nega, é preciso deixar claro, a importância da inserção de capital para o desenvolvimento da agropecuária piauiense, mas as questões fundamentais são o público meta do recurso oriundo do FINOR - Agropecuário e a alternativa produtiva da valorização da terra.

ANEXO I

PESQUISA: Impactos sócio-econômicos das grandes empresas agropecuárias financiadas pelo FINOR no Piauí

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Razão Social:

Endereço:

Estado:

Município do Projeto:

Localidade:

Data da Implantação:

Finalidade do Projeto:

Nome do Entrevistado:

Data da Entrevista:

I - ÁREA TOTAL, PROJETADA E UTILIZADA (EXPRESSAR EM HA)

1.1. Área Total:

1.2. Área Projetada:

1.3. Área Utilizada:

1.4. Uso da Terra:

QUADRO I

Nº DE ORDEM	U S O	ÁREA (HA)
01	Lavoura Temporárias - Exploradas	
02	Lavoura Temporárias - Em descanso	
03	Lavoura Permanentes	
04	Pastos Naturais	
05	Pastos Plantados	
06	Matas e Florestas Naturais	
07	Matas e Florestas Plantadas	
08	Terras Produtivas não Utilizadas	
09	Terras Inaproveitáveis	
10	Terras Arrendadas a Terceiros	
11	Terras Arrendadas de Terceiros	

1.4.1. Modificações após implantação do projeto:

.....

1.5. Área Irrigada:

1.6. Área Irrigável:

II - PREÇO DA TERRA ADQUIRIDA (EXPRESSAR EM NCZ\$)

2.1. Preço Histórico:

2.2. Preço Atual: (Fev.90)

III - APTIDÃO DA TERRA

.....

IV - ORIGEM DA TERRA

4.1. Devoluta:

4.2. Particular:

V - RECURSOS: (Expressar em NCz\$)

QUADRO II

ESPECIFICAÇÃO	PREÇO HISTÓRICO	PREÇO ATUAL
Recursos de Acionistas		
FINOR		
34/18		
Outros recursos próprios		
Financiamento Interno		
Financiamento Externo		
Outras fontes		
TOTAL		

VI - PRODUÇÃO ANUAL

6.1. Agrícola:

Prevista:

Realizada:

6.1.1. Produção e Comercialização:

CÓDIGOS DO QUADRO III

PRODUTOS AGRÍCOLAS	SISTEMAS DE PRODUÇÃO	AGENTE COMPRADOR
01. Arroz com casca	01. Cultura pura ou solteira	01. Comerciante local
02. Soja	02. Cultura consorciada	02. Atacadista
03. Milho	03. Cultura intercalada	03. Representante da Indústria
04. Castanha de caju in natura		04. Direto ao consumidor
05. Arroz parbolizado	ÉPOCA DE VENDA	05. Cobal
06. Algodão com caroço	01. Na folha	06. Outro
07. Mandioca ou aipim	02. Na safra	
08. Feijão	03. Na entresafra	MODALIDADE DA VENDA
09. Sorgo		01. Antecipada
10. Outro	LOCAL DE ENTREGA	02. À vista
	01. Na sede do município	03. Consignação
	02. Na propriedade (projeto)	04. Parcelada
TIPO DE CULTIVO		05. Contrato
01. Sequeiro		
02. Irrigado		
03. Vazante		

QUADRO V

CARACTERIZAÇÃO DOS REBANHOS SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE

CARACTERS	BOVINOS		CAPRINOS		OVINOS		SUINOS	
	C	E	R	L	C	E	R	L
IDADE								
PESO / ANO								
MANEJO SOLTO								
DO CONFINAMENTO								
REBANHO SEMI-CONFINAMENTO								
COMPLE- PRODUÇÃO INTERNA								
HENTACÃO+ PRODUÇÃO EXTERNA								
ALIMENTARI								
CONT. MORTALIDADE								
INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL								
Nº DE CRIAS / REBANHO / ANO								
Nº LITRO / REBANHO / DIA								
EVOLUÇÃO NO ANO								
VALOR DO REBANHO								

LEGENDA: (C) Corte
 (E) Engorda
 (R) Reprodução
 (L) Leiteira

VII - UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA POR ATIVIDADE

QUADRO VI

ATIVIDADE	PERMANENTE						TEMPORÁRIAS			
	MENOS DE 14 ANOS			DE 14 ANOS E MAIS			MENOS DE 14 ANOS		DE 14 ANOS E MAIS	
	Nº TRAB. ANO / HA	J.T.	C.A.	Nº TRAB. ANO / HA	J.T.	C.A.	Nº TRAB. ANO / HA	J.T.	Nº TRAB. ANO / HA	J.T.
TRATORISTA										
VAQUEIRO										
TRABALHADOR BRAÇAL										
ADMINISTRADOR										
PREPARO DO SOLO										
PLANTIO										
TRATOS CULTURAIS										
COLHEITA										
SERVIÇOS PECUÁRIOS										
OUTROS SERVIÇOS										

LEGENDA: Número de Trabalhadores Ano/ha -) Nº TRAB. ANO / HA
 Jornadas Trabalhadas -) J.T.
 Carteira Assinada -) C.A.

VIII - UTILIZAÇÃO DE PARCERIA E ARRENDAMENTO

QUADRO VII

ESPECIFICAÇÃO	SIM	NÃO	Nº
Parceria			
Arrendamento			

IX - CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS

9.1 - Origem:

QUADRO VIII

ESPECIFICAÇÃO	SIM	NÃO
Mesmo município		
Outro município		
Outro estado		

QUADRO IX

ESPECIFICAÇÃO	SIM	NÃO
Proletários		
Ponta de rua		
Outra		

X - PADRÃO TECNOLÓGICO

10.1 - Uso de Tração:

QUADRO X

ESPECIFICAÇÃO	TRAÇÃO			
	MANUAL	ANIMAL	MECÂNICA	NÃO FAZ
Desmatamento				
Destocamento				
Aração				
Gradagem				
Plantio				
Tratos Culturais				
Colheita				
Beneficiamento				

10.2 - Utilização de Insumos e Defensivos

QUADRO XI: Agricultura

ESPECIFICAÇÃO	SI	NI
Semente fiscalizada		
Adubo Orgânico		
Adubo Químico		
Herbicidas		
Inseticidas		
Fungicidas		
Trat. de Sement. p/ armazen.		
Outros		

QUADRO XII: Pecuária

ESPECIFICAÇÃO	SI	NI
Sais minerais		
Suplementação protéica		
Farelo, torta, melço euréia		
Medicamentos		
Vacinas		
Confinamento		
Inseminação artificial		
Ordenha mecânica		
Pastos irrigados		
Rotação de pastos		
Outros		

10.3 - Armazenamento dos Produtos

QUADRO XIII

ESPECIFICAÇÃO	SIM	NÃO
Em casa		
Paiol		
Silo		
Armazém Próprio		
Armazém de Terceiro		
Armazém do Governo		
Cooperativa		
Outros		

XI - INVERSÕES:

QUADRO XIV

NCz#

ESPECIFICAÇÃO	P. HISTÓRICO	P. ATUAL
Fixas		
Circulantes		
Outras Inversões		
Total		

XII - VALOR LIBERADO PELO FINOR:

P. Histórico:

P. Atual (Fev. 90)

XIII - NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO: (Fev. 90)

.....

ANEXO IV

COEFICIENTE DE GINI DE 1985
ESTRUTURA DA DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO PIAUÍ EM 1985

GRUPO/ÁREA	ESTABELECIMENTO	PARTICIPAÇÃO	ÁREA	PARTICIPAÇÃO	ACUMULADO	
		RELATIVA		RELATIVA	ESTABELECIMENTO	ÁREA
Menos de 10	193.056	0,714	389.562	0,003	0,714	0,033
10 a menos de 100	57.714	0,213	2.093.822	0,177	0,927	0,210
100 a menos de 1.000	18.032	0,067	4.434.014	0,375	0,994	0,585
1.000 a menos de 10.000	1.359	0,005	3.055.576	0,259	0,999	0,844
10.000 e mais	74	0,0003	1.855.050	0,157	1,000(2)	1,000(2)
TOTAL	270.443	1,0000(2)	11.828.027	1,000(2)		

FONTE: Censo Econômico de 1985
Censo Agropecuário - Número 10 - Piauí - IBGE.

- (1) Estabelecimentos sem declaração não entraram no cálculo do coeficiente de Gini.
- (2) Aproximado

$$A = a_1 + a_2 + a_3 + a_4 + a_5$$

$$a_1 = \frac{0,714 \times 0,033}{2} = 0,011781$$

$$a_2 = \frac{(0,033 + 0,210) \cdot (0,927 - 0,714)}{2} = 0,025879$$

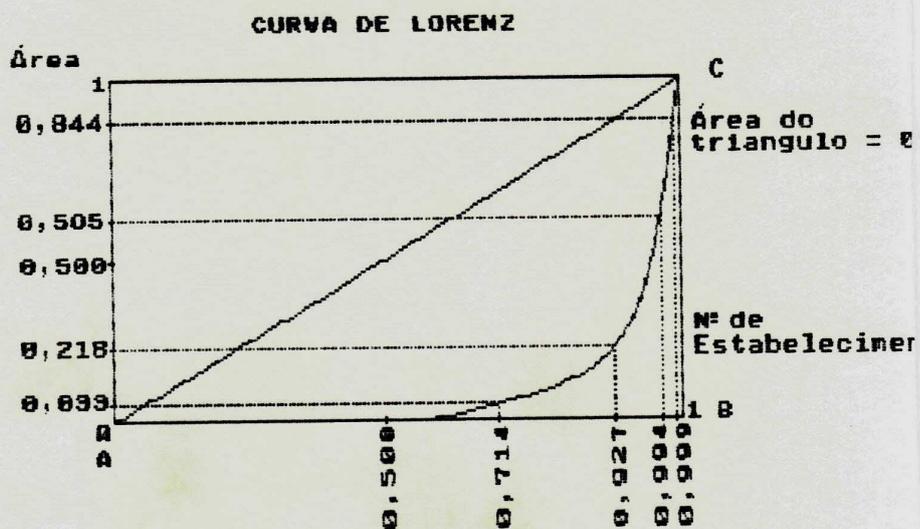
$$a_3 = \frac{(0,210 + 0,585) \cdot (0,994 - 0,927)}{2} = 0,026632$$

$$a_4 = \frac{(0,585 + 0,844) \cdot (0,999 - 0,994)}{2} = 0,003572$$

$$a_5 = \frac{(0,844 + 1) \cdot (1 - 0,999)}{2} = 0,000922$$

$$A = 0,0427$$

Coeficiente de Gini 0,8624



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Geraldo Medeiros de. **Agricultura no Nordeste**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo, Duas Cidades, 1980.
- ANDRADE, Maria Egídia Soares & TORRES, Romildo Wilson Costa. **Os Cerrados do Piauí e seus Aspecto Sócio-Econômicos**. *Carta CEPRO*. Teresina, 14(01): 35-50, jul/dez, 1991.
- BANDEIRA, William Jorge. **Piauí: Agricultura e Desenvolvimento**. *Carta CEPRO*. Teresina, 5(1,2): 1-61, jan/jun, 1978.
- BANDEIRA, William Jorge e NEVES, Osvaldo de Carvalho. **Organização da Produção Agropecuária Piauiense**. *Carta CEPRO*. Teresina, 8(2): 4-57: jul/dez, 1982.
- BRANDÃO LOPES, Juarez R. **DO Latifúndio à Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo**. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. (Caderno CEBRAP, 6).

BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Diretoria de Pesquisas. Departamento Agropecuário. FIBGE, 1990.

BRASIL. Ministério do Interior - Minter & Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. RECIFE, out/1985.

BRASIL. Ministério do Interior et alli. O Sistema FINOR: Resultados e Sugestões de Aperfeiçoamento. FORTALEZA, Banco do Nordeste do Brasil, 1986.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Incentivos Fiscais e Financeiros para o Investimento no Nordeste Brasil. RECIFE, ago/1986.

BRASIL. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. FINOR Debêntures. A Nova Sistemática. RECIFE, set/1992.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O Nordeste e Regime Autoritário: Discurso e Prática do Planejamento Regional. São Paulo Perspectiva, 1978.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola de 1960 - Maranhão e Piauí - VII. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. V-II - Tomo-3, 2ª parte. Departamento de Censos.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 1980 - Piauí. V-2, Tomo-3, N-8, Secretaria do Planejamento da República.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 - 1985*. São Paulo, Ícone, 1985 (coleção América Latina)

DOMINGOS NETO, Manuel & BORGES, Geraldo Almeida. *Seca Seculorum: Flagelo e mito na Economia Rural Piauiense*. 2ª ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

GASQUEZ, José Garcia & MOITA, Edmir Simões. *Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais na Agricultura do Nordeste (FINOR Agropecuário)*. Brasília, ILPES, 1985.

GOMES, Raimundo Pimentel. *Fruticultura Brasileira*, 8ª ed. São Paulo, Nobel S.A, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). *Estrutura Agrária e Produção Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1980 (Estudos Rurais).

HADDAD, Paulo Roberto. *O que fazer com o Planejamento Regional no Brasil da Próxima Década? - Planejamento e Políticas Públicas*. (1): 67 - 92, jun/1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 1960 - Maranhão e Piauí. Serviço Nacional de Recenseamento.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola de 1960 - Brasil - V-II, Recenseamento Geral da Brasil. Serviço Nacional - Volume II - 1ª Parte.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 1980 - Piauí. Volume II, Tomo-3, Nº 8, Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário - Brasil. Secretaria do Planejamento da Presidência da República, IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980; Volume 2, Tomo-3, Nº 1.

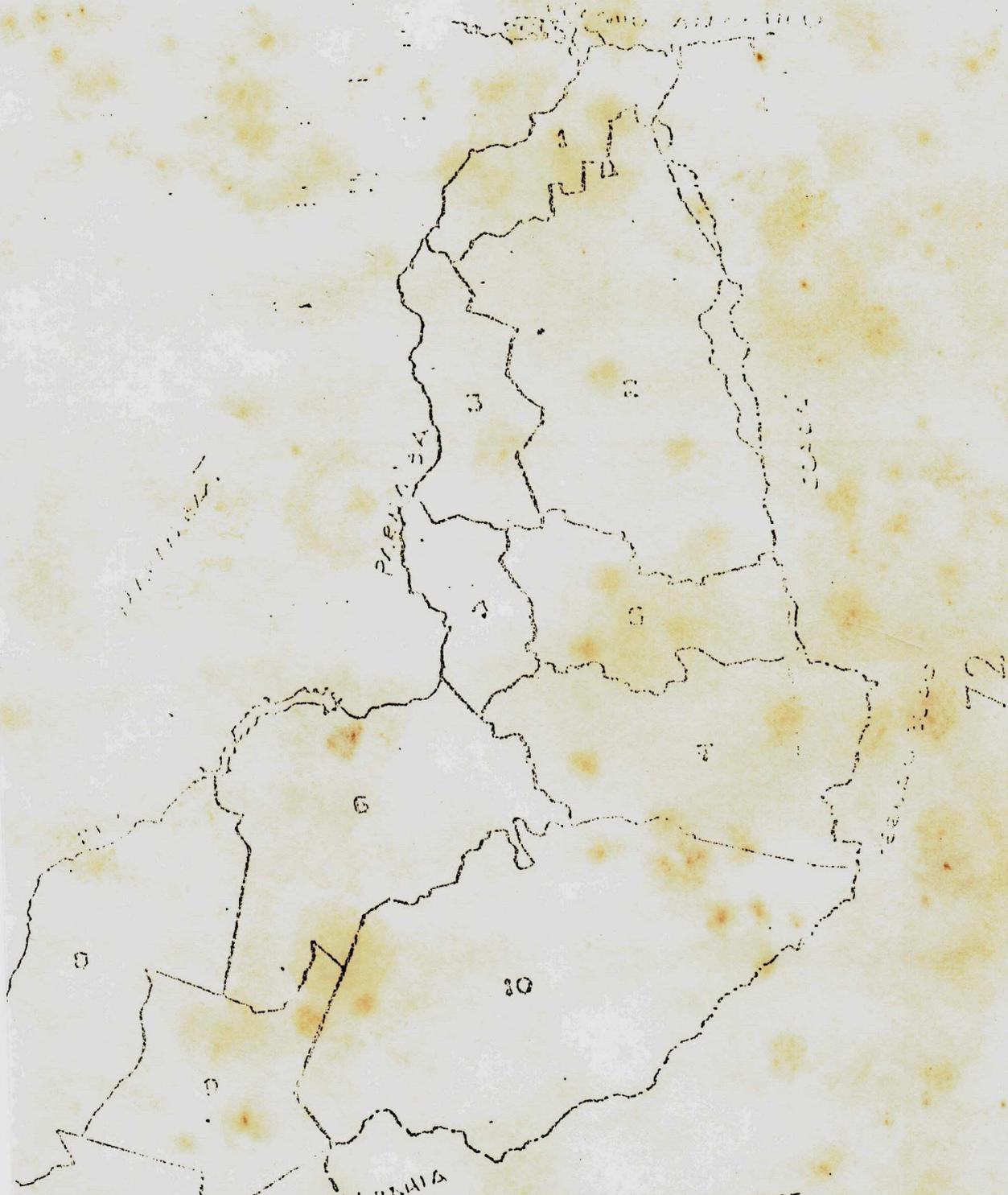
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Econômicos de 1985, Censo Agropecuário Nº 1 - Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Econômicos de 1985, Censos Agropecuários Nº 10 - Piauí.

- JATOBÁ, Jorge. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro: Uma Visão Abrangente com Especial Atenção para a Agricultura e a Política Agrícola. *Revista de Economia Rural*. Brasília, 19(13): 363-376, jul/set, 1981.
- KAGEYAMA, Ângela. A Estrutura Agrária como Obstáculo ao Desenvolvimento Capitalista na Região Semi-árida do Nordeste. Campinas, 1988 (Relatório de Pesquisa).
- KAGEYAMA, Ângela. A Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura. Uma Análise Regional. Campinas, 1986. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta, 1980.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. 2ª ed. São Paulo. Abril Cultural, 1985 (Os Economistas).
- LIMA, Gerson Portela. Espacialização da Produção do Setor Primário Piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, 13(01): 69 - 101, jan/jul 1988.
- MARX, Karl. O Capital. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, Livro 3, V.6.

- MAGALHÃES, Antônio Rocha. Considerações sobre o Sistema de Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento do Nordeste. Brasília: IPLAN, 1978.
- MARCHETTI, Delmar & MACHADO, Antônio Dantas (coordenadores). *ceirado; uso e manejo*. Brasília, Editerra, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- ROCHA, Jonas. A Pequena produção rural no Estado do Piauí. *Carta CEPRO*. Teresina, 13(01): 29 - 68, jan/jun, 1988.
- SANDRONI, Paulo. (consultoria). *Dicionário de Economia*. São Paulo. Abril Cultural, 1985.
- SANDRONI, Paulo. (Organizador e Supervisor). *Dicionário de Economia*. São Paulo. Best Seller, 1989.
- TAVARES, Hermes Magalhães. *Uma Experiência de Planejamento Regional: O Nordeste Brasileiro*. Campinas, 1989. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.

ESTADO DO PIAUÍ
 DIVISÃO EM MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS (1971)



- 1 - BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE
- 2 - CAMPO MAIOR
- 3 - TERESINA
- 4 - MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE
- 5 - VALENÇA DO PIAUÍ
- 6 - FLORIANO
- 7 - CARRÕES AGRÍCOLAS PIAUIENSE
- 8 - ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE
- 9 - MÉDIO CANGAÇÁS
- 10 - INTER PIAUÍ E CANGAÇÁS
- 11 - CAMPADA DO EXTREMO SUL PIAUIENSE

PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS

RECURSOS

TIPOS DAS MICRORREGIÕES

OCORRÊNCIAS



- 1 - DUNAS, RESTINGAS E MANGUES
- 2 - MATAS ASSOCIADAS COM BABAÇU
- 3 - CERRADOS ARBUSTIVOS E ANDÓREOS
- 4 - TRANSIÇÃO - CERRADO/CATINGA
- 5 - CATINGAS ARBUSTIVAS E ANDÓREOS

CURSO HIDRICO: